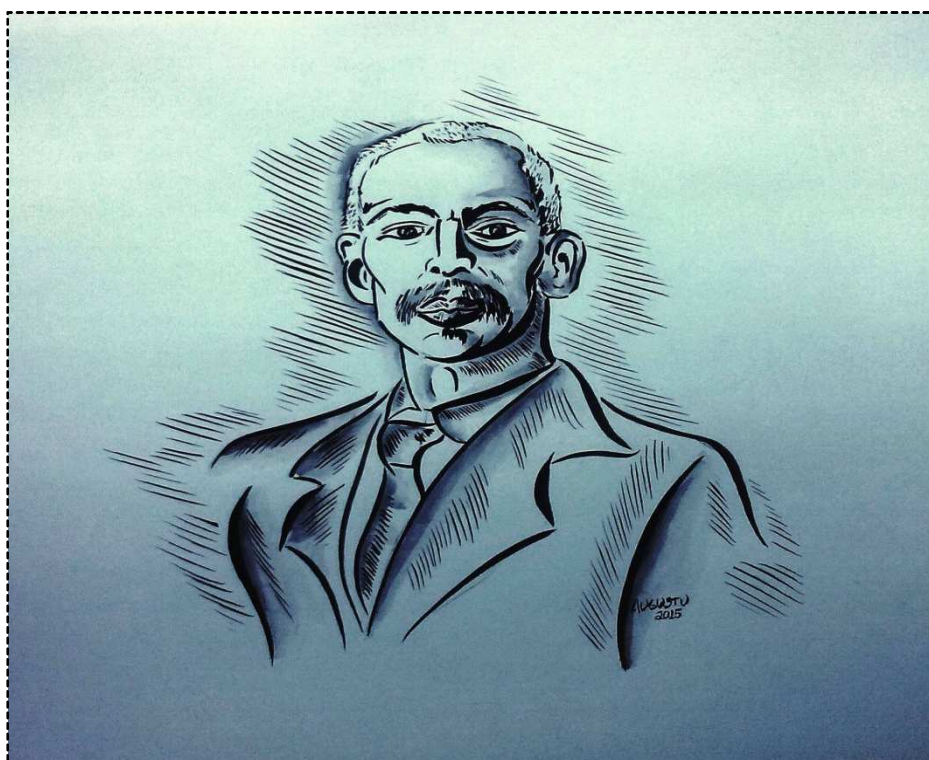




**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

MICHELLE DANTAS REIS SOUZA

**“O PALADINO DA BOA CAUSA”:
Manuel Querino e a Questão Racial na Bahia (1905-1923)**



Feira de Santana

2015

MICHELLE DANTAS REIS SOUZA

“O PALADINO DA BOA CAUSA”: Manuel Querino e a Questão
Racial na Bahia (1905-1923)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite.

FEIRA DE SANTANA
2015

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Souza, Michelle Dantas Reis

S716p “O Paladino da Boa Causa” : Manuel Querino e a questão racial na Bahia (1905-1923) / Michelle Dantas Reis Souza. – Feira de Santana, 2015.

127 f.

Orientador: Rinaldo Cesar Nascimento Leite.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Racismo científico – Combate. 2. Querino, Manuel – Estudo e crítica. 3. Identidade cultural – Bahia. I. Leite, Rinaldo Cesar Nascimento, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 323.14(814.22)

“O PALADINO DA BOA CAUSA”: Manuel Querino e a Questão Racial na Bahia (1905-1923)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como exigência para a obtenção do título de Mestre em História.

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite. (UEFS)
(Orientador)

Prof. Dra. Elciene Rizzato Azevedo (UEFS)
(Examinadora)

Prof. Dr. Josivaldo Pires de Oliveira (UNEB)
(Examinador)

DATA DA APROVAÇÃO

Feira de Santana, 31 de julho de 2015

Michelle Dantas Reis Souza.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas contribuíram, ao seu modo, direta ou indiretamente para que esse trabalho fosse possível. O apoio de familiares, amigos e professores foi fundamental até o final da minha trajetória no Mestrado, por isso, devo-lhes os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço aquela que foi e é a minha maior incentivadora, que trabalhou duro para garantir meus estudos desde o início, minha mãe Orlete. A ela irei sempre dedicar todas as minhas conquistas, pois se não fosse o seu amor, o seu cuidado e a sua peleja, não teria chegado até aqui, tampouco seria o ser humano que sou hoje. Entre os meus familiares, quero destacar também minha irmã Kézia, que da sua maneira, sempre me apoiou.

Agradeço com muito carinho ao meu companheiro Helder, pelo amor e pelo incentivo aos meus estudos, inclusive na minha inscrição no Mestrado, por ter acreditado em mim. Sua companhia e paciência foram muito importantes em todos os momentos, especialmente na reta final.

Aos amigos e amigas de longa data e os mais recentes que ganhei no Mestrado, agradeço pelos momentos de risos e desabafos, a companhia de vocês foi imprescindível para aliviar o estresse e acalmar o coração. À Cristiane, que sempre esteve presente desde a minha infância, a irmã que tive a sorte de escolher, obrigada pelo apoio prestado durante a minha trajetória acadêmica e profissional, nas coisas da vida e nos problemas cotidianos.

À Nayara e Djair; meus compadres e agora vizinhos; Jaqueline e Nau; Eliana e Ede, que desde o início me incentivaram e no momento final me socorreram com os últimos detalhes da dissertação; Aline, sempre solícita e também minha incentivadora. Amigos, os nossos encontros são maravilhosos, vocês me fazem muito bem!

Quanto aos colegas do mestrado que tive o privilégio de conhecer, agradeço pelo companheirismo e pelas conversas sempre divertidas e construtivas durante os nossos almoços no Feira VI, bem como nas discussões em sala de aula. Destaco aqui, especialmente, Eneida, você me traz paz com sua serenidade e alegria que são contagiantes; Iracelli, que também me recebeu em sua casa em Salvador em dias de pesquisa, uma garota alto astral, inteligente e despretensiosa; Djalma, companheiro, amável e solícito, como dizem, seu nome é recorde na seção “Agradecimentos”; Liliane, obrigada pela generosidade em me acolher em sua residência durante as aulas do mestrado em Feira; Hernandes, suas histórias me fizeram rir muito, obrigada pelos momentos de descontração; Felipe, talentoso amigo que me presenteou com a ilustração da capa dessa dissertação, e Izac; seres humanos admiráveis pela simplicidade e inteligência que possuem. Tenho certeza de que a amizade de todos vocês ultrapassará o tempo de convivência na UEFS.

Sou grata também a minha sogra, Marilene, sua amizade e carinho comigo contradiz a crença popular em relação às sogras, obrigada pelo apoio sempre! Aos meus cunhados Henio e Elaine, pela ajuda e atenção nas minhas idas à Salvador para pesquisar. Elaine, sou muito agradecida pelo acolhimento recebido enquanto estive hospedada em sua casa. Obrigada pela generosidade!

Na minha longa estadia na UEFS, tive a sorte de ter professores maravilhosos que contribuíram de maneira decisiva na minha formação acadêmica, por isso agradeço a todo o corpo docente dessa instituição. Registro aqui um agradecimento especial ao meu orientador, Rinaldo Leite, meu professor desde a graduação. Sinto um carinho e admiração muito grande por ele e o considero mais do que um orientador, um amigo. Obrigada pela atenção, paciência, presteza, solicitude e incentivo, sobretudo na minha decisão de participar da seleção do Mestrado. Suas orientações foram preciosas e imprescindíveis para a construção desse trabalho.

Agradeço ainda às professoras Cecília Soares, por ter me orientado nas primeiras pesquisas durante a graduação; e à Márcia Barreiros, minha experiência como monitora da disciplina que a senhora ministrava contribuiu para o meu amadurecimento enquanto estudante. A convivência com as duas foi igualmente enriquecedora.

Agradeço ainda ao Programa de Pós-Graduação em História da UEFS e à CAPES, pelos 24 meses de bolsa que foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar com mais tranquilidade às pesquisas. A Julival, sempre solícito e simpático. Aos funcionários dos arquivos que frequentei: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Setor Periódicos Raros e Setor Obras Raras; Arquivo e Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, obrigada pela receptividade e atenção.

Por fim, sou extremamente grata pelas oportunidades que tive como aluna da UEFS e por todos aqueles que me ajudaram nessa empreitada! Obrigada por tudo!

RESUMO

Baiano, nascido em Santo Amaro da Purificação, formado em desenho pela Academia de Belas Artes, onde lecionou, e sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Manuel Querino (1851-1923) dedicou parte de sua carreira à pesquisa e à contribuição do africano na formação nacional e baiana. A partir de 1905, começou a publicar seus trabalhos sobre o tema na revista do IGHB até 1923, ano em que faleceu. Esse período não oferecia um cenário favorável para aquele que escolhesse estudar acerca do negro no Brasil, já que os discursos sobre a inferioridade racial, ainda eram aceitos por parte dos intelectuais nacionais. Dessa maneira, nessa dissertação buscamos compreender o posicionamento desse autor no combate ao racismo científico da época, bem como sua militância em evidenciar uma identidade nacional e, sobretudo, baiana, que incluísse o afrodescendente como elemento fundamental. Além disso, procuramos demonstrar os principais contrapontos entre o discurso desse autor baiano a respeito da questão racial e o do médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906), que foi considerado um dos principais doutrinadores do racismo científico no país. Ambos debruçaram-se sobre temas em comum, como a questão da resistência escrava, a religiosidade e a cultura de matriz africana; elaborando interpretações distintas. Desse modo, buscamos também, analisar até que ponto Manuel Querino procurou responder ao seu contemporâneo da faculdade de Medicina.

Palavras-Chave: Identidade; Manuel Querino; Negro; Racismo científico.

ABSTRACT

Baiano, who was born in Santo Amaro da Purificação, graduated in design from the Academy of Fine Arts, where he taught, and a founding member of the Bahia Geographic and Historic Institute, Manuel Querino (1851-1923) devoted much of his career to research and highlight the contribution African in national and Bahia training. From 1905, began publishing his work on the topic in the Bahia Institute magazine until 1923, the year he died. This period did not provide a favorable setting for the one who chose to study about the black in Brazil, since the discourses on racial inferiority, still had acceptance by national intellectuals. Thus, this thesis aims to understand the positioning of this author in combating scientific racism of the time and his activism in development of a national identity and, above all, Bahia, which included African descent as a fundamental element. In addition, we seek to demonstrate the main counterpoints between words that Bahian author about the racial question and the doctor Maranhão Nina Rodrigues (1862-1906), who was considered one of the leading scholars of scientific racism in the country. Both have focused on common themes, such as the issue of slave resistance, religion and culture of African origin; developing different interpretations. Thus, we seek to also examine the extent to which Manuel Querino sought to answer his contemporary medical school.

Key-words: identity; Manuel Querino; black; Scientific racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A QUESTÃO RACIAL ENTRE OS INTELLECTUAIS NACIONAIS NA VIRADA DO SÉCULO XX	18
1.1 A questão racial no centro do debate	19
1.2 O que os intelectuais do IGHB têm a dizer sobre “raça”	27
2. O NEGRO SOB O OLHAR DE MANUEL QUERINO E SUA PROPOSTA DE IDENTIDADE NACIONAL E BAIANA	49
2.1 Possíveis diálogos, outras análises	54
2.2 Algumas noções acerca da Identidade nacional e baiana.....	62
2.3 Em defesa dos baianos e dos afrodescendentes como protagonistas da história nacional.	67
3. “O REBUSCADOR DE TRADIÇÕES” E O “PRECLARO SCIENTISTA”: Os discursos sobre o negro de Manuel Querino e Nina Rodrigues	81
3.1 A questão da resistência escrava em Querino e Rodrigues.....	88
3.2 Dois etnógrafos em busca da religiosidade de matriz africana	95
3.3 Rodrigues e Querino em defesa do Candomblé.....	103
3.4 Os festejos populares do “colono preto”	110
CONCLUSÃO	119
FONTES	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125

INTRODUÇÃO

Um homem de “fisionomia serena e afirmativa, o rosto descarnado e bem composto, no olhar firme e reflexivo transparecendo a inteligência e a permanente curiosidade” (CALMON, 1995, p. 20) – assim descreveu Jorge Calmon ao revelar suas impressões acerca do retrato de Raymundo Manuel Querino, na galeria de honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Baiano, nascido em 28 de julho de 1851, no município de Santo Amaro da Purificação, o personagem descrito foi um notável intelectual afrodescendente que teve uma vida marcada pela militância a favor do povo, dos trabalhadores e, sobretudo, do negro na sociedade pós-abolição. Foi e ainda é lembrado pela sua busca em valorizar as coisas da Bahia, especialmente à contribuição do africano na formação da sociedade brasileira, destacando seu valor e contestando as principais teorias “científicas” que desqualificavam o negro. A respeito do seu falecimento, foram essas as palavras dedicadas à sua memória e publicadas no mesmo dia da sua morte no *Diário de Notícias* de 14 de fevereiro de 1923:

A's 5 ½ horas da manhã de hoje, na chácara de sua residência, ao Matatú Grande, victima de pertinaz moléstia que, há cerca de vinte dias, o acamou, rodeiado dos carinhos de sua família, falleceu o professor Manoel Querino. Dentro da modéstia que se pautou como norma de vida, foi o extinto não só o estudioso apaixonado de homens e factos da Bahia antiga, mas um conhecedor perfeito desse ramo de historia, máxime da raça negra. Nesse assumpto, deixa copiosa messe de producção, esclarecendo pontos que só por seus estudos especiaes seria capaz de solucionar [...]. Sócio do Instituto Historico, alli fez-se ouvir, em varias tertúlias, na sua especialidade. [...] Na sua seara era único. Constituiu-se um desses typos necessários, por serem insubstituíveis. [...] Quem capaz de escrever tiras e tiras de papel, sobre por exemplo, os artistas de cor bahianos, que os tivemos primorosos embora que obscuros? [...] A Bahia perdendo-o, perde um dos raros artistas que reúne a tal, a vantagem do trato com as letras.¹

As informações biográficas sobre Manuel Querino foram colhidas nos trabalhos de alguns autores que se dedicaram à pesquisa acerca da sua vida e trajetória intelectual, como J. Teixeira Barros (1916); Antônio Viana (1928); Gonçalo de Athayde (1932);

¹ Notícia de falecimento de Manuel Querino, *Diário de notícias*, 14 de fevereiro de 1923. Setor de periódicos Raros, BPEB. Foi mantida a mesma ortografia vigente na época.

Frederico Edelweiss (1946); Jorge Calmon (1995); Jaime Sodré (2001) e Maria das Graças Leal (2004).²

Conforme Frederico Edelweiss (1946), uma das primeiras notícias a respeito desse intelectual baiano foi fornecida por J. Teixeira Barros no prefácio da primeira edição da *A Bahia de Outrora*, em 1916, em que informou, dentre outras coisas, aspectos da vida pessoal e profissional de Querino, bem como a militância deste no partido abolicionista e operário. Acerca da sua origem, seus biógrafos destacaram a procedência humilde e a orfandade de pai e mãe aos quatro anos de idade, em decorrência de uma epidemia de cólera que assolou o recôncavo baiano em 1855.

Sua filiação ainda é imprecisa, Maria das Graças Leal (2004) ressaltou algumas divergências em relação aos nomes dos seus verdadeiros pais, José Joaquim dos Santos Querino e Luzia da Rocha Pita.³ Quando ficou órfão, esteve sobre proteção de uma senhora, amiga dos seus progenitores, que depois o trouxe para Salvador e o entregou aos cuidados do Dr. Manuel Correia Garcia, nomeado seu tutor pelo juiz competente.

Manuel Correia Garcia foi uma figura pública destacada entre os intelectuais da sua época, sendo um dos responsáveis pela fundação do primeiro Instituto Histórico da Bahia, em 1856. Era advogado e se especializou em estudos pedagógicos em Paris; foi deputado provincial, professor da Escola Normal e do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, além de ter integrado importantes instituições, como o Conselho Superior de Instrução Pública. Incentivou seu tutelado aos estudos, iniciando-lhe nas primeiras letras e fazendo-lhe artista, no ofício de pintor: “homem detentor de elevada cultura,

² Ver, respectivamente: BARROS, J. Teixeira. Prefácio à *Bahia de Outrora* (esse texto foi publicado na primeira versão da referida obra, em 1916, mas a utilizada aqui corresponde a terceira edição da Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955, onde foi reproduzido o mesmo texto de Barros); VIANA, Antonio. **Discurso em homenagem a Manuel Querino, inauguração do seu retrato na galeria de honra do IGHB**. Revista do IHGB, n. 54, 1928; ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo. **Prof. Manuel Querino. Sua vida e suas obras**. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1932; EDELWEISS, Frederico. Prefácio à *A Bahia de Outrora*. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955; CALMON, Jorge. 1915 — **O vereador Manuel Querino**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995; SODRÊ, Jaime. **Manuel Querino. Um herói da raça e da classe**. Salvador, 2001. LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

³ Conforme Maria das Graças, ao verificar o texto de batismo de Manuel Querino, constatou ser o escritor baiano filho legítimo de José Querino e Luzia, apenas. A autora afirmou que o fato da ausência do sobrenome da sua mãe, pode indicar que, ou houve um equívoco sobre a situação da união legal dos seus pais, ou poderia ter sido sua mãe uma escrava, que só mais tarde adotou o nome do seu senhor, Rocha Pita. Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 358.

educado na Europa, que soube orientá-lo nesses anos difíceis da sua infância e adolescência” (SODRÉ, 2001, p. 38).⁴

Conforme Barros (1955), Querino permaneceu sob a proteção de Manuel Garcia até os 16 ou 17 anos, quando resolveu ir para o Piauí, sendo recrutado dessa província para a Guerra do Paraguai. O mesmo autor informou ainda, que ele não chegou a ir para o campo de batalha, teria ficado estabelecido no Rio de Janeiro, onde foi empregado nas funções de escrita dentro do quartel, servindo na “qualidade de inferior” no Exército Brasileiro entre 28 de julho de 1869 e 6 de setembro de 1870.

Em *A Bahia de Outrora* Querino denunciou as injustiças que presenciou em virtude das barbaridades cometidas à população, sobretudo, aos mais pobres, negros libertos ou escravos, no recrutamento para a guerra. Ao retornar à Bahia, além da ajuda do seu tutor, o intelectual baiano pode contar com o apoio do seu padrinho, o Cons. Pinto de Souza Dantas, chefe do Partido Liberal da Província e homem de grande prestígio político, que o introduziu na vida pública (ATHAYDE, 1932, p. 4 e 5). Aperfeiçoou-se nos estudos tornando-se aluno e professor do Liceu das Artes e Ofícios da Bahia e, posteriormente, da Escola de Belas Artes, formando-se em Desenho, além de ter ingressado no curso de francês e português no Colégio Vinte e Cinco de Março (VIANA, 1928). No início da sua carreira, trabalhava de dia como pintor e à noite estudava: “nada foi fácil para o negro que desejava auferir garantias sociais, políticas e profissionais” (LEAL, 2004, p. 270).

Participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1894, e foi considerado uma das primeiras lideranças classistas do Movimento Operário Baiano, com participação direta na criação da Liga Operária Baiana em 1876: “ninguém se empenhou tanto pelo levantamento das artes, na Bahia, [...] nenhum outro artista propugnou com tamanha veemência a união da classe operária” (BARROS, 1955, p.10).

Querino também atuou como jornalista, publicando artigos sobre a questão abolicionista e operária na *Gazeta da Tarde* chegando a fundar dois periódicos: *A Província*, criado em novembro de 1887 com duração até 1888, e o *Trabalho*, de fevereiro de 1892, extinto no mesmo ano, jornais que foram os “baluartes da classe

⁴Ver também: TEIXEIRA BARROS, J. Prefácio de QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955; ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo. **Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932; LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

operária” (VIANA, 1928, p. 307 e 308).⁵ Ao lado da sua carreira profissional, também participou de associações beneficentes e irmandades religiosas, como a Sociedade Protetora dos Desvalidos, Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó e a Irmandade do Rosário dos Pretos; o que lhe garantiu, segundo Leal, maiores possibilidades de reunir aliados políticos (2004, p. 375).

No tocante à sua carreira como funcionário público, teria sofrido injustiças e decepções, sendo preterido por várias vezes de promoções. Se colocou contrário às leis de exceções e reformas injustas descontentando os senhores da situação, dessa forma, sua militância no funcionalismo público trouxe-lhe consequências: “Não soubera agradar os políticos e por isso pagara caro sua ousadia e sua independência” (ATHAYDE, 1932, p. 13). Em 1913, quando solicitou promoção por direito e competência, para ocupar um cargo deixado por um funcionário em decorrência da sua aposentadoria por doença, Querino foi postergado mais uma vez, segundo relatou Athayde: “E assim se foram sucedendo as preterições uma sobre as outras [...] a despeito do seu tempo de serviço e de suas habilitações comprovadas” (1932, p. 16). Também se desenganou da política, afastando-se dela em 1889, conforme informou Calmon (1995, p. 31), passando a se dedicar ao estudo da cultura do povo, especialmente a de matriz africana.

Às desilusões e injustiças que sofreu na vida como político e funcionário público parecem ter sido compensadas em sua estadia no IGHB, onde era membro assíduo. Conforme afirmou Athayde Pereira, diante das suas decepções, Querino entregou-se às frequências dessa instituição “o que muito lhe servira para reanimar o seu espírito, concitando-o a novos trabalhos [...] que a bondade do instituto não deixou que se perdessem no caos da indiferença” (1932, p. 20).

De acordo com Viana, o autor baiano foi resultante da mentalidade do IGHB e “colaborou diretamente para trazer prestígio à instituição” (1928, p. 315). Seus contemporâneos, como Braz do Amaral e Theodoro Sampaio, também teceram considerações elogiosas à sua imagem, o primeiro declarou que esse escritor era “despretensioso e dotado de um gênio alegre, apreciado em todos os meios”; e o

⁵ Em visita ao Arquivo Público da Bahia, ao Arquivo e à Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e ao Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado, não foram localizados esses periódicos, mas nesse último local de pesquisa, foi encontrada publicações de alguns trabalhos de Querino, como por exemplo, trechos que comporiam posteriormente sua obra *A Bahia de Outrora*, publicada pela primeira vez em forma de livro em 1916, no *Jornal do Comércio* de 28 de julho de 1913 e de 16 e 25 de agosto do mesmo ano.

segundo, considerou que seu colega era “rico na sua altivez e independência; cioso das suas ideias, não as mercandejava; [...]”.⁶

A trajetória de Manuel Querino, inspirou personagem de um romance consagrado na literatura brasileira, a saber, Pedro Archanjo de *Tenda dos Milagres* (2008),⁷ de autoria de Jorge Amado. Nesse livro, seu autor assumiu ser Archanjo uma mistura de muita gente, dentre elas, o intelectual do IGHB. A obra foi publicada em 1969, mas a narrativa é ambientada na Bahia do início do século XX, quando se iniciava a trajetória do seu protagonista, Pedro Archanjo. Este personagem trata-se de uma figura autodidata que aprendia e ensinava em suas conversas com mães de santo, capoeiristas, trabalhadores, dentre outros segmentos populares. Foi nomeado bedel da Faculdade de Medicina da Bahia e lá teve contato com as teorias raciais em voga na época, que desqualificavam “cientificamente” o negro, passando a contestá-las. Dessa maneira, publicou alguns estudos sobre a cultura de matriz africana, obras que só foram divulgadas após a sua morte, sobretudo, depois da chegada do Dr. James D. Levenson ao Brasil, em 1968, um intelectual estadunidense que se interessou pelas suas pesquisas.

Há várias possibilidades de se relacionar o personagem de Jorge Amado com Manuel Querino, a militância pela causa do negro e a contestação ao racismo científico da época é uma delas.⁸ Archanjo foi retratado como aquele que tinha “mania de tomar nota de tudo, boca de perguntas e histórias” (AMADO, 2008, p. 66), seus trabalhos foram desprezados por terem sido considerados não científicos. De forma semelhante, o intelectual do IGHB também foi criticado por sua postura de investigador e pelo caráter empirista das suas pesquisas. Sobre esse aspecto, Edelweiss se referiu à questão deste ter sido aludido à sua “falta de preparo científico” (1955, p. 6).⁹

⁶ Ver: AMARAL, Braz; SAMPAIO, Theodoro. Em A.M.R.Q. homenagem. Apud: CALMON, Jorge. 1915 — **O vereador Manuel Querino**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995, p. 21 e 22.

⁷ O livro foi publicado pela primeira vez em 1969, pela Livraria Martins Editora, mas a versão utilizada nessa análise é a de 2008, ver: AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁸ Além da autora Maria das Graças (2004) ter discutido essa associação, outros trabalhos também referenciaram a questão, ver: MOURA, Mariluce de Souza. **Fotografia na Bahia: apesar das perdas, um retrato nítido de mais de um século**. Fotobahia 79, Salvador, s/ed. 1979; GOLDSTEINEM, Ilana Seltzer. **Literatura e Identidade Nacional: O Brasil Best Seller de Jorge Amado**. São Paulo: USP, 2000 (Dissertação de Mestrado); REIS, João José. Em posfácio de AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Esses estudos procuraram relacionar a obra de Amado à fatos e personagens da realidade.

⁹ Maria das Graças afirmou que Querino foi considerado um etnólogo prático, por isso alguns autores criticaram e desprezaram sua obra, rotulando seus trabalhos de não científicos. Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 25-27.

Em suas pesquisas etnográficas, Manuel Querino, assim como Archanjo, circulava entre Candomblés e colhia informações de mães de santo, capoeiristas e pessoas do povo. Conforme relatou Viana, o intelectual da vida real frequentava famosos Candomblés da sua época, como o Gantois, onde “encontrou pouso para muitas horas, bastantes para fixar os seus flagrantes” (1928, p. 311). Da mesma forma como o personagem de Amado, participava das festas populares como o carnaval, ambos dirigiram o clube carnavalesco Pândegos da África: o da ficção, mesmo desiludido com a perseguição policial aos blocos afro, o fez a pedido de mãe Aninha (AMADO, 2008, p. 69); o da realidade, tecia considerações elogiosas às apresentações desse bloco em seus trabalhos, dirigindo-o em 1900 (ALBUQUERQUE, 2009).¹⁰

As coincidências, ou não, não param por aqui, Querino e Archanjo foram enterrados no mesmo local, no cemitério das Quintas, em Salvador. A respeito das similaridades entre a ficção criada por Amado e a realidade, é digno de destaque dois personagens criados por esse literato, Nilo Argolo e Pedrito. O primeiro, era catedrático de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia e era conhecido por seus trabalhos sobre os mestiços que, para ele, representava a degeneração do povo. No romance, Archanjo era seu grande adversário, pois combatia suas ideias. Fazendo uma analogia com a realidade, é possível relacionar a história de Nilo Argolo ao intelectual da FMB, Nina Rodrigues, já que o mesmo foi considerado um dos maiores divulgadores do racismo científico do país. Posteriormente, falaremos mais sobre essa personalidade da vida real e a posição de Querino em relação às suas concepções.

O segundo personagem citado da ficção, o Pedrito, foi inspirado em um delegado que também existiu de verdade, Pedro Azevedo Gordilho, conhecido pela tradição oral como perseguidor de Candomblés (REIS, 2008). Em um documento sobre uma invasão ocorrida em um Candomblé em Salvador em 1920, Querino denunciou as barbaridades cometidas pela referida autoridade: “em uma casa onde os crentes festejavam os seus santos [...] o delegado auxiliar bacharel Pedro de Azevedo Gordilho, cercou a dita casa, e com praças de cavalaria, e ahi cometeu [sic] as maiores arbitrariedades possíveis”.¹¹ Outro fator relevante, é que o conhecido babalorixá de nome Procópio Xavier, personagem real citado na narrativa de Amado, também foi

¹⁰ No terceiro capítulo desse trabalho será analisada a participação de Querino nesse bloco carnavalesco e como ele representou o referido clube em suas obras.

¹¹ Documento manuscrito intitulado “Acontecimentos policiais nos candomblés, em 1920, relatado por Querino”, arquivo do IGHB, Cx 5/ d. 56. No terceiro capítulo, esse documento é analisado de forma mais aprofundada.

mencionado no manuscrito redigido pelo intelectual do IGHB, aludido anteriormente. Acerca dessa questão, não se sabe se o romancista tinha conhecimento do ocorrido relatado pelo autor baiano, não obstante, compreendia muito bem os embates ideológicos que envolviam o preconceito racial e os conflitos de ordem étnica que Querino presenciou e vivenciou.

A vida e obra de Manuel Querino despertou e ainda desperta várias possibilidades de pesquisa histórica. Em trabalho biográfico mais recente sobre sua trajetória, Maria das Graças Leal (2004), destacou dois momentos fundamentais da sua produção: o primeiro, entre 1903 à 1916, em que retratou a vida de artistas e trabalhadores em geral; e o segundo, entre 1916 à 1922, em que registrou o cotidiano do povo e os seus costumes através da memória e oralidade. Diferente do objetivo dessa autora, que realizou um trabalho na perspectiva mais atual das biografias históricas, dando conta da trajetória, do contexto geral e das questões que predominaram na época em que viveu o intelectual baiano, o presente estudo tem a finalidade de analisar, especialmente, o seu discurso acerca da questão racial, a partir das suas publicações no período de 1905, quando começou a divulgar suas pesquisas na revista do IGHB, até 1923, ano em que faleceu.

Na introdução de um dos seus artigos, intitulado “Um Baiano Ilustre – Veiga Muricy”, um representante do instituto, de autoria não informada, relatou ter sido o referido texto o último trabalho lido pelo próprio Querino nessa instituição, “entre os aplausos de todos desta casa, que nos acostumamos a lhe gabar os méritos”.¹²

Além dos trabalhos biográficos mencionados, outros pesquisadores também estudaram aspectos acerca da obra de Querino. Apesar da questão racial no discurso desse autor também ter sido considerada, nenhum estudo tratou o tema de forma central. Dentre essas análises, destacam-se: Flávio dos Santos (2001), que discorreu sobre os discursos de três intelectuais afro-brasileiros frente às teorias raciais, incluindo Querino; Antônio Guimarães (2004), que analisou o pensamento político de Querino junto a outros intelectuais negros no Brasil e nos EUA; e Sabrina Gledhill (2014), cidadã britânica radicada no Brasil que recentemente defendeu sua tese de doutorado em que compara a militância em relação à questão racial entre o intelectual negro norte americano Booker Washington e Manuel Querino.

¹² Ver: Revista do IGHB, n. 48, 1923, p. 219.

Ao analisar as considerações que já haviam sido elaboradas acerca de Manuel Querino e ao ampliar as pesquisas sobre os seus escritos, algumas inquietações foram surgindo, dentre as quais sobre o espaço e a aceitação que ele encontrou no IGHB, instituição em que publicou a maior parte dos seus estudos; sobre o seu papel na formação de uma identidade nacional e baiana; e o fato dele ter discutido temas comuns, especialmente a respeito da contribuição do africano na formação da nação, com outro estudioso da questão: Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

Rodrigues foi um médico maranhense que teve sua carreira acadêmica consolidada na Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) e foi reconhecido por seu pioneirismo em estudar de forma sistemática a questão do negro no Brasil. A sua obra foi marcada pelas ideias advindas do racismo científico importado dos europeus, e suas perspectivas acerca da questão racial influenciou diversos estudos posteriores. Suas análises foram publicadas dentro e fora do país – como na França, por exemplo –, em periódicos especializados da área médica e em outros de relevante circulação. Deste modo, não ficou restrita a FMB, mas circulou em outros espaços intelectuais. Esse fato reforçou a hipótese de que Querino possuía possibilidades de ter conhecido e, portanto, respondido às teses de Rodrigues.

Dessa maneira, foram realizadas pesquisas no acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEB, onde se encontravam periódicos que traziam notícias sobre Querino (*Diário de Notícias*) e o IGHB (*Bahia Ilustrada*); publicações de sua autoria (*Jornal de Notícias*); e revistas especializadas (*Gazeta Médica e Brasil Médico*) que publicaram artigos produzidos por Nina Rodrigues. No Arquivo do IGHB, foram localizados alguns documentos manuscritos por Querino; e na biblioteca da mesma instituição, foram verificados todos os artigos desse intelectual e de alguns outros que lhe antecederam e lhe foram contemporâneos, publicados na *Revista do IGHB*, que foram pertinentes para a elaboração desse estudo; Anais de Congressos em que o mesmo participou, dentre outros.

Nesse sentido, a presente dissertação se divide em três capítulos, no primeiro, intitulado “A questão racial entre os intelectuais nacionais na virada do século XX”, foram abordadas as principais perspectivas acerca da questão racial no contexto do final do século XIX e da primeira metade do século XX entre os intelectuais brasileiros, e de que forma essas ideias foram recebidas e interpretadas. Nessa discussão, os trabalhos de Thomas Skidmore (1976), Roberto Ventura (1991) e Lilia Schwarcz (1993), foram importantes.

O processo de desqualificação do negro nos discursos dos letrados nacionais também foi discutido, assim como as diferentes visões a respeito do tema entre os dois mais importantes centros de produção de conhecimento da época na Bahia: o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Faculdade de Medicina. Nesse aspecto, as considerações dos autores Iraneidson Costa (1997) e Aldo Silva (2006) foram muito pertinentes. Buscando compreender o espaço em que Manuel Querino publicou os seus estudos, especialmente sobre o afrodescendente, foi realizada uma análise de alguns trabalhos de membros do IGHB que lhe antecederam e que lhe foram contemporâneo, a fim de verificar qual seria a visão que mais predominava sobre a questão racial entre os integrantes dessa instituição. Dessa forma, foram selecionados artigos publicados na revista do instituto baiano que mais se aproximaram do assunto, como por exemplo, os elaborados por Thomé Moura, Antonio Alexandre Borges dos Reis, Theodoro Sampaio, Braz do Amaral, dentre outros.

No segundo, “O negro sobre o olhar de Manuel Querino e sua proposta de identidade nacional e baiana”, foi ressaltada a posição questionadora desse intelectual afrodescendente frente aos postulados do racismo científico que vigorava na época em que produziu, a forma como ele representou o negro e o caráter inovador das suas teses acerca do tema. Foi destacado também que seu posicionamento acerca da questão não aconteceu de forma isolada, outros autores também contestaram as ideias que desqualificavam o africano, como Manuel Bonfim (1993)¹³ que, desde de 1905, quando *América Latina: Males de origem* foi publicada pela primeira vez, já desconstruía os principais argumentos raciais reproduzidos por seus contemporâneos. Nesse sentido, foi apontada uma possível interlocução entre as considerações dos dois autores. Além disso, foram demonstradas outras perspectivas mais flexíveis acerca da questão racial.

Outro aspecto da obra de Querino também foi estudado nesse capítulo, como a sua tentativa de forjar uma identidade para o país e para a Bahia. Para tanto, foram relacionadas à essa discussão, as considerações acerca do conceito de identidade elaboradas por Stuart Hall (1999) e Manuel Castells (2000). A fim de se compreender como intelectuais brasileiros formularam uma identidade para o país e ainda a perspectiva predominante entre os letrados baianos de uma identidade para o estado, foram relevantes os estudos de Márcia Naxara (1998), Dante Moreira Leite (2002), Wlamyra Albuquerque (1999) e Rinaldo Leite (2012). Dessa maneira, foi analisada a

¹³ Utilizamos nesse estudo, a edição de 1993. Ver: BONFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

perspectiva de identidade proposta pelo intelectual do IGHB, para o país e para a Bahia, sua militância em salientar a participação dos baianos e, sobretudo, dos afrodescendentes em importantes eventos da história nacional, como o Dois de Julho e a Guerra do Paraguai.

Em “O ‘rebuscador de tradições’ e o ‘preclaro cientista’: Os discursos sobre o negro de Manuel Querino e Nina Rodrigues”¹⁴, terceiro e último capítulo dessa dissertação, foi analisado o contraponto entre as ideias de Manuel Querino e Nina Rodrigues sobre o negro e a contribuição do africano na formação da nação brasileira; como os dois representaram a questão e os possíveis diálogos que o intelectual do IGHB estabeleceu com os estudos do referido médico, buscando respondê-lo de alguma forma.

Haja vista ambos terem abordado temas em comuns, como a cultura e a religiosidade de matriz africana, foi discutido as divergências entre as suas concepções sobre tema, bem como as possíveis proximidades entre as suas perspectivas. Dentre as questões debatidas, foi discorrido sobre a forma como os dois autores interpretaram os eventos da história protagonizados pelos egressos do cativeiro em busca da liberdade: suas ações e estratégias de luta como a formação de quilombos, especialmente, o Quilombo dos Palmares, e as diversas revoltas ocorridas na Bahia no século XIX, como a Revolta do Malês.

Acerca da forma como Querino e Rodrigues representaram às religiões de matriz africana e as crenças dos afrodescendentes, foi ressaltado a maneira como ambos analisaram a questão do “sincretismo” e a forma como esse sentimento religioso era vivenciado pela população negra. Nesse aspecto, foi destacado os possíveis paradoxos existentes em seus discursos e os seus posicionamentos diante da perseguição e a repressão às religiões afro-brasileiras, sobretudo ao Candomblé.

Dentre outros temas abordados pelos dois autores, foi avaliado ainda a forma como interpretaram alguns festejos populares da Bahia protagonizados pela população de ascendência africana ou com sua forte influência, como a Festa do Senhor do Bonfim e o Carnaval. Ambos elaboraram considerações em seus estudos sobre, por exemplo, a

¹⁴ Foi dessa maneira que os oradores da seção magna do IGHB, ocorrida em 13 de maio de 1928, em virtude da inauguração dos retratos de Manuel Querino e Nina Rodrigues na galeria de honra da instituição, se referiram às duas personalidades que foram homenageadas no evento. Os dois discursos serão analisados no mencionado capítulo. Ver, respectivamente: VIANA, Antonio. **Discurso em homenagem a Manuel Querino, inauguração do seu retrato na galeria de honra do IGHB**; LIMA, Estacio. **Nina e o negro. Discurso em homenagem a Nina Rodrigues, inauguração do seu retrato na galeria dos brasileiros beneméritos**. Ambos publicados na *Revista do IGHB*, n. 54, 1928.

“Lavagem do Bonfim” e os clubes carnavalescos compostos por negros no carnaval baiano, como “Os Pândegos da África” e “A Embaixada Africana”.

Nesse sentido, as reflexões teóricas desenvolvidas à luz da História Cultural proposta por Roger Chartier (2002) foram pertinentes para compreender como os sujeitos constroem suas visões de mundo a partir do lugar social que ocupam. Dialogando com o conceito de representação elaborado por esse autor, foi possível analisar o processo como Manuel Querino e Nina Rodrigues elaboraram convicções e projetos que legitimaram seus discursos e suas teses sobre o negro. A maneira diferente como representaram a questão racial estão relacionadas ao lugar social distinto ocupado por eles. O primeiro foi um intelectual afrodescendente que buscou contestar os postulados do racismo científico da sua época, enquanto o segundo ocupou um lugar de destaque na Faculdade de Medicina da Bahia, de onde saiu a maior parte dos estudos que compreendiam de maneira negativa a contribuição do africano na formação da nação brasileira. Ele mesmo foi considerado um dos principais doutrinadores racistas da sua época. Desse modo, são adequadas as explicações de Chartier:

[...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] As lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

Na perspectiva de valorizar a contribuição cultural do negro no país, Manuel Querino apresentou, em sua obra, valiosas informações que serão demonstradas no decorrer desse trabalho. Através da oralidade e do aporte documental existente em sua época, refletiu sobre o lugar do negro em uma sociedade que, apesar de ter abolido o trabalho escravo e ter proclamado a República, possuía fortes mecanismos de exclusão racial e social. Nesse estudo veremos porque ele foi considerado, por alguns que o admiravam, como o “Paladino da boa causa”, adjetivo usado por Antônio Viana, um dos integrantes do IGHB, ao elogiar à sua vida e sua obra¹⁵

¹⁵ Ver: VIANA, Antonio. **Discurso em homenagem a Manuel Querino, inauguração do seu retrato na galeria de honra do IGHB.** *Revista do IGHB*, n. 54, 1928, p.316.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO RACIAL ENTRE OS INTELLECTUAIS NACIONAIS NA VIRADA DO SÉCULO XX

Paralelamente à sua carreira de professor e funcionário público¹⁶, Manuel Querino dedicou-se em pesquisar temas referentes ao cotidiano popular, sobretudo, a cultura de matriz africana, publicando diversos estudos sobre a questão entre o período de 1905 e 1923, principalmente na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – o IGHB – instituição da qual foi sócio-fundador.

Esse contexto não oferecia condições favoráveis para aquele que escolhesse evidenciar a contribuição do afrodescendente para a formação da nação brasileira. O processo de exploração no continente africano, com o neocolonialismo empreendido pelos países europeus, iniciado no século XIX, aliado às descobertas de Charles Darwin, resultou em um procedimento de adaptação da teoria evolucionista para as sociedades humanas, a partir de então, o discurso da inferioridade racial foi legitimado pela “ciência” e difundido nos círculos intelectuais de diferentes lugares do mundo, inclusive no Brasil.

Essas teorias chegaram no país tardiamente, na década de 1870, quando já estavam sendo questionadas na Europa, no entanto, receberam uma entusiasta acolhida entre os intelectuais nacionais. Conforme destacou Roberto Ventura (1991), em sua análise das polêmicas entre os letrados na imprensa brasileira desse período, aos quais chamou “geração de 1870”, os estudos de Charles Darwin foram lidos e debatidos no Brasil, discutiam-se sobre a origem das espécies, as leis de evolução e suas aplicações à literatura, cultura e sociedade.¹⁷ Não obstante, o processo de recepção dessas ideias, não resultou em homogeneidade nos discursos dos escritores dessa época, o que se via, eram antagonismos e distinções de concepções entre os mesmos: “Nas polêmicas, os letrados lutavam por suas ideias ou grupos [...]. Época de escritores combativos, de polemistas irados, de bacharéis em luta (VENTURA, 1991, p. 13).

¹⁶ Sua trajetória profissional e acadêmica foi apresentada na introdução.

¹⁷ Essa obra é importante para se compreender a formação da crítica literária e do pensamento social brasileiro desse contexto. Ao analisar a questão, Ventura tomou como ponto de partida os debates travados entre Silvio Romero e seus contemporâneos como Araripe Júnior, José Veríssimo, Machado de Assis, Manoel Bonfim, dentre outros, no período de 1870 à 1914. Ver: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O debate acerca do tema racial tornou-se ainda mais recorrente após à abolição da escravidão em 1888 e à proclamação da república em 1889. Nesse período, o problema em relação ao futuro da nação passou à ordem do dia entre os letrados. A discussão estava relacionada à questão da cidadania e da formação de uma identidade nacional, dessa maneira, o problema que preocupava a elite intelectual era praticamente o mesmo: o que fazer com o enorme contingente de negros e mestiços na população brasileira e compreender até que ponto essa realidade afetaria os planos de progresso aspirados pelas classes dominantes.

1.1 A QUESTÃO RACIAL NO CENTRO DO DEBATE

Na historiografia brasileira recente, é possível encontrar alguns estudos importantes para compreendermos à questão das teorias raciais europeias e o processo de recepção das mesmas no contexto nacional. Dentre esses, podemos destacar *O espetáculo das raças* de autoria de Lília M. Swarcz (1993). A autora ressaltou que as concepções basilares da teoria das raças elaboradas por intelectuais europeus seguiam duas perspectivas teóricas: o monogenismo e o poligenismo.¹⁸

A primeira perspectiva, dominante no século XIX, foi seguida pelos chamados evolucionistas sociais e era pautada na ideia de desigualdade, pois implicava a concepção humanista de uma unidade humana em que as diversidades seriam transitórias e remediáveis pelo tempo ou contato cultural; a segunda, predominante em meados do mesmo século, encontrou aceitação entre os darwinistas sociais e era baseada na questão da diferença, ao defender a existência de espécies humanas diversas não descendentes de uma linha comum, portanto, as diferenças seriam definitivas e irreparáveis. Dessa maneira, conforme o discurso científico da época, o destino de diferentes sociedades humanas no tocante ao alcance do tão almejado modelo de

¹⁸ A autora informou, também, que o termo raça foi introduzido na literatura europeia no início do século XIX, por Georges Curvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

civilização estava fadado não à sua condição histórica, mas a sua condição natural ou biológica.

No Brasil, os principais centros difusores das referidas teorias raciais foram as instituições científicas de ensino e pesquisa, como os museus etnográficos, os institutos históricos e geográficos, as faculdades de Direito de Recife e São Paulo e a Faculdade de Medicina da Bahia. Conforme analisou Schwarcz (1993), a aceitação desses ideais entre os intelectuais nacionais foi seletiva e passou por um processo de ressignificação através de uma releitura que se enquadrava mais na realidade do país. Afinal, era um enorme problema adequar uma concepção racial determinista numa sociedade marcadamente mestiça. Dessa forma:

[...] De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com o final da escravidão – começaram a ser publicamente colocadas em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Aceitar integralmente essas teorias raciais europeias seria a mesma coisa que atestar um diagnóstico pessimista e fatal para uma nação que, através da perspectiva dos grupos dirigentes e de parte dos intelectuais nacionais, ansiava tanto por um progresso e civilização conforme os padrões europeus. Nesse sentido, a intelectualidade brasileira “em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial para o país” (SCHWARCZ, 1993, p. 19).

Antes da referida autora ter problematizado o tema da recepção das teorias raciais entre os intelectuais brasileiros, Roberto Ventura (1991), cujo estudo foi destacado anteriormente, já afirmava que os letrados nacionais escolheram dentre essas “doutrinas” europeias, as que pudessem ser “sincretizadas” a partir da questão nacional e relacionadas à construção do Estado e à afirmação da identidade das camadas dirigentes. Acrescentou ainda que, entre esse grupo, havia uma fascinação pelos aspectos da cultura metropolitana e uma identificação com o ponto de vista estrangeiro, o que resultou numa tensão entre a ideologia civilizatória e o projeto nacionalista (1991, p.40). Dessa maneira, foi introduzido no pensamento nacional uma imagem negativa da sociedade e da cultura local.

Apesar do autor não ter discutido as concepções de Manuel Querino sobre a questão racial no Brasil, o destacou ao lado de outros intelectuais como Araripe Junior e Manoel Bonfim, entre os letrados que atacaram às ideias racistas em sua base científica e ideológica. Para Ventura, esses exemplos foram vozes isoladas até 1910 (1991, p.62).

Conforme foi discutido, vários intelectuais brasileiros se posicionaram acerca da questão racial, a maior parte imbuído dos ideais oriundo do racismo científico. Estudiosos que se ocuparam do tema dividiram posições diversas. O destacado médico Nina Rodrigues¹⁹ e alguns dos seus seguidores, por exemplo, elaboraram considerações pessimistas para o futuro povo brasileiro, defendendo que a presença do negro na composição da sua população representaria um entrave para o ideal de civilização à moda europeia.

Outros prestigiados intelectuais da época, como Sílvio Romero²⁰, adaptou o darwinismo social conforme sua interpretação da realidade social do país, que para ele era transitória e remediável através do processo da mestiçagem. Esse último, integrava uma parcela da intelectualidade brasileira que defendia a teoria do “branqueamento”, definida pelo autor Skidmore (1976) como uma perspectiva que se baseava na ideia de que a miscigenação não produzia degenerados, mas uma população mestiça sadia e capaz de tornar-se sempre mais branca, tanto cultural quanto fisicamente. De acordo com o ponto de vista desse grupo intelectual, essa concepção parecia uma saída viável para a solução do problema racial no país.

Sobre os referidos modelos de pensamento racial defendido por Nina Rodrigues e Sílvio Romero no contexto de formação do pensamento étnico e social brasileiro, Ventura afirmou:

A consciência abolicionista e o discurso etnológico foram lugar privilegiado de incorporação do negro e do africano ao discurso

¹⁹ Médico maranhense que teve sua carreira consolidada como professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Publicou vários estudos sobre a questão do negro no Brasil sendo considerado o pioneiro nesse tema, além do introdutor da Medicina Legal no país. Discutiremos mais detalhadamente sobre esse autor no terceiro capítulo desse trabalho.

²⁰ Natural do estado de Sergipe, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914) formou-se direito, mas também atuou como jornalista, crítico literário, cientista político, sociólogo, professor e político. Em seus estudos, dentre outras questões, dedicou-se ao folclore brasileiro e outros aspectos da cultura nacional. Relacionou a formação da literatura no Brasil ao cruzamento de raças e línguas e abordou a influência das diferentes etnias na poesia popular. Entre as suas mais conhecidas obras, destacam-se: “A filosofia no Brasil: Ensaio Crítico” (1878); “A Literatura brasileira e a crítica moderna” (1880); “Contos populares no Brasil” (1883); “História da literatura brasileira” (1902); dentre outras. Para saber mais sobre sua trajetória, produção intelectual e embates literários em que se envolveu, ver: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

cultural e político dos escritores brasileiros, divididos entre a emancipação do escravo e a demarcação de limites ao exercício da cidadania. Os estudos literários e folclóricos de Silvio Romero e os etnológicos de Nina Rodrigues revelam uma ambiguidade intrínseca, que resulta da tensão entre o engajamento ou a simpatia pela causa da abolição e a adoção de teorias sobre a inferioridade das raças não-brancas e não-europeias (VENTURA, 1991, p. 47).

Não obstante às diferentes correntes do pensamento racial, é válido salientar que a preocupação com o futuro povo brasileiro, e até que ponto a influência do negro e da sua cultura na formação da nação afetaria os planos da construção de um pretendido modelo de civilização, era recorrente entre os estudiosos que se voltaram para a questão. Exemplo disso foi a fundação em 1916 da Revista do Brasil, em São Paulo, que reunia análises de diversos escritores empenhados no reexame da identidade nacional. Conforme destacou Skidmore (1976), a referida revista representava um núcleo de propaganda nacionalista e a questão racial era bastante presente e ambígua. A associação da ancestralidade africana ao povo brasileiro causava incômodo e rejeição entre esses intelectuais, que buscavam elaborar uma identidade nacional que se pretendia branca.

Sobre esse aspecto, é digna de nota as considerações de Acioli Moreira da Silva (2005) em sua análise de uma crônica de Lima Barreto intitulada “Macaquitos” e publicada em 23 de outubro de 1920 na revista *Careta*. Trata-se de uma polêmica ocorrida após um jogo amistoso de futebol entre Brasil e Argentina em decorrência da publicação de uma série de charges na imprensa de Buenos Aires que retratava a delegação brasileira com rostos de macacos. Essa associação causou grande indignação entre os intelectuais brasileiros, que se manifestaram contra o fato na imprensa nacional. Ao perceber a reação negativa dos seus contemporâneos em relação à forma como os brasileiros foram representados, o literato em questão acusou a elite intelectual do Brasil de ser tão racista quanto os argentinos.

Silva destacou que Lima Barreto, ao ironizar a referida polêmica em suas crônicas, criticava a reação exagerada da intelectualidade brasileira que demonstrava um grande constrangimento ao se verem associados a macacos, alusão comumente feita aos negros desde os primeiros relatos dos viajantes europeus em suas visitas às terras africanas.²¹ A atenção conferida pelos letrados nacionais às representações

²¹ Lima Barreto foi um intelectual afrodescendente que combateu os pressupostos racistas da sua época. De acordo com Acioli Silva, a posição desse literato em relação aos negros foi ambígua pois, ao passo

estereotipadas elaboradas pelos estrangeiros acerca do Brasil e dos brasileiros, serve para ilustrar que, no processo de construção da identidade nacional, qualquer aspecto que remetesse à ancestralidade africana era rejeitado e causava incômodo entre os mesmos.

Conforme demonstrado, a discussão do problema do negro no Brasil não ficou restrita às publicações em revistas especializadas dos institutos históricos e geográficos e instituições científicas, mas também ocupou a imprensa de todo país. Nesse veículo de informação, o afrodescendente e tudo que remetesse a ascendência africana era frequentemente representado de forma negativa, como um elemento que deveria ser reprimido.

O estudo de Meire Reis (2000) ilustra bem como ocorreu esse processo na imprensa baiana entre 1888 e 1937. A autora buscou reconstituir o discurso jornalístico sobre o negro nesse período, analisando as representações das elites letradas e leitoras no tocante às teorias racistas, o conceito de civilização e as ideias de democracia racial. Conforme ressaltou, o discurso acerca das raças nos jornais era baseado em duas visões dominantes: a primeira era fortemente influenciada pelo racismo científico reafirmando suas teorias; e a segunda, evidenciava a importância do afrodescendente no cenário baiano, destacando os aspectos positivos da cultura de matriz africana. Não obstante, ambas consideravam o negro biologicamente inferior. Nessas publicações, predominava uma visão depreciativa em relação ao negro e a sua cultura, além disso, as mesmas demonstravam o desconforto dos intelectuais nacionais com a marcada presença da influência africana no povo brasileiro:

Os jornais insistiam sobre concepções que colocavam o homem negro numa posição de inferioridade, principalmente num momento em que questões como cidadania e inserção dos negros na sociedade após a Abolição e a República eram levantadas. O negro não era visto como integrante dessa nova realidade política (REIS, 2000, p. 44).

que o orgulho da sua formação intelectual o distanciava hierarquicamente dos afrodescendentes, ele também contestava o racismo científico do período. Dessa maneira, procurava se libertar dos prognósticos negativos sobre sua capacidade. Ao construir uma imagem para o país, buscava ao mesmo tempo construir sua própria imagem. Para compreender mais sobre a trajetória intelectual de Lima Barreto, ver: SILVA, R. F. A. M. **A moléstia da cor**; A construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1920); Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas; 2002. ---- **Os Macaquitos na Bruzundanga: Racismo, Folclore e Nação em Lima Barreto (1881-1922)**. In: Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves; Leonardo Affonso de Miranda Pereira. (Org.). **História em Causas Miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 159-197.

A imprensa também foi um meio importante para demonstrar que o discurso racial não ficou restrito ao plano das ideias. Muitas reformas foram efetuadas no plano político pelo novo governo republicano brasileiro que representava os mesmos ideais de civilização difundidos pelos intelectuais pátrios. Dessa forma, foram realizadas várias reformas urbanas visando remodelar o aspecto físico, principalmente das capitais e das outras cidades de importância econômica no Brasil, na tentativa de se aproximar do padrão europeu. Nesse empreendimento, foram demolidas habitações populares que ocupavam os centros das grandes cidades brasileiras, afastando de cena tudo que era considerado um obstáculo aos planos de transformar a nação em um símbolo de civilidade aos olhos dos visitantes estrangeiros e às expectativas de suas elites.

Esse processo de segregação territorial reservou aos negros os piores lugares, removendo-os dos centros da cidade para a periferia. O autor Muniz Sodré (2002), ao discutir a questão do espaço e modernidade na formação da sociedade brasileira, propõe uma análise que elucida bem esse contexto: “A reforma da cidade, ao mesmo tempo que teatralizaria na suntuosidade dos prédios o imaginário burguês nativo [...] fornecia também baluartes contra infiltrações negro-populares” (2002, p. 46).

Acerca do contexto baiano, Rinaldo Leite (1996) informou que o momento mais significativo do processo de modernização da capital do Estado correspondeu ao contexto de 1912 a 1916. Conforme destacou o autor, nesse projeto de modernizar a cidade, além da intervenção em sua estrutura física, houve a implementação de uma campanha de controle dos hábitos e costumes da população, sobretudo, das classes populares. A intenção era eliminar do cenário urbano traços que remetiam ao passado colonial, renovando e saneando a cidade, dessa maneira:

Fortes críticas foram dirigidas, ainda, a alguns hábitos e costumes populares, sobretudo aqueles que lembrassem uma origem africana. Naquele momento em que se nutria o desejo de ser europeu, havia um exacerbado sentimento de rejeição aos elementos da cultura negra, típicos de segmentos populares dos habitantes da cidade. Ensejado no discurso civilizador, no início do século XX, desaprovava-se veementemente os batuques africanos realizados pela população negra, que, nos dias do carnaval, saía às ruas organizada em forma de clubes ou blocos, tocando seus instrumentos e entoando músicas que, de algum modo, remetiam à África (LEITE, 1996, p.129).

Depois disso o que se viu foi uma verdadeira “cruzada” contra os costumes associados à africanidade, como o samba, a capoeira e o Candomblé, que foram duramente reprimidos e associados a fatores de degeneração social e moral e considerados comportamentos inadequados ao ideal civilizatório. Várias arbitrariedades foram realizadas no sentido de reprimir e controlar essas manifestações culturais e religiosas comuns entre as classes populares de ascendência africana que insistiam em manter os hábitos originários ou de influência dos povos desse continente. Esse processo de perseguição às práticas de matrizes africanas teve respaldo no Código Penal em vigor no período²², que institucionalizou a repressão policial aos Candomblés e à capoeira, por exemplo. João José Reis destacou que, desde o século XIX, “o candomblé vivia sempre por um fio, pressionado por denúncias de gente grande e pequena, sobretudo da imprensa, e a consequente repressão policial” (REIS, 2008, p. 26).²³

Em sua análise sobre a repressão policial aos terreiros de candomblés, situados em Salvador e Ilha de Itaparica, Júlio Braga (1995) salientou que a perseguição policial na Bahia também se verificou permanentemente ao longo da primeira metade do século XX. Conforme destacou, essa repressão visava atingir propósitos mais largos e ambiciosos, servindo de instrumento de poder, fomentado e acionado pela classe dominante para alcançar seus objetivos civilizatórios:

[...] na Bahia essas práticas religiosas tradicionais foram rejeitadas sobre a alegação de que se tratava de práticas de feitiçaria. Por isso, deveriam ser afastadas de um meio social que se pretendia oriundo e portador de uma civilização ocidental (BRAGA, 1995, p.23).

Sobre essa repressão, Alberto Heráclito Filho (2009) acrescentou ainda que para as elites, tão ansiosas por modernização, as religiões afro-brasileiras representavam o atraso cultural baiano. Por isso, instituições públicas católicas e a mídia jornalística da cidade de Salvador passaram a liderar uma campanha de estigmatização dessas práticas. Em consonância com esse autor, Edmar Ferreira (2009) ao tratar do contexto do Recôncavo Baiano, demonstrou que a imprensa caracterizava a religiosidade de origem africana como supersticiosa, irracional e, portanto, incivilizada, contribuindo, assim, para a construção de estereótipos depreciativos que transformavam o negro em “caso de

²²O Código Penal que tratamos aqui corresponde ao elaborado em 1890 cuja validade se estendeu até de 1940.

²³ Apesar do autor ter analisado o período dos oitocentos, sua obra é relevante para a compreensão desse processo. Ver: REIS, João José. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

polícia”.²⁴ Uma notícia do jornal *A Ordem*, do município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, datada de 16 de outubro de 1920, ilustra bem a forma como a cultura e a religiosidade afro-brasileira era considerada:

MAS... ISSO É SÉRIO MESMO?

Candomblés e pandeiros, na cidade?

Valha-nos Deus! As bruxarias não nos quiseram [sic] desprezar [sic], ainda, maugrado [sic] as ordens terminantes do Sr. deputado Ubaldino de Assis, dadas, há mezes [sic] e, talvez há um anno [sic] e tanto, afim de não se consentir mais nessa affronta [sic] à nossa civilização.

Teria cessado a acção [sic] da polícia? O certo é que ainda se ouvem sons de *candomblés* e pandeiros bem pertinho de nós.

Chamamos, para o fato, assaz deponente [sic] a atenção [sic] do Sr. delegado de polícia, pedindo lhe que ponha termo a tamanha immoralidade [sic] (Jornal *A Ordem*, 16 de outubro de 1920).²⁵

A notícia acima dá o tom sobre a maneira como o Candomblé, importante religião de matriz africana largamente professada na Bahia e no Recôncavo baiano, era associada à bruxaria, ou seja, à feitiçaria, ação de fazer o mal. Além disso, demonstra que a repressão não ficou restrita à capital, mas também a outras cidades do interior baiano. O que se pode evidenciar na transcrição acima, é que essa forma de religiosidade afro-brasileira representava para uma parcela da sociedade baiana uma afronta à civilização e era desqualificada como imoral, pois desentoeava do modelo de modernidade que se pretendia instaurar em todo Estado.

Os sons dos Candomblés e pandeiros causavam incômodo, por isso deveriam ser coibidos pelas forças policiais que eram pressionadas para que agissem no sentido de silenciá-los. A notícia expressa ainda o quanto a perseguição às práticas originárias do continente africano encontrava apoio nas autoridades políticas, como no exemplo mencionado, de um deputado. Não obstante as ordens contrárias e as medidas repressivas, o que se via era a continuidade dessas manifestações, ao ponto de serem cobradas providências na imprensa local.

²⁴ Temos notícias desse contexto também em Feira de Santana, interior da Bahia num período posterior ao que se ocupa esse trabalho. Numa pesquisa realizada através da análise de processos criminais do final da década de 1940 e início de 1960, encontramos caso de pessoas que foram arbitrariamente presas devido a suas práticas religiosas. As práticas narradas nos documentos estudados se relacionavam certamente com práticas religiosas de origem africana, como a ministração de porções, beberagens, banhos de ervas e etc. Essas práticas eram entendidas pelas autoridades locais como curandeirismo ou exercício ilegal da medicina, portanto, a repressão era justificada legalmente e teve continuidade, não se restringindo a capital baiana. Ver: SOUZA, Michelle Dantas Reis. **Entre rituais e curas: repressão e representações sobre as práticas de cura em Feira de Santana – 1947-1960**. Monografia. Feira de Santana, UEFS, 2010.

²⁵ Jornal *A Ordem*, 16 de outubro de 1920. Setor de Periódicos Raros da BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Esse era o contexto em que Manuel Querino se inseriu com seus escritos sobre o negro. Diferente da maior parte da intelectualidade brasileira da época, seu projeto era a valorização da cultura de matrizes africanas, bem como evidenciar positivamente a contribuição do afrodescendente para a formação da nação. As questões que se colocam nesse momento são: qual o espaço e receptividade que esse intelectual encontrou no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, onde foi sócio-fundador e publicava seus estudos? E de que forma essa instituição e seus membros trataram da questão racial no período em que produziu e divulgou suas pesquisas?

1.2 O QUE OS INTELLECTUAIS DO IGHB TÊM A DIZER SOBRE “RAÇA”

Na Bahia, durante as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, a Faculdade de Medicina e o Instituto Geográfico e Histórico atuaram quase que hegemonicamente como os principais centros de produção e difusão de conhecimento acerca do Estado e de diferentes temas de interesse nacional. A tradição dos estudos sobre raça era fortemente marcada na primeira instituição, principalmente devido à grande influência dos intelectuais que a integravam, como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, dentre outros. Nas publicações médicas, a questão racial e o grau de civilização da sociedade brasileira eram os principais temas abordados e o modelo social-darwinista era largamente utilizado para explicar os problemas da nação. Conforme destacou Schwarcz (1993), nesse momento elevou-se a figura do médico político, pois a ele caberia à orientação científica que asseguraria a execução das ideias úteis ao progresso do país.

Além da questão da cidadania e da preocupação em se avaliar o perfil étnico e cultural que definiria os rumos da nação brasileira, pretensamente civilizada na perspectiva desses intelectuais, o final do século XIX foi marcado também pela introdução do pensamento lombrosiano entre os médicos da FMB. Trata-se da Antropologia Criminal, corrente de pensamento inaugurada pelo médico italiano Césare Lombroso que introduziu as técnicas da frenologia e da craniometria a fim de analisar a capacidade humana e o grau de criminalidade e degeneração através do tamanho e proporção do cérebro. Após a publicação em 1876 da sua obra “L’uono Delinquente”, em que afirmava que a criminalidade era um fenômeno físico e hereditário, suas ideias,

apesar das críticas e oposições que receberam de intelectuais de vários países, foi acolhida por parte dos letrados no Brasil.

Professores da FMB como Nina Rodrigues e Pinto de Carvalho eram lombrosianos confessos, como destacou Iraneidson Costa (1997). Conforme esse autor, o marco da introdução desse pensamento no Brasil ocorreu em 1880 e sua porta de entrada foi no círculo jurídico da Faculdade de Direito de Recife, se irradiando não apenas entre os intelectuais do Nordeste brasileiro, mas também pelas faculdades do Sul do país.²⁶

Baseados nessa interpretação, os primeiros estudiosos do negro no Brasil e difusores das ideias lombrosianas, como Nina Rodrigues, procuraram analisar a relação entre criminalidade e raça buscando detectar quais indivíduos necessitariam ser tutelados pelo Estado. Dessa maneira, essa instituição foi um terreno fértil para a discussão da questão racial na perspectiva positivista, procurando demonstrar supostas evidências físicas da degeneração e do controle científico das minorias sociais no país.

Já o IGHB, fundado em 1894, cumpria a missão de ser o guardião da “História Oficial” da Bahia, valorizando sua importância histórica no contexto brasileiro bem como suas características naturais, projetando o Estado positivamente no cenário nacional. Na edição da revista *Bahia Ilustrada* de 1918 nota-se a importância conferida à instituição pelos os intelectuais que a compunham e pelo Estado baiano, que promulgou a lei estadual n. 110 de 13 de agosto de 1895, reconhecendo-a como de “Utilidade Pública”. No artigo da referida revista, Bernardino de Souza, 1º Secretário Perpétuo do instituto, o qualificou como “a mais notável das associações científicas da Bahia”, cujos objetivos principais eram, conforme suas palavras:

[...] promover o estudo, animar o desenvolvimento e fazer a difusão [sic] da Geographia [sic] e da História em todos os seus ramos e em todas as suas applicações [sic] à vida social, política e econômica, especializando [sic] os seus trabalhos no que toca ao conhecimento do Estado da Bahia.²⁷

Em estudo sobre a origem e a consolidação do IGHB no período que compreende o ano de 1894 à 1930, Aldo Silva (2012) ressaltou que o papel dessa instituição também era pensar e propor os encaminhamentos necessários à adequação do

²⁶Ver: COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997.

²⁷ Nesse texto, Bernardino de Souza, além de uma homenagem ao IGHB, faz uma apresentação dos departamentos que compõem o instituto e realiza um apelo afim de arrecadar recursos para a continuidade da instituição. Ver: Revista *Bahia Ilustrada*, v. 2, n.5, abril de 1918.

Estado ao ideal de sociedade moderna e civilizada, representando dessa forma, os interesses do então governo republicano e de parte da sociedade baiana. Diferente da FMB, os integrantes do Instituto Histórico vinham de setores sociais e ocupacionais diversos, como professores, advogados, farmacêuticos e outros profissionais liberais. No entanto, como destacou o referido autor, tais segmentos comungavam das mesmas crenças e expectativas acerca do que julgavam ser as questões fundamentais para a Bahia, dessa forma: “O IGHB foi assim uma instituição constituída pelas elites e para as elites” (SILVA, 2012, p. 19).

Não obstante dos diferentes temas discutidos entre os intelectuais do IGHB, especialmente sobre a História e a Geografia do estado baiano, o instituto também se apresentou como um espaço para o debate acerca da questão racial. É importante ressaltar que entre os seus sócios se faziam presentes vários professores da FMB²⁸, o que estreitava os laços entre as duas instituições. Ao avaliar inúmeras listas de doações ao acervo da biblioteca do instituto, Silva (2012) considerou como certo o conhecimento dos seus sócios das obras dos autores europeus que teorizaram sobre a questão racial e o darwinismo social, como, por exemplo, H. Spencer. Além disso, concluiu que a aceitação das ideias sobre a classificação hierárquica da população de acordo com sua cor e as implicações disso para o desenvolvimento social baiano pode ser constatado através dos diversos artigos publicados na revista dessa instituição analisados por ele.

Conforme Silva (2012), na maior parte das publicações da Revista do IGHB, no período em que pesquisou, era evidente o esforço dos intelectuais desse instituto em apresentar uma Bahia europeizada através das suas características naturais, do seu clima capaz de abrigar populações de origem europeia, num claro sinal de interesse em evidenciar a viabilidade da imigração europeia para o estado, em consonância com a ideologia do “branqueamento”, a fim de apagar as marcas da influência negra, tanto no sentido étnico como no sentido cultural. O autor ponderou ainda que, apesar dessa visão ter sido majoritária entre os membros dessa instituição, as visões divergentes não eram combatidas e nem censuradas, confirmando o que ele chamou de “padrão de sociabilidade” do IGHB:

²⁸Dentre esses professores da FMB, o próprio Nina Rodrigues. Ver: ata de adesão do Dr. Nina Rodrigues como sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista do IGHB, ano III, n. 10, dezembro de 1896.

[...] os embates diretos, bem como a análise mais acurada dos conteúdos dos distintos discursos, eram cuidadosamente evitados de modo a possibilitar a convivência da diversidade de tipos e visões que caracterizaram o instituto desde seu primeiro momento (SILVA, 2012, p. 205).

Essa prática de sociabilidade cultivada entre os sócios do IGHB certamente favoreceu e abriu espaço para que Manuel Querino e outros intelectuais, que divergiram dos discursos predominantes sobre a questão racial na época, divulgassem suas ideias nesse importante círculo da intelectualidade baiana. No caso de Querino, é relevante ressaltar que seu tutor, Manoel Correia da Silva, foi uma figura destacada entre os intelectuais da sua época. A posição de um renomado homem público que foi, pode ter ajudado o acesso do seu tutelado nos mais prestigiados centros intelectuais do período, como o instituto histórico baiano.²⁹

Nesse sentido, diversas foram as vozes que se expressaram acerca do tema nos eventos realizados no instituto, bem como nas edições da sua revista. Embora as publicações acerca da temática do negro no Brasil não tenham sido tão recorrentes em termos de comparação com a FMB, essa questão aparecia com relevante frequência entre os mais notáveis membros dessa instituição, e também entre alguns menos conhecidos, que defenderam ideias das mais ortodoxas às mais flexíveis.

Demonstraremos alguns exemplos de membros do IGHB que manifestaram suas concepções sobre o problema étnico no Brasil em período anterior ao que se ocupa esse estudo, afim de esboçar mais ou menos um perfil do discurso racial entre alguns dos integrantes dessa instituição, destacando também posicionamentos de integrantes dessa instituição que foram contemporâneos à Manuel Querino.³⁰

Em discurso de homenagem ao primeiro ano de aniversário do IGHB, em 1895, seu então presidente Tranquilino Leovigildo Torres³¹ já manifestava, como membro da instituição, as primeiras visões acerca da questão racial no Brasil, proferida oralmente e

²⁹ Para maiores informações sobre o tutor de Querino, ver a introdução desse trabalho e o prefácio da primeira versão da obra de Manuel Querino “A Bahia de outrora”, 1916, escrita por J. Teixeira Barros. Ver também: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

³⁰ Obviamente, os exemplos analisados aqui não dão conta de todos os estudos que foram publicados no IGHB que tocaram na questão racial. Para tanto, seria necessário uma pesquisa mais aprofundada, que não foi possível no momento da realização desse trabalho, visto que, poderia comprometer o foco central desse estudo. De qualquer modo, os casos demonstrados ilustram a visão de parte dos membros do instituto sobre o referido tema.

³¹ Advogado e juiz de Direito, Tranquilino L. Torres dedicou parte da sua carreira jurídica às pesquisas e estudos da História da Bahia e nacional. Participou ativamente da fundação do IGHB, exercendo o cargo de primeiro presidente da instituição.

publicada na revista do Instituto³². Ao discorrer sobre o que compreendia como os três principais males que flagelavam a nação: jogatina, prostituição e politicagem; atribuiu à origem dessas “enfermidades” ao produto do que considerava como raças degeneradas, a saber, o resultado da mestiçagem entre brancos, índios e negros. Sua interpretação do problema, no entanto, não era fatalista, posto que considerava a instrução pública como o remédio que curaria o país. Ao tratar do período que sucedeu à abolição da escravatura no Brasil e as consequências desse evento histórico para a futura sociedade brasileira, ponderou:

Derrubou-se uma instituição que aviltava nos perante as nações christãs [sic] e civilisadas [sic], e entorpecia todos os ramos da vida do paiz [sic], [...], mas não trataram até hoje, monarchistas [sic] ou republicanos, de curar dessa raça infeliz, educando-a antes de instruil a [sic], de preparal-a [sic] para comprehender [sic] o grão [sic] da responsabilidade social, como cidadãos livres; de fazer desaparecer [sic] a inferioridade em que viveu sujeita, libertando-a da miséria, do descuido, da devassidão dos paes [sic] e convertendo-a em cidadãos uteis à pátria! As sociedades abolicionistas [...], em sua maior parte desapareceram [sic], quando deviam começar a sua missão mais nobre, mais humanitária e civilisadora [sic]: a regeneração dos infelizes por fácil educação, reformando seus mãos [sic] hábitos, despertando novos sentimentos, para a comprehensão dos deveres e direitos de que iam gosar [sic].³³

Torres acreditava que apesar da forte presença do africano e do alto de nível de mestiçagem da população brasileira, que para ele representava a causa da degeneração do seu povo e a origem dos seus males, a educação pública seria a salvação do país e o caminho para o alcance do modelo de civilização almejado por uma parcela da sociedade da época. Ao acusar os abolicionistas e republicanos de negligentes com a população negra recém liberta, abandonando-a sem oferecer-lhe condições de educação e preparo para exercer o modelo de cidadania do então estado republicano, ele demonstrou sua visão de que cabia aos brancos, através da transmissão dos seus valores culturais, regenerar uma “raça” que ele interpretava como inferior.

Conforme sua perspectiva, já que os afrodescendentes exerceriam o papel de cidadãos livres nesse novo cenário social e político, deveriam ter seus maus hábitos sanados a fim de amenizar sua inferioridade e serem reabilitados para integrar uma nova

³²Esse discurso foi publicado na Revista do IGHB, n. 4, ano II, junho de 1895.

³³Revista do IGHB, n. 4, ano II, junho de 1895, p. 152.

conjuntura, compatível aos ideais de progresso que as autoridades políticas e boa parte dos intelectuais pretendia instaurar na nação brasileira.

É possível encontrar outros exemplos nas publicações da revista do IGHB, de membros dessa instituição que aderiram às concepções advindas do darwinismo social, como o caso de Thomé Moura, que publicou uma série de artigos na referida revista sobre Lucas da Feira³⁴. Como promotor público da comarca de Feira de Santana e estudioso da questão da criminalidade, esse autor elaborou um estudo que analisava o perfil desse criminoso, narrando as histórias que ouvia sobre o famoso salteador que atuava nas estradas feirenses e construindo uma interpretação influenciada nos aportes teóricos da Antropologia Criminal.

Apesar de ter declarado críticas à teoria lombrosiana, suas considerações mostraram-se bem próximas da mesma ao defender a questão da criminalidade, no caso estudado, como um problema de ordem fisiológica. Para Moura, as razões que levaria um homem ao crime eram de ordem biológica, provocadas pelas degenerações da natureza humana que poderiam ser adquiridas, hereditárias ou ocasionais. A maneira como representou Lucas da Feira, como um indivíduo naturalmente inclinado para o mal, evidencia essa perspectiva. Depois de ter narrado a trajetória do referido criminoso, concluiu:

Homem nascido para o crime, a natureza assignalou-o muito melhor do pensa Lombroso. [...]

Foram esses os primeiros passos d'essa infeliz creatura [sic] na carreira do crime, ou antes — as primeiras manifestações de sua loucura moral, [...] cujo decurso não nos pode deixar a menor dúvida sobre o desenvolvimento de uma doença, de um estado physiologico [sic], como muito bem diz o conhecido autor d'O homem delinquente.³⁵

³⁴ Trata-se de Lucas Evangelista, conhecido como Lucas da Feira, representado como um famigerado salteador que aterrorizava as estradas da cidade do interior baiano Feira de Santana na primeira metade do século XIX. Negro, crioulo nascido em 1807, viveu os primeiros vinte anos de vida como escravo até fugir da fazenda do seu senhor, passando a viver escondido nas matas das vizinhanças, cometendo roubos e assassinatos e, posteriormente, formando uma quadrilha. Foi preso em 1848, julgado e condenado à morte; sua fama já corria no imaginário da população, despertando também o interesse de médicos e juristas da época em estudar cientificamente seu perfil criminal. Vale destacar, que um dos primeiros estudos acerca da questão e sobre o caso de Lucas da Feira foi elaborado por Nina Rodrigues. Ver: RODRIGUES, **Estudos de craniometria**. Gazeta Médica da Bahia, março-junho de 1892; **Negrés criminelos au Brésil**, Archivio di Psichiatria, Scienze Penali Ed Antropologia Criminale, 1895; **Lucas da Feira**, in ---- As coletividades anormaes. MOURA, Thomé. **Lucas – O Salteador**. Revista do IGHB, ano V, n. 16 e 18, junho e dezembro, respectivamente, de 1898. COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997, p. 67.

³⁵ MOURA, Thomé. **Lucas – O Salteador**. Revista do IGHB, ano V, n. 18, 1898, p. 644 e 651.

Não obstante a relevância dos exemplos demonstrados até o momento, não é o objetivo central desse trabalho centralizar nessa análise, visto que a intenção é demonstrar em linhas gerais como os intelectuais da instituição, da qual Manuel Querino fez parte, se posicionaram em relação à questão racial. Dessa forma, selecionamos apenas mais alguns exemplos, à nível de contextualização, a fim de avaliar o espaço e a importância que os estudos sobre esse tema tiveram nesse círculo da intelectualidade baiana em que Querino divulgou seus estudos sobre o negro.

Antes de Manuel Querino começar a publicar os seus estudos sobre o negro e sua cultura³⁶ no IGHB, um professor chamado Antonio Alexandre Borges dos Reis³⁷, em 1902, teve um texto publicado na revista do instituto que tratava de uma análise do primeiro período da colonização do Brasil, destacando a importância e o papel dos setores sociais e étnicos que compuseram o referido cenário histórico, a saber, os colonos europeus, os indígenas nativos e os africanos que vieram como escravos. Seu trabalho se torna pertinente para a presente discussão na medida em que traz uma visão menos negativa em relação ao negro e sua importância no processo de construção do país.

Ao tecer suas considerações em relação ao português, o considerou como o elemento mais preponderante na constituição da pátria nova pelo seu caráter assimilador; o indígena, representou de três formas: como aliado, prestando valiosos serviços ao colonizador, como inimigo, investindo contra os portugueses e resistindo à exploração que sofria, e como escravo, fraco e indolente para o labor. Já a sua interpretação em relação ao africano pode ser avaliada com uma crítica e denúncia à forma desumana e violenta como foi tratado em consequência do processo da escravidão, destacando sua função como máquina de trabalho e ressaltando o valor dos seus serviços prestados à nação. Nesse sentido, declarou:

Arrancados violentamente do pátrio solo, e transportados, qual mercadoria, em infectos porões de navios, para a estranha [sic] região onde a vida lhes vinham decorrer bem outra, jungidos ao eito, sob o azorrague do feitor, constituíram, entretanto, esses infelizes

³⁶ Querino iniciou suas publicações na revista do instituto em 1905, prologando-se até 1923, quando faleceu, período em que se ocupa esse trabalho.

³⁷ Foi sócio fundador do IGHB e da Academia de Letras da Bahia, lecionou História do Brasil e Geografia no ensino primário e secundário além de ter publicados vários livros didáticos sobre História, especialmente da escravidão no país, utilizados no Ginásio da Bahia que até a década de 1940 era a única instituição pública de ensino secundário da Bahia. Ver: PINA, Maria Cristina Dantas. **República e Escravidão na escola secundária baiana: aparentes contradições nos manuais didáticos de João Ribeiro e Antônio Alexandre Borges dos Reis**. XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo - RS, 2007.

representantes da raça negra um fator poderoso da nossa nacionalidade, pelo seu numero, pela feição affectiva [sic] de seu caráter, pela sua intensa proliferação. Raça igualmente vencida e subjugada, mas trabalhadora, valente e forte, prestou também à integração da pátria nova os mais valiosos serviços. [...] sua influência em a nossa evolução social é, principalmente pelos seus descendentes crusados [sic], bastante acentuada. Para a raça forte a que alludimos [sic], para o typo [sic] brasileiro do futuro, que se remodela, ella [sic] levará as virtudes primitivas das raças puras e sans.³⁸

Além do tom de denúncia aos horrores vivenciados pelos negros africanos trazidos ao Brasil como escravos, Reis dá especial destaque ao valor do seu trabalho, fundamental para a construção do país. Em sua análise, apesar de ter interpretado tanto o indígena quanto o negro sob o ponto de vista da hierarquização racial, os considerando inferiores, defendeu que o produto da mestiçagem não representaria um fator negativo para o futuro povo brasileiro. No tocante ao africano, especificadamente, acreditava que sua forte influência, diferente do que apregoava boa parte dos intelectuais da época, levaria as melhores qualidades na formação do que chamou de “typo brasileiro do futuro”. Conforme sua perspectiva, esse novo perfil étnico nacional não seria degenerado devido ao resultado do cruzamento com o negro, mas levaria, no processo de sua remodelação, as melhores virtudes da raça.

Sua visão se aproxima com a de Manuel Querino, na medida em que ambos se posicionaram positivamente em relação à influência do negro na formação da nação³⁹. Não obstante, a autora Maria Cristina Pina (2007), ao analisar os livros didáticos de Reis sobre o tema da escravidão, salientou que, apesar desse autor ter reconhecido e valorizado o elemento negro na construção do país, em sua obra ele trouxe para o centro da história o homem branco como fator principal da civilização. Nesse aspecto, sua interpretação acerca da questão racial se distancia da de Querino, posto que este pretendia colocar o negro em lugar de destaque na história.⁴⁰

Outra visão interessante e digna de nota sobre as diferentes posições referente à questão racial entre os intelectuais do IGHB é a de Anníbal Amorim, militar que alcançou o posto de general do exército brasileiro e foi sócio-correspondente do instituto. Em artigo publicado em 1910 no jornal *Gazeta do Povo* intitulado “Impressões

³⁸ “Colonos Indigenas e Escravos. Os jesuítas e a catechese”. Antônio Alexandre Borges dos Reis. Revista do IGHB, ano IX, n. 28, 1902, p. 61.

³⁹ Discutiremos mais adiante as ideias de Querino sobre a questão.

⁴⁰ Ver: QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator de civilização brasileira**. Bahia, imprensa Oficial do Estado, 1918. **Os homens de cor preta na História**. Revista do IGHB, n. 48, 1923.

da Bahia”⁴¹, ele descreveu o cenário urbano da época na capital baiana, ressaltando o aspecto das suas ruas e criticando, dentre outras questões, a higiene pública do município. Em seu relato sobre suas impressões da cidade, destacou a quantidade de negros que a habitavam, afirmando que: “A Bahia constituiu-se, no Brazil, o quartel-general da raça negra”.⁴² Sua opinião acerca do perfil étnico da população baiana bem como sobre a influência do negro na história, segue nas seguintes linhas:

Não esqueçamos, porém que o negro foi o factor [sic] principal na colonização do nosso paiz [sic], e que à sua energia, à sua resignação e à sua effectividade [sic] muito devemos. Não tenho preconceitos de raça, nem nenhum brasileiro [sic] sensato podera tel-os [sic]. Povo de ethnogenia [sic] complexa, tanto devemos amar o branco, o indio e o negro, que nos formaram, como as outras raças diversas que aqui vivem e collaboraram connosco [sic]. A raça negra muito influiu na educação do character [sic] e nos costumes da familia bahiana [sic], principalmente na parte mais elevada e mais culta da sociedade. Às velhas mucamas confiavam-se, quasi [sic] sempre, a criação e a educação rudimentar das crianças, em casa dos ricos senhores de engenhos. [...] O africano tem alguma coisa em que se parece com o inglez [sic]. O inglez onde chega, procura organizar um resumo da Inglaterra e dos seus hábito inglezes [sic]. Assim o africano, que, na Bahia, reproduz as suas festas nataes [sic], o seu candoublé [sic], o seu batuque e ... as suas feitiçarias. Mas, em se chegando à capital bahiana [sic], é preciso distinguir o negro rude e retardatário [sic], do negro intelligente [sic] e bem educado. Há os formados em medicina e em direito, e que são habeis [sic] clínicos e advogados distinctos [sic]. Felizmente, naquelle [sic] grande Estado brasileiro [sic], não existe odio [sic] de raças. Todos se respeitam e estimam, e trabalham para a grandeza e prosperidade da mesma terra.⁴³

Ao ressaltar o negro como fator principal na colonização do país, Amorim reconheceu também sua contribuição na educação e na formação dos costumes da população até entre as classes mais elevadas economicamente, elaborando, portanto, uma interpretação que incluía menos noções depreciativas do que era comum na época em relação a tudo que se referisse ao africano e seus descendentes. Quando comparou o afrodescendente ao inglês, no sentido de que ambos possuem a característica de reproduzir os costumes da sua terra natal, como no caso do primeiro que recriava suas crenças, como o Candomblé, não buscou imprimir juízo de valor às práticas culturais advindas do continente africano que se faziam presentes no território baiano.

⁴¹“Impressões da Bahia” por Annibal Amorim. *Gazeta do Povo*, Ano VI, n. 1501, 26 de Agosto de 1910. Biblioteca Pública do Estado da Bahia, seção de Periódicos Raros.

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

Diferente de parte dos intelectuais que lhes foram contemporâneos, em vez de pregar um “saneamento étnico” na sociedade baiana e brasileira, elaborou uma defesa à harmonia racial, declarando não possuir preconceito e atribuindo este aos que possuem a qualidade de insensatos. De acordo com sua perspectiva, não havia ódio racial na Bahia e todos viviam em mútuo respeito, o que demonstra, nesse sentido, que o autor ou não estava antenado aos conflitos de ordem ideológica e política que ocorria em relação à forte presença do negro no contexto em que se referiu, ou simplesmente negligenciou a existência desses embates, buscando construir uma imagem de uma cidade que convivia harmoniosamente com suas diferenças étnicas.

Outra questão mencionada por Amorim foi a distinção entre os negros “rudes e retardatários” dos negros educados e hábeis. Ao salientar a existência de homens de cor na Bahia, distintos advogados e médicos, por exemplo, é provável que tivesse procurado reforçar a imagem de uma sociedade que incluía e dava espaço aos homens, independente da sua condição racial. Com essa perspectiva, ele adiantava noções que ganhariam terreno fértil a partir da década de 1930, sobretudo com a teoria da “democracia racial” elaborada por Gilberto Freyre, em sua célebre obra *Casa Grande e Senzala*, publicada em 1933, em que defendia a existência de uma harmonia racial no país.⁴⁴

Em continuidade à discussão sobre a perspectiva acerca da questão racial entre os intelectuais do IGHB, é relevante ressaltar ainda a visão de dois importantes nomes que ocuparam lugar de destaque e prestígio nessa instituição no contexto em que Manuel Querino produziu, a saber, Braz do Amaral e Theodoro Sampaio. Não serão analisados aqui todos os trabalhos que ambos publicaram na revista do instituto histórico baiano pois foram diversos, mas serão selecionados os que mais se referiram diretamente à questão do negro no Brasil.

Médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, além de outras instituições de ensino da capital baiana, como o Liceu de Artes e Ofícios e a Escola de Belas Artes, Braz Hermenegildo do Amaral dedicou-se, paralelamente, à sua carreira na área da medicina, às pesquisas no campo da Geografia e da História, produzindo

⁴⁴ Autores posteriores acabaram reproduzindo essa teoria em seus estudos, atualmente desconstruída através das novas pesquisas e produções no campo da historiografia e das Ciências Sociais em geral. Podemos citar como um dos mais destacados trabalhos que se baseou na perspectiva da democracia racial o de Thales de Azevedo, produzido na década de 1950, que analisou a dinâmica de ascensão social dos homens de cor na sociedade baiana do período. Ver: AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor. Um estudo de ascensão social.** Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955.

relevantes trabalhos a respeito.⁴⁵ Ocupou lugar de destaque no rol da intelectualidade do período em que viveu, participando ativamente como sócio-fundador de outras importantes instituições baianas da sua época como a Academia de Letras da Bahia e o IGHB. Sua obra de conteúdo histórico, incluindo seus artigos publicados na revista do instituto e outros livros a respeito, tratam de eventos da história do Brasil, sobretudo da Bahia, com especial destaque à importância desse estado no cenário nacional, como por exemplo, a sua participação no processo de emancipação do país.

Um dos seus trabalhos que toca mais diretamente na questão racial é o intitulado “As tribus negras importadas. Estudo ethografico, sua distribuição regional no Brasil: os grandes mercados de escravos”⁴⁶. Nesse estudo, Amaral analisou as principais etnias africanas que vieram como escravas para o Brasil, bem como suas características e alguns dos seus aspectos culturais e religiosos.⁴⁷ Ele analisou o africano sob uma perspectiva muito difundida na época, como forte e resistente para o trabalho enquanto o índio era frágil e catequizado. No tocante à questão do tráfico de escravos, usou um tom de denúncia ao que o mesmo chamou de “escândalo”, ressaltando a crueldade como eram tratados os negros escravizados em todo o processo da escravidão em detrimento do nativo que era protegido pelos jesuítas. Além disso, também mencionou como os africanos eram negligenciados: “Nos primeiros tempos não chamaram a atenção [sic] dos historiadores do país [sic] os míseros pretos. Os índios haviam levantado a piedade dos jesuitas; os negros, não. Não eram lamentados, nem houve quem por elles [sic] intercedesse”⁴⁸. Apesar de considerar os africanos ainda em estágio selvagem, reconhecia que entre os diferentes povos importados haviam homens e mulheres inteligentes e hábeis. Sobre esse ponto de vista, cabe aqui sua declaração:

Podiam na sua generalidade revelar as qualidades de intelligencia [sic] próprias do individuo ou da raça, estes estrangeiros recém-chegados em taes [sic] condições? Parece que não. E se collocassem [sic] europeus em situação idêntica, não sei se elles [sic] não mereceriam

⁴⁵Em estudo publicado recentemente, o autor Rinaldo Leite considerou Braz do Amaral como o fundador da historiografia moderna na Bahia, como um dos pioneiros ao demonstrar em sua obra um caráter de fato historiográfico atingindo um equilíbrio entre narrativa, análise dos fatos e recorrência às fontes documentais. Ver: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **Braz do Amaral, o historiador da Bahia: sua concepção de história e engajamento político-social na Primeira República**. XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH-Brasil, Natal-RN, julho de 2013.

⁴⁶Revista do IGHB, n. 41, 1915, p. 39-72.

⁴⁷ Não podemos deixar de destacar que um dos pioneiros a analisar o tema de forma mais aprofundada e apoiada em vasto corpus documental foi Nina Rodrigues. Ver: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

⁴⁸ Revista do IGHB, n. 41, 1915, p. 40.

também o appellido [sic] de broncos e brutos! Há broncos e brutos em toda parte e mesmo entre as raças mais inteligentes [sic], mas, força é confessar que, familiarizados com o paiz [sic], o meio e a sua condição, muitos africanos revelaram signaes [sic] e deram provas de intelligencia [sic], que devem ser mencionadas e estudadas convenientemente, para evitar aqui a reprodução, sem exame e sem escrúpulo, do que tantas vezes nos faz rir, no estrangeiro quando ouvimos apreciações sobre a Geografia e História da nossa terra, principalmente em meios muito cultos e por pessoas que suppunhamos [sic] mais habilitadas do que se revelam em taes [sic] ocasiões [sic]⁴⁹.

Embora ainda estivesse influenciado pela concepção do darwinismo social vigente no período, mencionando a existência de povos mais inteligentes e/ou mais avançados que outros, Amaral associou a capacidade intelectual do indivíduo às circunstâncias na qual ele foi submetido, por isso ressaltou que qualquer povo, inclusive o europeu, considerado o mais evoluído, se colocado em situação semelhante ao negro escravizado também manifestaria comportamentos que pudessem ser classificados, conforme suas palavras, de “broncos e rudes”.⁵⁰ Para ele, eram as circunstâncias da escravidão que degradava os povos importados do continente africano e o que era considerado bárbaro e selvagem nos mesmos, não poderia ser atribuído a todos eles: “Dizer bronco como um africano não é exprimir uma verdade que se possa estender por analogia a toda raça”⁵¹. Vê-se aqui que, apesar de ter reconhecido características positivas no africano, salientando que estas demonstraram mesmo em um meio hostil e impróprio para tal, sua interpretação foi a de que entre os afrodescendentes havia uma hierarquia racial.

Sobre esse aspecto, vale destacar a relação que esse autor fez entre características biológicas e psicológicas. Ao discorrer sobre os vários povos africanos como os geges, os tapas, os angolas, minas, haussás, dentre outros, ele enumerou os perfis físicos que cada um possuía, ressaltando paralelamente traços comportamentais como preguiça, embriaguês, capacidade intelectual e etc., como se fossem características hereditárias e ligadas à etnia. Exemplo disso, foi sua consideração em relação ao africano como naturalmente inclinado para o trabalho, laborioso e cumpridor dos seus deveres enquanto o crioulo demonstrava com mais frequência a preguiça. Em

⁴⁹ Idem, p. 47.

⁵⁰ Manuel Querino trouxe uma concepção semelhante, que será analisada mais adiante. É possível que Querino tenha dialogado com as ideias de Braz do Amaral, interessante ressaltar que ambos citaram referências comuns como Rocha Pombo e Perdigão Malheiro, para embasar suas análises sobre alguns eventos da história nacional e baiana.

⁵¹ Idem, p. 45.

relação ao mestiço, afirmou que: “Estes são mais ágeis, espertos e activos [sic], mesmo mais inteligentes [...] do que os africanos, mas, em geral, lhes são inferiores no amor ao trabalho, na perseverança e em outras qualidades moraes”⁵². Isso demonstra que, apesar de ter deslocado em sua análise dos africanos o foco racial para o circunstancial, ainda estava preso às concepções em voga, como já foi analisado.

Para Amaral, os negros possuíam virtudes, mas de acordo com a etnia de origem, por isso elaborou uma crítica às teorias que generalizavam todos os povos africanos como biologicamente inferiores, chamando atenção para a necessidade de estudá-los de forma mais apurada, para não correr o risco de reproduzir essas concepções “sem exame e sem escrúpulo”, conforme declarou. Dessa forma, demonstrou que não concordava com as teses deterministas e generalizantes difundidas pelos os seus contemporâneos acerca das diferentes etnias africanas que vieram para o Brasil na condição de escravas. Além disso, criticou os intelectuais estrangeiros por produzirem e divulgarem estudos acerca do país sem embasamento.

Outro importante nome que integrava o rol do IGHB no período aqui estudado foi Theodoro Sampaio. É igualmente digna de análise e relevante para a presente discussão sua concepção acerca da questão racial. Intelectual baiano afrodescendente, filho de uma escrava e supostamente de um padre que financiou seus estudos, formou-se em engenharia no Rio de Janeiro, tornando-se um profissional respeitado não apenas em sua área de formação, mas em outros campos do conhecimento como História e Geografia. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio-fundador do IGHB, do qual foi presidente em 1922. Em dois discursos proferidos, respectivamente em 1911 e 1919, como orador oficial do instituto baiano, em sessão magna, em virtude da comemoração do aniversário dessa instituição, ele manifestou sua concepção acerca da composição étnica do povo brasileiro e a implicação disso nos rumos da nação.

Em ocasião da comemoração dos dezessete anos do IGHB, em 1911, após as homenagens aos membros falecidos dessa instituição, Sampaio prosseguiu em seu discurso com um apanhado histórico sobre o descobrimento do Brasil, explanando suas previsões acerca do futuro desse país. Diferente das teses pessimistas que traçaram um futuro incerto para essa nação em formação, devido à sua composição étnica, que para parte dos intelectuais da época representaria um empecilho para o progresso do seu

⁵² Idem p. 51.

povo, ele apontou para uma perspectiva positiva, defendendo que a evolução da civilização nacional poderia ser empreendida pelo que chamou de “typo nacional”, ou seja, os próprios brasileiros seriam capazes de desenvolver seu país. Contrariando os referidos diagnósticos fatais e deterministas sobre sua terra, declarou:

Sou daquelles [sic], meus senhores, que crêm está reservado ao nosso Brazil [sic] um grande destino na idade futura. Ainda que a alguns, e dos mais eminentes dos críticos modernos, pareça incerta a nossa marcha no porvir, porque a História ainda não assignalou [sic], nas passadas eras [sic], um grande povo, que concorresse para o progresso humano, trazendo nas veias o sangue misturado das raças que corre no nosso meio ethnico [sic]; ainda que a outros, tomados de preconceitos, pareça que a terra formosíssima, que nos coube em sorte, seja um desperdício nas mãos dos brasileiros; ainda que a muitos dos doutrinários do imperialismo europeu, a America do Sul, em boa parte deva gyrar [sic] na obita das regiões colonisaveis [sic] e da dependência de outros povos cultos e poderosos, a verdade é que, [...] estamos elaborando o nosso próprio *typo nacional* [grifo nosso], definitivo, capaz de agir e dominar no meio tropico em que nascemos. [...] As raças novas ahi [sic] estão, cada dia, revelando qualidades surprehenderes [sic] com que a sciencia [sic] não contava, e ellas [sic] hão de demonstrar ainda que a espécie humana está bem longe de ter attingido [sic] o seu typo [sic] verdadeiro, evoluído e definitivo.⁵³

De forma semelhante a maior parte dos seus contemporâneos, Sampaio também demonstrou estar sob influência das concepções teóricas advindas do evolucionismo cultural, que pregava diferentes estágios de evolução entre as sociedades humanas. Ao afirmar que ainda não existia, na história, exemplos entre as raças consideradas inferiores de civilizações “grandiosas” que tivessem concorrido para o progresso humano, acabou reproduzindo a ideia, muito em voga, que utilizava como parâmetro de comparação para avaliar o nível de desenvolvimento de um povo o modelo de sociedade do europeu. No entanto, para justificar o grau de desenvolvimento do país, ele assinalou que a questão racial não implicaria em seu progresso, já que, conforme sua interpretação, as “novas raças” ainda não haviam completado o ciclo evolutivo, dando provas da sua capacidade de progredir e desenvolver uma civilização futura. Ou seja, seria questão de tempo para que o resultado da mistura étnica aqui ocorrida evoluísse, contribuindo de forma positiva no porvir da nação brasileira.

Conforme sua compreensão, o produto da mestiçagem no Brasil não degeneraria o seu povo nem tampouco acarretaria em um entrave à futura civilização nacional.

⁵³ Revista do IGHB, n. 37, 1911, p. 124 e 125.

Nesse sentido, defendeu a formação de um “typo nacional” capaz de gerir o país sem a necessidade da intervenção do estrangeiro, que elaborava teorias que concorriam para o descrédito no futuro das nações do Novo Mundo. Para ele, essas ideias eram movidas por interesses imperialistas, preconceito ou mesmo por falta de conhecimento aprofundado da capacidade do mestiço. Apesar de ter assimilado parcialmente as concepções acerca das raças humanas difundidas pelos europeus, Sampaio as readaptou de acordo com sua interpretação da realidade brasileira, além de também tê-las contestado:

A sciencia [sic] dos occidentaes [sic] dividiu a espécie humana, antropológica e socialmente falando, em raças superiores e inferiores. A’ aqueles reconhece qualidades physiologicas [sic] que lhes permittem [sic] dominar pela força, [...] a estas, por falta dessas mesmas qualidades, não cabe senão a posição inferior dos subjugados e vencidos por effeito [sic] de condições inatas e fataes [sic]. Não aceito dessa sciencia [sic] o absoluto *veredictum*, até porque é ella [sic] mesmo quem nos assignala [sic], na evolução dos seres, a influencia do meio, isto é, a estreita correlação que, do nosso ponto de vista, há entre o homem e a terra.⁵⁴

Assim como uma parcela dos intelectuais da sua época, esse autor realizou um processo de ressignificação das teorias deterministas em relação ao futuro das civilizações do Novo Mundo. Sua recepção dessas concepções não consistiu em simplesmente reproduzi-las, mas em reinterpretá-las e criticá-las. Por isso apontou uma “saída” para desmentir as referidas previsões fatalistas que atribuíram à nação brasileira um futuro incerto devido à sua composição étnica, colocando suas expectativas no novo “typo nacional”, que também chamou de “sub-raça”.

É valido lembrar que em 1902, antes desse discurso de Sampaio ter sido proferido e publicado na Revista do IGHB, outro sócio dessa instituição, Antonio Alexandre Borges dos Reis, discutido anteriormente, também se referiu em artigo publicado na mesma revista a um termo semelhante – “typo brasileiro do futuro” – o que indica que essa concepção encontrou espaço entre uma parte dos membros do instituto.

Apesar de ter considerado o perfil étnico do brasileiro ainda em formação, para Sampaio, este não seria um elemento degenerado, inferior por natureza, mas munido de

⁵⁴ Idem, p. 126.

capacidade para contribuir decisivamente para o progresso do país, demonstrando, assim, uma visão positiva da mestiçagem:

O Brasil, [...] não é um enigma a desafiar às cogitações dos sábios. [...] a mistura de raças, que nelle [sic] se opera, não lhe entorpecerá o progredir, mas certamente trará ao typo [sic] definitivo, que será o nacional, a aptidão, a resistência que lhe é mister para dominar no meio tropico. A nossa civilização differirá [sic] certamente da europeia, [...] mas, nem por isso, lhe será inferior e a História registrará, pela primeira vez, o despontar de uma nova civilização de typo [sic] próprio [...]. Este será o destino do Brasil.⁵⁵

Ao afirmar que o Brasil não é um enigma a desafiar os sábios e que a mestiçagem não impedirá o progredir da nação, o autor também demonstrou uma forma de contestar as ideias de parte dos intelectuais de sua época que defenderam de forma direta essa concepção, como, por exemplo, Nina Rodrigues, que, em seu conhecido trabalho sobre o negro no Brasil, proferiu que o afrodescendente era a “esfinge do nosso futuro” e um entrave para o progresso nacional (RODRIGUES, 2010, p. 9). Dessa forma, vemos que Manuel Querino não estava isolado nesse debate, mas mantinha um diálogo com seus colegas do IGHB, que compartilhavam ideias semelhantes acerca da questão racial, como foi o caso do Theodoro Sampaio.

Ainda sobre as concepções desse último, é pertinente salientar seu posicionamento sobre a participação brasileira no Congresso da Paz ⁵⁶ ocorrido em Paris, em 1919, em um discurso proferido no dia 3 de maio do mesmo ano em virtude da comemoração de mais um aniversário do IGHB. Nesse encontro internacional, sediado na capital francesa, o Brasil havia enviado uma comitiva chefiada pelo futuro presidente da república, Epiácio Pessoa, para tomar parte das decisões deliberadas nesse evento e assegurar a resolução de algumas questões⁵⁷ que envolviam diretamente

⁵⁵ Idem, p. 132.

⁵⁶ Trata-se Conferência da Paz, também chamada Conferência de Paris, inaugurada em 18 de janeiro de 1919 na capital francesa e encerrada em 20 de janeiro de 1920. Esse evento contou com a presença de 70 delegados, representando apenas a coligação dos 27 países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, inclusive o Brasil. Dentre as resoluções efetivadas nessa conferência, destaca-se a criação da Liga das Nações e a imposição do Tratado de Versalhes à Alemanha. Embora o objetivo desse encontro internacional fosse o de assegurar as condições de paz entre os países envolvidos na Grande Guerra, estas foram vistas como uma imposição aos países derrotados pelos chamados "Quatro Grandes" - Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália que dominaram a Conferência e garantiram que prevalecessem os seus interesses. Ver: **Conferência de Paris**, Fundação Getulio Vargas – FGV, CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ConferenciaDeParis>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

⁵⁷ Dentre essas questões, duas eram as que mais afetavam diretamente os interesses do Brasil, a primeira se referia a garantia de recebimento do depósito feito pelo país com o dinheiro da venda do café que o estado de São Paulo possuía estocado em alguns portos europeus como garantia de dois empréstimos ao

o país após sua participação na Primeira Guerra Mundial. Sampaio aproveitou a ocasião como orador oficial na sessão magna do instituto para criticar a atitude dos representantes brasileiros em ter colaborado, junto com a delegação estadunidense e britânica, no veto da cláusula da igualdade racial entre as grandes potências⁵⁸ proposta na referida conferência. Nesse sentido, é relevante sua declaração à respeito:

São ainda dessa natureza moral os protestos que de toda parte se levantam contra a decisão do Congresso da Paz, attentando [sic] contra a dignidade humana, affrontando [sic] o christianismo [sic] e a civilização, com o proclamar a desigualdade jurídica das raças. Diante da insolência da medida victoriosa [sic], o povo brasileiro estremeceu, elle [sic], que, há quatro séculos, se vem constituindo com a mescla de todas as raças, com o concurso de todos os povos, e até com o patrimônio moral de africanos e de ameríndios, de que é elle [sic] aqui o sucessor nesta terra dos Trópicos. Negar a egualdade [sic] jurídica das raças, e negal-a [sic] com a collaboração de representantes do Brasil, é um verdadeiro attentado [sic] contra moral, diante do qual este Instituto não pode silenciar, um vilipendio aos brasileiros cujo título de glória, que os distingue entre os demais povos, é o da sua tolerância, da sua equanimidade, da sua gratidão para com as duas raças que lhe cultivaram a terra e a enriqueceram [...]. Deixar o direito do homem [...] à mercê de acidente de cor, é negar séculos de luta dos mais gloriosos da história da civilização, é preconceito que só a estupidez explica sem jamais se escusar.⁵⁹

Para Sampaio, a decisão realizada na conferência representava um retrocesso até mesmo entre as nações que se diziam portadoras da civilização, e a postura dos representantes brasileiros em colaborar com o veto da igualdade racial era inadmissível para um país tão diverso etnicamente, que foi construído através da contribuição fundamental dos diferentes povos que aqui viveram. Por isso, chamou a atenção do IGHB para uma tomada de posição ao que ele considerou como um atentado contra a moral dos brasileiros. Ele acreditava que no Brasil havia menos ódio racial que nas

iniciar-se a guerra, na casa bancária Bleischroeder de Berlim; e a segunda, envolvia a posse dos 46 navios alemães que o Brasil havia embargado ao romper relações diplomáticas com a Alemanha. Sobre a participação brasileira na Conferência da Paz de 1919, ver: GARCIA, Eugênio Vargas. **Guerra e paz**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/guerra-e-paz>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

⁵⁸Essa medida foi proposta pelo Japão e rejeitada, sobretudo, pela Inglaterra e pelos Estados Unidos além de outras potências europeias junto com a Austrália, que, desde de 1911 havia empreendido uma política restritiva de imigração conhecida como “White Australia”, que chocava frontalmente com o cerne desta proposta japonesa. Ver: PINTO, Raquel Vaz. **CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA. A Grande Guerra e a ascensão da Ásia – a China e o Japão**. Relações Internacionais, n.42, Lisboa, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164591992014000200008&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

⁵⁹Revista do IGHB, n. 45, maio de 1919, p. 181.

nações europeias e norte-americanas, assim, a atitude da delegação brasileira no Congresso da Paz não condizia com a realidade da população nacional que, na sua concepção, era tolerante e convivia harmoniosamente diante da diversidade étnica que se fazia presente em seu cotidiano.

Nesse discurso, mencionou ainda, homens negros que admirava, como Booker Washington, relatando passagens da sua vida e protestando contra o preconceito e discriminação que este sofreu em sua terra natal, os Estados Unidos da América: “o negro ilustre, que veio a ser uma das glórias do seu país e em que Roosevelt encontrou o mais digno, o mais sábio para nelle [sic] honrar a raça redimida [...]”.⁶⁰ É importante destacar, que o referido intelectual estadunidense também foi admirado por Manuel Querino que, em sua obra “A raça africana e seus costumes na Bahia”, o homenageou declarando ter sido este “o educador emérito, o orador consumado, o sábio, o mais genuíno representante da raça negra na União Americana” (2006, p. 13).⁶¹

Outra personalidade negra que Sampaio destacou ainda na referida solenidade, ocorrida no IGHB, em 1919, foi um membro do instituto que figurava entre os homenageados falecidos. Tratava-se de Francisco Dias Coelho, um importante homem de cor que ficou conhecido por seu prestígio como chefe político e representante comercial no sertão baiano, mais precisamente no município de Morro do Chapéu, onde foi Intendente. Foi elogiado pela sua atuação em promover a difusão do ensino primário, o estímulo da lavoura e o desenvolvimento das indústrias na localidade em que atuou.

Ao ressaltar seu exemplo e salientar suas virtudes, Sampaio buscou demonstrar a ineficácia da desigualdade das raças humanas proclamada no Congresso da Paz que tanto criticou, mais uma vez em defesa de que a questão étnica não determinava o progresso humano. Nesse sentido, em relação ao seu colega falecido do instituto baiano, declarou: “A desigualdade das raças perante o direito tem no caráter e na vida deste homem o seu mais solene desmentido. O Instituto que se honra com sua memória, aponta-o e o proclama.”⁶²

Apesar de Theodoro Sampaio ter demonstrado uma posição mais flexível em relação à questão racial, suas concepções também se aproximaram de parte dos

⁶⁰ Idem, p. 182.

⁶¹ Recentemente, a autora Sabrina Gledhill defendeu sua tese de doutorado em que realizou uma análise comparativa entre a atuação de Manuel Querino e Booker T. Washington como intelectuais negros, como o título: “Travessias racialistas no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino”, Universidade Federal da Bahia, 2014.

⁶² Idem, p. 190.

intelectuais de sua época que defendiam a superioridade dos valores europeus. Em consonância com seus contemporâneos do instituto, ele também se ressentia da incapacidade da Bahia em atrair imigrantes desse continente para o Estado.

Em um inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura acerca da questão imigratória no país, realizado em 1926, ele expressou ser a favor das restrições à imigração negra demonstrando-se mais favorável à entrada dos europeus, apenas admitindo a imigração seletiva de homens de cor através de contratos temporários. Quando inquirido sobre a procedência preferencial dos imigrantes para a Bahia afirmou: “os portugueses, os italianos e mesmo os alemães podiam bem vingar como colonos [...]”.⁶³

Até o momento dessa discussão, foram analisadas as visões particulares de alguns membros do IGHB acerca da questão racial no período anterior ao que Manuel Querino começou a publicar no instituto e de alguns dos seus contemporâneos. Dessa forma, é digna de destaque a exposição de um documento que pode ser considerado como uma representação de uma visão coletiva dos membros dessa instituição no tocante à problemática discutida aqui. Trata-se de uma carta enviada à Secretaria do Instituto Geográfico e Histórico Baiano assinada por Theodoro Sampaio, Pirajá da Silva e A. de Campos França, contendo um parecer sobre as três propostas que foram apresentadas para concorrer como figura simbólica da Bahia, em virtude da criação de um monumento comemorativo ao centenário da independência nacional em 1922.

A primeira proposta se referia ao tipo indígena – “o Caboclo” – apresentada por Eduardo Camará, que foi preterida pela comissão avaliadora por ter sido considerada um símbolo de longa data que não mais representava especialmente à Bahia. A segunda, sugerida por Sylio Boccanera propôs à figura da “indígena cristianizada”, rejeitada mediante o argumento de ser geral à todo país, portando não caracterizava especificadamente o estado baiano, onde o elemento índio não mais preponderava. E por fim, a terceira, intitulada “A heroína dos seios titânicos” ou “Athenas Brasileira”,

⁶³ Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura. Imigração. Rio de Janeiro: Villane e Barbero, 1926, p.291. Apud, ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 40. A autora Wlamyra Albuquerque analisou as repercussões entre os intelectuais baianos como Afrânio Peixoto e o Theodoro Sampaio em alguns jornais da época, acerca de um projeto de lei que impunha medidas restritivas à entrada de imigrantes negros no país apresentado na Câmara Federal em 1921. Ver: idem, p. 39 e 40.

defendida por Descartes de Magalhães, foi criticada devido à forte referência ao grego, sem apresentar algum elemento que a nacionalizasse.⁶⁴

Após as propostas terem sido expostas, a comissão debateu acerca da dificuldade de se criar um símbolo para a Bahia, concluindo que qualquer característica atribuída ao estado seria duvidosa, já que ainda não havia algo que verdadeiramente representasse a Bahia, pois, de acordo com a banca, o tipo baiano é o “do porvir”. Mais uma vez se verifica a concepção do perfil étnico do futuro, ainda em formação, visão que alguns membros do instituto baiano compartilhavam, como Theodoro Sampaio e Braz do Amaral, por exemplo.

Esse parecer representa praticamente uma tomada de posição mais direta do IGHB acerca da questão racial, sobre a maneira como, através dos seus membros, era pensada à identidade étnica da sociedade baiana da época, o que seria o baiano e o que melhor o caracterizaria. O problema da mestiçagem não era ignorado e o que preocupava era a forma de representar um tipo que, na concepção da comissão avaliadora, ainda estaria em formação, por isso as restrições às propostas explanadas. Nesse sentido, os avaliadores sentenciaram:

Expressar com uma figura humana a característica de um Estado, vindo ou da história ou da riqueza do solo [sic] ou dos costumes é problema que, por nos deparar possível de muitas soluções, torna-se, por isso mesmo, impreciso, vago e susceptível [sic] de discordâncias inevitáveis. A própria característica do Estado é muito duvidosa. O typo humano, caracteristicamente baiano, não existe; não há dele uma figura accentuada [sic] e firme que, pela plástica, se tenha imposto ao conceito geral. No lento e ininterrupto caldeamento das raças que aqui convivem, o typo [sic] prevalecente é o do porvir e só o teremos definitivo quando a fusão se completar num todo seleccionado [sic] sob a ação desse meio trópico em que vivemos. O Brazil [sic] é um immenso [sic] laboratório humano cuja capacidade está bem longe de ser atingida [sic]. Teremos, por certo, que experimentar ainda por muito tempo o influxo de povos e raças [...] que hão de se fundir, no immenso [sic] cadinho, a constituírem a massa homogênea que, no futuro, será propriamente e *gens brasílica*. [...] E o Brazil [sic] civilizado e culto, o Brazil [sic] livre que não esqueceu, porém, as suas tradições, [...] que evolue, afirmando-se [sic] na sua cultura de procedência europeia e nos elevados ideaes [sic] da raça branca.⁶⁵

O reconhecimento e uma visão positiva da mestiçagem é verificado nesse parecer, no entanto, a ancestralidade africana ou indígena, não é destacada com valor e

⁶⁴ Ver Revista do IGHB, n. 45, 1919, p. 227 à 233.

⁶⁵ Revista do IGHB, n. 45, ano 1919, p. 331.

sim o produto das “três raças” que vieram para o Brasil. Não é índio ou, sobretudo, o negro visto como um representante do povo baiano, mas o mestiço, um tipo próprio que, na compreensão dos avaliadores em questão, estaria ainda em formação, cujo resultado só se teria no tempo futuro. Dessa maneira, conforme os membros do IGHB, não havia uma identidade étnica para os baianos pois essa ainda estaria em processo de construção, como já foi destacado, o tipo baiano era o do “porvir”.

A plástica e os valores culturais do nativo indígena e especialmente do afrodescendente, conforme o conteúdo desse parecer, estariam no passado; em contrapartida, os ideais europeus eram o que marcavam a evolução do país, afirmando-o como civilizado e culto. É válido lembrar que, entre as propostas apresentadas, sequer apareceu a imagem do africano, o que preponderou foi a do indígena e a do europeu.

Segundo a compreensão da banca avaliadora do instituto, o tipo brasileiro, resultante da mestiçagem do europeu, do índio e do africano, será marcado pelo prestígio dos ideais da raça branca, por isso a rejeição da figura do indígena e do que chamaram de “mestiço acentuado”, considerados como formas passadas e/ou transitórias. Dessa maneira, a comissão decidiu pela terceira proposta de Descartes Magalhães, a “Athenas Brasileira”, no entanto, adequaram-na conforme suas concepções acerca do que melhor representaria a Bahia. Assim, a conclusão expressa no parecer, foi a adoção de uma imagem da mulher baiana de procedência europeia, guerreira, que teve um papel destacado na história nacional:

E' por isso que opinamos a que se não tome por figura representativa da Bahia o typo [sic] índio, que não é prevalecte, nem o do mestiço accentuado [sic], que é forma transitória, mas o da mulher bahiana [sic] dos nossos dias, de procedência europeia ou branca, com as feições expressivas do nosso meio ethnico [sic]. [...] essa estatua modelar-se-ia pela figura de uma mulher robusta, collo [sic] farto, seios túmidos, braços vigorosos, roupagem leve a envolver-lhe o tronco. É a heroína dos seios titânicos a que se da a atitude de mãe creadora [sic] [...] lembrando assim a função da Bahia na História [...].⁶⁶

Tendo em vista a postura da comissão avaliadora, é possível concluir que a visão em relação à questão racial na Bahia era em defesa da mestiçagem, mas no sentido de branquear a sociedade baiana, forjando, dessa forma, uma identidade em que os valores europeus preponderassem. Eram as concepções do evolucionismo cultural que ainda

⁶⁶ Idem, p. 232.

influenciavam os membros da banca, não foi por um acaso que as ideias do teórico britânico Herbert Spencer, um dos principais representantes do darwinismo social, foram mencionadas para embasar o parecer e justificar a escolha e a adequação do símbolo da Bahia.⁶⁷ Nesse sentido, concordamos com a autora Wlamyra Albuquerque (1999) que, foi mesclando as “teorias científicas” europeias com a utopia de desafricanização da cidade, que os parecistas fundamentaram a escolha do emblema para o Estado. Rinaldo Leite (2012), que também analisou esse documento, destacou que, a Atenas “abrasileirada e baianizada” contrastava com a imagem da “velha mulata” que tanto incomodava os intelectuais baianos do período.

É relevante ressaltar que entre os integrantes responsáveis por redigir o parecer da escolha do símbolo que representasse a Bahia, figurava também o Theodoro Sampaio, que se posicionou muitas vezes, em seus discursos como orador do instituto, contrário ao preconceito racial. Não obstante, o que acabou sendo prestigiado foram os ideais dos representantes do continente europeu, considerados como o mais alto exemplo de civilização. Como membro da banca, ele também demonstrou a pretensão de elaborar uma representação do baiano apoiada antes na imagem do mestiço, do que no negro. Desse modo, a ancestralidade africana foi preterida, pois era preferível promover um perfil que negligenciava o passado e se projetava no futuro.

Nessa perspectiva, torna-se pertinente analisar algumas questões acerca da postura de Manuel Querino nesse mesmo meio, no qual figurou como um dos intelectuais que compuseram essa importante instituição baiana na época. Como ele se posicionou diante das teorias que depreciaram o negro e sua cultura? Em que sentido sua postura foi questionadora e inovadora para o período em que produziu? Até que ponto ele dialogou com seus contemporâneos e colegas do instituto? E em que medida tentou elaborar uma identidade para a Bahia e para os baianos? Esses questionamentos serão tratados no próximo capítulo.

⁶⁷ Idem.

CAPÍTULO II

O NEGRO SOB O OLHAR DE MANUEL QUERINO E SUA PROPOSTA DE IDENTIDADE NACIONAL E BAIANA

Em 1916, Manuel Querino publicou um dos seus principais estudos sobre o negro: “A raça africana e seus costumes na Bahia”⁶⁸. Nessa obra, ele defendeu uma concepção alternativa às teses mais aceitas na época, atribuindo à cultura de matriz africana uma forma de contribuição positiva e fundamental para a formação da nação brasileira. O referido trabalho foi originalmente apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na capital baiana entre os dias 7 e 16 de setembro do referido ano e publicado no I volume dos seus anais. Conforme o parecer da 4ª Comissão em que o autor apresentou suas pesquisas: “[...] os membros, na sua totalidade, teceram rasgados elogios ao esforço do autor [...]. Foi aprovada unanimemente.”⁶⁹

Esse evento nacional foi presidido por Theodoro Sampaio e Braz de Amaral,⁷⁰ e foi realizado nos salões das mais importantes instituições acadêmicas do período além do IGHB, como as Faculdades de Medicina e de Direito da Bahia. Dada a relevante quantidade de notícias acerca desse congresso em periódicos locais, especialmente, no *Jornal A Tarde*, que noticiou o ocorrido do dia 30 de agosto ao dia 18 de setembro de 1916 e a recepção de figuras políticas e intelectuais de todo o país, como Barão Homem de Melo, José Bonifácio, dentre outros, tem-se uma noção da sua repercussão. A grande maioria das memórias apresentadas na ocasião tratou de temas relacionados à Geografia Física e Espacial de alguns municípios brasileiros e baianos, sendo o estudo de Querino o único que tocava diretamente na questão do negro e da cultura afro-brasileira.

⁶⁸ Ver: ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Biblioteca do IGHB, 1916. Posteriormente, esse estudo foi publicado em forma de livro integrando a reunião de outros trabalhos do autor em uma só obra, ver: QUERINO, **A raça Africana e seus costumes**. Livraria Progresso; Editora Praça da Sé, 26, Salvador-Ba, 1955; a versão mais recente desse livro é a edição de 2010 da Eduneb; e a que utilizamos nesse trabalho é a de 2006 da P 555 Edições. Em outro estudo de minha autoria, analisei especificadamente essa obra. Ver: SOUZA, Michelle Dantas Reis. **Representações acerca da Cultura Afro-Brasileira em Manuel Querino: uma análise de A raça africana e seus costumes na Bahia**. Monografia de Especialização em História da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana-Ba, 2012.

⁶⁹ ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Biblioteca do IGHB, 1916, p.675.

⁷⁰ Ambos eram ilustres membros do IGHB nessa época, parte de suas ideias, sobretudo sobre a questão racial no país, foram discutidas no capítulo anterior.

No referido trabalho, ele versou sobre os principais aspectos da cultura dos africanos e de seus descendentes que viviam na Bahia na época, expondo análises que resultaram da pesquisa etnográfica que realizou nas ruas e terreiros de candomblés de Salvador. Buscando investigar as permanências de alguns dos costumes de origem africana entre os afrodescendentes baianos e a importância dos mesmos na formação da cultura baiana e nacional, Querino discutiu temas como as relações de trabalho dos negros, as principais tribos que vieram para a Bahia, bem como as principais formas da religiosidade afro-brasileira. Nessa perspectiva, declarou:

Apreciando-se devidamente o coeficiente de contribuição da raça africana no caldeamento da população brasileira, não é para desprezar o estudo dos usos e costumes da mesma raça, aqui introduzidos, e até certo ponto conservados, deliberamos em escrever a presente monografia, no intuito exclusivo de prestar diminuto e desinteressado serviço às letras pátrias (QUERINO, 2006, p. 12).

Querino acreditava que, ao evidenciar o valor do negro e da sua contribuição para formação do povo brasileiro, estaria também prestando um importante serviço à nação, de forma imparcial, destacando um problema que por muitos foi analisado de forma depreciativa. Ele certamente estava antenado ao que se discutia na época acerca da questão, por isso alertou que seu trabalho objetivava valorizar a influência do africano e não desprezá-la, o que era comum no período em que produziu. Nesse sentido, demonstrou sua indignação ao denunciar as injustiças cometidas contra o africano ao longo da história:

O africano foi um grande elemento ou o maior fator da prosperidade econômica do país: era o braço ativo e nada se perdia do que ele pudesse produzir. O seu trabalho incessante, não raro, sob o rigor dos acoites, tornou-se a fonte de fortuna pública e particular. [...] E praticavam essas atrocidades os que se diziam pioneiros da civilização e da cultura. Fora ele o operário de todas as aplicações mecânicas e auxiliar de artes liberais. Apesar das injustiças que sofreu, apesar de todo o esforço dispendido [sic], toda a sua existência consagrava-se à formação de fortunas, que se transmitiram a mais de uma geração de senhores (QUERINO, 2006, p. 28).

Através da valorização do trabalho do africano, que considerava como a principal fonte da fortuna do país, o autor procurou ressaltar sua importância bem como a forma injusta em que o mesmo foi tratado pelos nacionais. Conforme sua concepção, a falta de reconhecimento e a violência a que os povos africanos e seus descendentes

foram submetidos eram ainda mais censuráveis por terem sido praticadas por aqueles que se diziam portadores da civilização, isso não condizia com os ideais considerados elevados. No decorrer da sua análise, ele apresentou uma série de argumentos a fim de endossar seu ponto de vista sobre a questão, destacando também a contribuição do negro em importantes eventos da história nacional, como as lutas da independência na Bahia e a Revolta dos Malês, levante de escravizados ocorrido na capital baiana em 1835.⁷¹

Concorreu como auxiliar direto para emancipação política do Brasil, de modo que conquistou a liberdade para aqueles que depois disso o conservaram na escravidão. Durante a luta de independência, na Bahia, criaram batalhões de milícias compostos de crioulos [...] Como se vê, o africano prestou valiosos serviços à conservação da unidade territorial e defesa da integridade nacional, serviços que não foram devidamente recompensados. [...] Por ocasião do levante de 1835, o africano liberto Duarte Mendes e sua parceira Sabina da Cruz, denunciaram ou preveniram a insurreição planejada, prestando desse modo relevante serviço à população da capital. [...] Se o elemento africano, não teve notória influência, no que diz respeito à moral, no meio em que viveu, também não destruiu o que encontrou; ao contrário, foi um sustentáculo persistente dos bons costumes, no regime doméstico (QUERINO, 2006, p.30 e 31).

Em seu esforço de procurar demonstrar a contribuição do africano para o país de diferentes maneiras, Querino buscou ao mesmo tempo denunciar a situação de negligência em que o mesmo foi tratado. Ao destacar a participação de negros nos batalhões que lutaram pela independência nacional e a atuação de dois africanos ao delatarem o levante dos Malês (que na sua opinião, foi um relevante serviço prestado à população), ele pretendia evidenciar a importância do afrodescendente no cenário histórico nacional, dando-lhe a visibilidade que há muito fora negligenciado entre os nacionais. Tomando como parâmetro uma ideia de moral advinda do branco, ressaltou que o afrodescendente pode não ter tido influência nessa questão, mas colaborou com a manutenção do que era considerado “bons costumes”. Dessa maneira, os povos de origem africana, conforme defendeu, não representaram um elemento de degeneração, pelo contrário, foram colaboradores fundamentais para formar as bases da nova nação.

Querino interpretava o negro no Brasil como um fator imprescindível para a construção da civilização nacional. Nesse sentido, dedicou outro trabalho a essa

⁷¹ O autor embasa seus argumentos com longas citações de historiadores como Rocha Pombo, João Ribeiro, Mello Morais Filho, dentre outros.

questão, originalmente apresentado no Congresso Brasileiro de Geografia ocorrido na capital mineira, Belo Horizonte, em 1918, e publicado em seus anais. Trata-se de “O colono preto como fator da civilização brasileira”,⁷² em que o autor elaborou uma análise da história nacional enfatizando o processo da introdução do africano como mão de obra, as lutas desses povos em busca da liberdade e a sua colaboração para a formação do país.

Ao discutir acerca dos primeiros momentos da colonização do Brasil, apresentou o colono branco como tirano e ganancioso, ao passo que, em relação aos jesuítas, teceu considerações elogiosas no tocante às suas ações para com os indígenas, que, conforme ressaltou, foram fraternais: “O que a Companhia de Jesus conseguia com a brandura persistente, com sua palavra repassada de carinho e de meiguice, o colonizador português ia destruindo pelo terror e pelo domínio da força [sic]” (QUERINO, 1955, p. 126). Em relação às tentativas dos portugueses na escravização dos nativos, destacou a insubmissão dos mesmos diante da violência dos europeus:

[...] preferiram, pois, os pobres íncolas americanos refugiar-se entre os animais bravios, onde a liberdade fosse o mais valioso apanágio da sua vida errante. [...] Mal sucedido com o indígena que abandonara o litoral para embrenhar-se na floresta virgem, a metrópole mudou de rumo, e, a exemplo de outras nações da Europa, e, de parceria com o Árabe, firmou o seu detestável predomínio no celeiro inexgotável [sic], que fôra [sic] o continente negro, e arrancou dali o braço possante do africano [...] (QUERINO, 1955, p. 126 à 128).

Ao passo que foi traçando o perfil do colono branco como tirano e ambicioso e do indígena como insubmisso à escravidão e inconstante, o autor foi elaborando uma imagem do africano ligada ao trabalho, como povos habilitados para as mais variadas funções, atribuindo a esse fator a influência que o continente africano recebeu dos árabes que, conforme afirmou: “[...] semearam os germes da civilização, abolindo a

⁷² Esse estudo, além de ter sido publicado nos anais do Congresso ocorrido em Belo Horizonte, em 1918, foi reimpresso em formato de livro no mesmo ano em que foi apresentado do referido evento; também foi publicado como parte da coletânea reunida na obra “A raça africana e seus costumes” em 1955, que mais recentemente foi reeditada, em 2010. Ver, respectivamente: QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1918; _____. O africano como colonizador. In **A raça africana e seus costumes**. Bahia: Progresso, Salvador, 1955. Coleção de Estudos Brasileiros – Série Cruzeiro, Vol. 9; _____. **A raça africana e seus costumes no Brasil**. Salvador, EDUNEB, 2010. A edição utilizada nesse estudo é a de 1955. Além de interessante, é importante registrar aqui, um documento manuscrito, supostamente pelo próprio Querino, que se refere a uma relação de 197 pessoas que teriam sido apresentadas com essa obra. Dentre elas, destacam-se Theodoro Sampaio, Braz do Amaral, Egas Moniz, Xavier Marques, Martiniano Elizeu, Paulo e Laura Querino (supostamente seus filhos); algumas importantes instituições, como a Biblioteca Pública e o Arquivo Público do Estado, além do Jornal Folha do Norte. Ver: ‘Relações de pessoas que receberam ‘O Colono Preto’ – grátis’. Salvador, 2 p. Arquivo do IGHB, CX.1, Doc. 11.

antropofagia e a abominável prática dos sacrifícios humanos” (QUERINO, 1955, p. 128). Para Querino, diferentemente dos nativos brasileiros, os negros que vieram para o Brasil eram aparelhados para o trabalho que os esperava, como caçador, marinheiro, criador, extrator e etc. Dessa maneira, considerou que, diante do fracasso do português para com os índios brasileiros e das condições adversas que encontrou no continente americano, como o clima tropical, seria impossível para o europeu prosseguir em seu empreendimento colonial sem a ajuda do braço africano. Sem o colono preto, declarou:

[...] difícil senão impossível era pegar no país a colonização com o elemento europeu, tanto mais quanto ao iniciar-se esta, afóra [sic] os serventuários da alta administração, a primeira leva eram de degradados, de indivíduos viciosos e soldados de presídio. Foi, portanto, mistér [sic] importar desde cedo [sic], o africano [...] destinados ao trabalho com a agricultura e a todos os outros misteres. As próprias expedições bandeirantes não lhes dispensaram o concurso, pois que, de quanto podia servir o negro nada se perdia. A primeira folheta de ouro encontrada na margem do Rio Funil, em Ouro Preto, coube a um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante ‘Estrela do Sul’[...] (QUERINO, 1955, p. 132).

Conforme a perspectiva do autor, o colono preto não foi apenas um importante colaborador para a construção da nação brasileira, mas foi um fator imprescindível para tal feito, por isso buscou demonstrar seu protagonismo em relevantes eventos da história nacional. Para ele, o negro foi a “espinha dorsal”, ou seja, o sustentáculo do país, não apenas pelo valor do seu trabalho, mas também pela sua influência decisiva nas bases econômicas, sociais e culturais do Brasil:

Foi com o trabalho do negro [...] que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria e etc., competindo-lhe portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira. [...] Fôra [sic] o braço propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do país, na cultura intelectual e nas grandes obras materiais, pois quê [sic], sem o dinheiro que tudo move, não haveria educadores nem educandos [...] Foi com o produto do seu labor que os ricos senhores puderam manter os filhos nas universidades européas [sic], e depois nas faculdades de ensino do país, [...] donde saíram veneráveis sacerdotes, consumados políticos, notáveis cientistas [...], e todos quantos fizeram do Brasil-colônia, o Brasil independente, nação culta, poderosa entre os povos civilizados (QUERINO, 1955, p. 151).

Querino representou o africano como “herói do trabalho”, “escravo dócil e laborioso” (QUERINO, 1955, p.134), o que, no entanto, não significa que o

interpretou como elemento passivo da escravidão, posto que ressaltou, também, as diversas formas de luta do negro contra o cativo:

Os mais impacientes atiravam-se à correnteza dos rios ou às águas revoltas do mar, atazanados por desespero sem nome, na incerteza de obter o bem perdido, [...] Os estrangulamentos voluntários, as bebidas tóxicas e suplícios outros foram os mais prontos recursos de que lançaram mão para extinguir uma existência tão penosa [...] Depois, entenderam os escravizados que era o senhorio quem deveria padecer de violenta morte [...] Não vacilaram um instante e puseram em prática os envenenamentos, as trucidações bárbaras do senhorio, dos feitores e suas famílias. [...] Recorreram então à fuga e a resistência [sic] coletiva, escondidos nas brenhas, onde organizaram verdadeiros núcleos de trabalho (QUERINO, 1955, p. 137 e 138).

Para Querino, os horrores da escravidão justificavam as ações dos africanos em busca da liberdade. No decorrer das suas análises, salientou diversas formas de resistência do negro contra o cativo, defendendo que o mesmo possuía a ideia de liberdade “gravada no íntimo da sua alma” (idem, p. 136), destacando, dessa forma, seus vários empreendimentos, como a organização de levantes, formação de quilombos (especialmente, o do Palmares)⁷³ e de juntas de alforria, fugas coletivas e até mesmo o suicídio como último recurso para fugir da crueldade que sofria. O seu objetivo era elaborar uma imagem dos povos de origem africana como heróis do trabalho e protagonistas da história brasileira, bem como da formação da nação.

2.1 POSSÍVEIS DIÁLOGOS, OUTRAS ANÁLISES

As interpretações de Manuel Querino acerca do negro, apesar de inovadoras para uma época em que era mais comum a reprodução das teorias advindas do chamado “racismo científico” entre os intelectuais nacionais, não representou uma voz isolada. Outro “Manuel”, por exemplo, este de sobrenome Bonfim, também elaborou análises que colocavam em xeque as concepções raciais difundidas e reproduzidas no contexto em questão. Trata-se de Manuel José Bonfim, sergipano nascido em Aracaju, em 1868, e formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro⁷⁴. Quando

⁷³ Falaremos como o autor representou o Quilombo dos Palmares no próximo capítulo.

⁷⁴ Para saber mais sobre a vida e obra desse autor, ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido, vida e obra de Manoel Bonfim**. Topbooks, Rio de Janeiro, 2000. CONTIJO, Rebeca. **Manoel Bonfim**.

deixou essa profissão, em decorrência do falecimento de sua filha, dedicou-se aos estudos na área de educação, exercendo função de redator da conceituada Revista *Pedagogium*; foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e Secretário da Instrução Pública. Foi autor de vasta obra, escreveu sobre História do Brasil e da América Latina, Sociologia, Medicina, Zoologia e Botânica, além de vários livros didáticos.⁷⁵

Apesar de ter tido uma vida intelectual e profissional exitosa, foi por muito tempo negligenciado como pensador. Acerca dessa questão, o autor Darcy Ribeiro, ao prefaciar um de seus livros, *A América Latina: males de origem* (1993)⁷⁶ atribuiu ao fato de Bonfim ter sido um verdadeiro lusofóbico, o que explica o seu esquecimento pelos contemporâneos. Ele foi muito criticado em sua época, sobretudo, por Sílvio Romero, que investiu severamente contra a referida obra em 25 artigos publicados na 1906 na imprensa carioca.⁷⁷ Conforme Ribeiro, no contexto em produziu, somente ele conseguiu enxergar as teorias europeias de atraso e progresso como urdidadas para disfarçar as ações hediondas dos colonizadores (BONFIM, 1993, p. 12).

No mesmo período em que Querino começou a publicar seus estudos acerca do negro e da sua cultura, Bonfim já buscava desconstruir, através das suas obras, o mito da inferioridade racial, negando o racismo científico da época. Em 1905, quando teve sua obra *A América Latina: Males de origem* publicada pela primeira vez, defendeu que a situação tanto do índio quanto do negro no Brasil resultava das condições históricas, sociais e econômicas nas quais foram submetidos, e não da condição biológica, por isso afirmou: “[...] é no estudo do passado que se buscará a causa do mal e os meios de combatê-los” (BONFIM, 1993, p. 52). De acordo com sua perspectiva, para se compreender a origem dos males da América Latina e do Brasil era necessário analisar o passado das nações que a constituíram, a saber, Portugal e Espanha. Nesse sentido,

Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. ALVES FILHO, Aluízio. **Manoel Bonfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁷⁵ As principais obras em que expõe sua perspectiva sobre a história do Brasil e da América Latina são: BONFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. **Instrução popular**. In: Cultura e educação do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932. **O Brasil na história: deturpação dos trabalhos**, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930. **O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

⁷⁶ Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1905, a edição que usamos aqui é a de 1993. Ver: BONFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

⁷⁷ Ver: VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

elaborou a teoria do “parasitismo” dos países ibéricos, como a principal causa dos problemas sociais da nação brasileira e das outras nações latino americanas.

De acordo com a exposição de Bonfim sobre a teoria do parasitismo, o parasita suga todo alimento do parasitado, sem nenhum esforço, apenas se aloja em sua presa e retira dela toda a sua subsistência, sendo assim, tanto o parasita quanto o parasitado são prejudicados, pois o primeiro se atrofia devido a facilidade de uma vida sem lutas para sobreviver, e o segundo torna-se enfraquecido e impossibilitado de progredir. O autor considerava que essa era a relação entre os países ibéricos e suas colônias, o que explicava a situação atual da América Latina. Nesse sentido, considerou que o tipo de colonização que o Brasil recebeu foi exclusivamente parasitária, através da exploração das riquezas naturais e do trabalho escravo, o que resultou numa herança de atraso econômico e social para o país.

Fazendo uma analogia entre uma espécie do reino animal que teve seus órgãos atrofiados por falta de uso e sua teoria do parasitismo dos países ibéricos nas nações latino-americanas, considerou:

Então, ele era apenas um animal depredador. Depois, nem mais se afastou da sua vítima, apegou-se a ela, fixou-se definitivamente, e todo o seu esforço e trabalho vital se resumiu, deste momento em diante, em sugar do animal a que se prendia (BONFIM, 1993, p. 58).

Conforme sua visão, o regime parasitário imposto pelos países ibéricos causou efeitos drásticos nas nações colonizadas ou “parasitadas”, como preferiu chamar, como o enfraquecimento que as impossibilitaram de progredirem. Em relação à Portugal e Espanha e ao modo de exploração que foi empreendido no Brasil e nos outros países latino-americanos, afirmou:

Desde quando começou a colonização da América, as nações ibéricas já estavam viciadas no parasitismo; por isso se instalou um regime preposto exclusivamente à exploração parasitária. [...] Não há na sociedade da metrópole uma classe, um órgão, que não participe dessa vida parasitária a que se entregou a nação. Ela apresenta o todo perfeito de um organismo social preso ao outro, sugando-o. [...] o regime adotado é exclusivamente a exploração do trabalho escravo (BONFIM, 1993, p. 116 e 117).

Através da sua análise do processo de colonização das nações ibéricas na América Latina, Bonfim atribuiu às elites coloniais, e não ao povo e/ou sua origem étnica, à responsabilidade pelo atraso social e econômico que vivia em relação aos

outros países considerados evoluídos. Para ele, foi única e exclusivamente o regime parasitário que as nações colonizadoras impuseram em suas colônias, o culpado da atual situação das jovens nações latino-americanas, como o Brasil. Dessa maneira, se contrapôs ao conservadorismo presente em parte dos intelectuais da sua época. Conforme já foi discutido, nesse contexto buscava-se forjar uma identidade nacional ainda baseada em premissas consideradas “científicas” que explicava o atraso do país mediante à composição racial do seu povo, portanto, uma concepção de identidade de “cima para baixo”, racista e elitista.

Numa perspectiva semelhante a esse autor, Manuel Querino buscou analisar a situação do povo brasileiro, sobretudo dos afrodescendentes, sob o viés da exploração histórica empreendida pelos colonizadores europeus. É relevante destacar que o estudioso baiano começou a divulgar seus trabalhos acerca da questão racial no país, após Bonfim ter publicado *América Latina: Males de Origem*, em 1905. Na obra *O colono preto como fator da civilização brasileira* (1918), Querino utilizou argumentos bem próximos aos do seu contemporâneo sergipano, especialmente quando discorreu acerca do modo de colonização instituído pelos portugueses no Brasil e a utilização do trabalho escravo, característica fundamental desse processo:

O **parasitismo** alçou o colo, deu combate em campo raso com apoio do governo que participava dos lucros auferidos. Por isso o colono branco vinha com o espírito atormentado pela ganância [...] No fim do século XVIII, começaram a exploração das minas. O tráfico africano aumentou de intensidade, e as entradas do colono preto, no país, foram muito maiores. Cresceu, portanto, a cobiça e o **parasitismo** tomou o aspecto de uma instituição social, com todo o cortejo de vícios e maldades (QUERINO, 1955, p. 127 e 133). [Grifos nossos]

Com o argumento de que a colonização brasileira foi realizada de forma predatória e tirana, empreendida pelos “piores elementos da metrópole” (1955, p. 126), Querino demonstrou que estava em consonância com as ideias de Bonfim. Apesar de não tê-lo citado diretamente, tudo indica, especialmente pelo uso que fez do termo “parasitismo” em analogia à questão do domínio lusitano no Brasil, que possuía conhecimento e/ou afinidade com a teoria do médico sergipano. Nesse sentido, ambos deixaram de lado os determinismos étnicos para explicar os problemas da nação de um ponto de vista histórico, relacionando os mesmos à exploração do “parasita” pelo “parasitado”, no caso de Bonfim, e do “colono branco” sobre o “colono preto”, no caso

de Querino. Além disso, também propuseram, de modo semelhante, a instrução popular como saída da situação de atraso que vivia o país, mais uma vez em defesa de que a explicação para a referida questão não residia nos argumentos raciais, mas na conjuntura histórica e social.

Para Bonfim, os problemas do Brasil se explicava pela falta de instrução do seu povo, dessa forma, defendeu a ampliação da educação pública, sobretudo, quando foi diretor geral do *Pedagogium*, em 1896, órgão em que possuía a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país.⁷⁸ Ele considerava a reprodução das teorias racistas pelos intelectuais brasileiros como antipatriotas e que as classes dominantes não possuíam interesse em preparar a massa popular, pois se nutria da sua ignorância, por isso defendia a educação como libertação do povo.

De forma semelhante, mas especificadamente para os afrodescendentes, Querino também defendeu a instrução popular como um meio de superação dos problemas sociais. Nessa perspectiva, buscando desconstruir os argumentos raciais da época, afirmou: “[...] somente a falta de instrução destruiu o valor do africano” (QUERINO, 2006, p. 14). Ele próprio foi exemplo de um homem de cor que conseguiu alcançar um lugar social, pouco acessível aos afrodescendentes da época, através da oportunidade que teve de avançar nos estudos, tornando-se um intelectual com certo prestígio.

Em seus escritos, ele não se referiu ao próprio exemplo de vida, não obstante, destacou alguns casos de negros que galgaram posições sociais relevantes, sobretudo no livro *Os homens de cor preta na história* (1923).⁷⁹ Em *A raça africana e seus costumes na Bahia* (2006), fez considerações elogiosas ao intelectual negro estadunidense Booker Washington. Para ele, o referido educador era “[...] o mais genuíno representante da raça negra na União Americana (2006, p. 12), ou seja, um exemplo vivo que desconstruía a tese da inferioridade racial, pois através dos estudos conquistou o posto de renomado escritor.

Outro exemplo que cabe ressaltar aqui, de um acadêmico que também rejeitou as teorias raciais da época, é o do médico baiano Juliano Moreira. Nascido em Salvador, em 6 de janeiro de 1872, era filho de um português com uma doméstica que trabalhava na casa do conceituado médico Adriano Gordilho, mais conhecido como Barão de

⁷⁸ Para saber mais sobre a militância de Manuel Bonfim a favor da ampliação da instrução pública no país e sua atuação no referido órgão, ver: PRIORE, Angelo e CANDELORO, Vanessa Domingos de Moraes. **A utopia de Manuel Bonfim**. Revista Espaço Acadêmico, n°96, maio de 2009.

⁷⁹ Esse estudo foi originalmente publicado na revista do IGHB, em 1923, n. 48. Analisaremos essa obra mais adiante.

Itapuã. O patrão da sua mãe o apadrinhou financiando os seus estudos, que o possibilitou que se formasse em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1891. Sofreu dificuldades no início da sua carreira devido a cor da sua pele e da sua classe social, no entanto, conseguiu alcançar grande prestígio na área da medicina psiquiátrica, que o levou a ser considerado “médico dos loucos”. Em seu discurso de posse como mais novo professor da instituição em que concluiu seus estudos, declarou: “Há quem se arrecei de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho dessa faculdade”.⁸⁰ Deu seu nome ao mais importante hospital psiquiátrico da Bahia e, na época em que foi diretor do Hospital Nacional dos Alienados da capital federal, no Rio de Janeiro, revolucionou e ampliou a psiquiatria em nível nacional, tendo seus trabalhos conhecidos também fora do país.

Diferente da maioria dos médicos baianos da primeira metade do século XX, Juliano Moreira desafiou o racismo científico, sendo o que mais diretamente polemizou com outro médico bastante prestigiado nesse período, Nina Rodrigues.⁸¹ Em sua divergência teórica com o referido médico maranhense, ele buscava demonstrar que a questão racial não determinava as doenças mentais, dessa maneira, defendia que as verdadeiras causas dessas mazelas eram a ignorância, o alcoolismo, a sífilis, as verminoses e as condições sanitárias e educacionais. Ele também procurou desconstruir outro pressuposto comum na época, em relação à existência de doenças mentais próprias dos climas tropicais. Como destacaram os autores Olda e Dalgalarondo (2000), apesar de Moreira nunca ter questionado a teoria da degenerescência, colocou em xeque seus fatores causais, desconstruindo as explicações baseadas em preconceitos de cores ou castas.

Para a presente discussão, é relevante destacar também o trabalho do Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão, intitulado “Um falso conceito de raça em

⁸⁰ Memorial Professor Juliano Moreira. **Juliano Moreira. O mestre e a instituição.** Salvador, 2007, p.12. Trata-se da biografia desse ilustre médico baiano e da instituição que leva seu nome, publicado em homenagem aos 135 anos do seu nascimento e aos 133 anos da fundação do Hospital Juliano Moreira da Bahia. Nessa edição comemorativa, é relatado que na ocasião do concurso que Juliano Moreira concorreu na FBM, houve a presença maciça de estudantes, familiares e amigos que o admiravam, temendo que houvesse algum ato que o impossibilitasse de vencer a seleção, já que a referida instituição possuía fama de racista e que a banca examinadora era conhecida como escravocrata. Apesar de Moreira ter conseguido alcançar prestígio profissional e intelectual, vê-se como eram comuns as dificuldades que um homem de cor enfrentava na sociedade baiana da época devido a cor da sua pele.

⁸¹ Sobre a polêmica entre Juliano Moreira e Nina Rodrigues, ver: AMGR, Olda. P., Dalgalarondo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, n. 22, 2000. Manuel Querino também dialogou com as ideias de Nina Rodrigues, apesar de não ter se envolvido em polêmica direta com o referido médico, publicou estudos com temas em comum acerca do negro, desconstruindo as principais concepções difundidas por Rodrigues. Essa questão foi analisada especificadamente no capítulo III desse trabalho.

Anthropogeografia”, apresentado no V Congresso Brasileiro de Geografia em 1916, e publicado nos anais do mesmo evento, na mesma comissão em que Querino expôs “A raça africana e seus costumes na Bahia”. Como afirmado anteriormente, entre os estudos divulgados nessa ocasião, o único que discutiu diretamente a questão do negro e da sua cultura foi o de Querino, não obstante, é digna de destaque a referida análise desenvolvida pelo médico e professor da FMB, sobretudo pela discussão que o mesmo levantou acerca da questão racial.

No referido artigo, Aragão buscou desconstruir a ideia de pureza racial dos povos europeus, sobretudo da França e dos países ibéricos, questionando alguns conceitos etnológicos, que, conforme sua opinião, constituía uma ameaça à “hygiene intellectual” de nações novas como o Brasil. Através de um exame da história geral da Europa, das disputas territoriais ocorridas nesse continente e dos vários povos que o habitaram, defendeu a inexistência da raça latina, diferenciando língua e raça, ou seja, os povos que falavam a língua latina não necessariamente seriam da mesma origem étnica. Para ele, apesar dos franceses, por exemplo, compartilharem da matriz linguística latina, não há entre os mesmos um só vestígio de sangue latino.

No decorrer da sua análise, buscou demonstrar a diversidade étnica e/ou a mestiçagem dos povos de origem europeia constituída desde o chamado período pré-histórico, passando especialmente pela época do Império Romano até a contemporaneidade, afirmando a presença de tipos étnicos africanos espalhados na França, na Bélgica, na Alemanha e nos outros países europeus ao longo da sua história. Dessa forma, se contrapôs à teoria tão difundida de unidade racial entre os habitantes do Velho Mundo.

No tocante ao Brasil, Aragão salientou que era totalmente improcedente a hipótese de que este seria um país latino, pois, para ele, era apenas a origem idiomática que ligava essa nação aos latinos. Acerca do processo de mestiçagem dos povos brasileiros, destacou que o cruzamento entre brancos e negros resultaram em qualidades novas, que ele não considerou de forma depreciativa como era comum na época. Nesse sentido, declarou:

Isto constitui um facto [sic] capital na História Natural do Homem, facto [sic] que ainda não foi assinalado [sic] como merece, em virtude de um instinto de vaidade desarrasoadá [sic] que impelle [sic] quasi [sic] todos os brancos, e os próprios cientistas [sic], a imaginar

que a pureza do seu sangue é um privilégio precioso que deve ser mantido.⁸²

Contrariando a ideia de pureza e superioridade dos povos europeus difundida e reproduzida por parte dos seus contemporâneos, o autor salientou que a mestiçagem brasileira merecia ser devidamente estudada, fato que era dificultado devido ao que considerava vaidade da maioria dos brancos e cientistas da época que insistiam em defender uma falsa unidade racial. Dessa maneira, concluiu que o povo brasileiro não necessitaria associar-se à raça latina para garantir o seu valor, nem tampouco seria inferior por causa do seu alto nível de mestiçagem:

O povo brasileiro, para ser grande e forte, não carece de filiar-se à raça latina, há tantos séculos absorvida pelas grandes invasões de povos tão diferentes, nem a outra qualquer raça moderna. Em vez de julgar lamentável a sua ethnogenese [sic], o POVO BRASILEIRO, deve, pelo contrário, orgulhar-se de ser uma *Officina Gentium* e de sentir correr nas veias o sangue de todas as raças da terra, encerrando assim na sua alma a própria alma da Humanidade. Não perderá com isto o Brazil [sic] as suas características nacionais, como as não perderam a França e os Estados Unidos da América do Norte. Não há superioridade ou inferioridade congênita das raças leiotricas. Todas elas podem apresentar, em certo e determinado momento histórico o cunho da mais alta cultura e da mais requintada civilização [sic].⁸³

Em sua busca de valorizar a mestiçagem brasileira e desconstruir a teoria de superioridade racial dos povos europeus, o autor também protestava contra os intelectuais da sua época, que frequentemente se lamentavam da mistura étnica que marcava a população nacional por considerarem o fato como sinônimo de atraso para o país. Em concordância com alguns dos seus contemporâneos do IGHB, como Braz do Amaral e Theodoro Sampaio, defendeu que o povo brasileiro ainda estava em formação e que sua miscelânea racial resultaria em características novas que, na sua concepção, não seriam desastrosas nem tampouco depreciaria a nação. Para ele, não havia inferioridade congênita, pois todos os povos alcançariam o nível ideal de civilização, como exemplificou ao ter citado a França e os Estados Unidos da América, assinalando dessa forma a influência do Evolucionismo Cultural, ao apontar as referidas nações como padrão de desenvolvimento.

⁸²ARAGÃO, Egas Moniz Barreto de. **Um falso conceito de raça em Anthropogeografia**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia, 1916, p. 564. Esse documento pode ser encontrado na biblioteca do IGHB.

⁸³ Idem, p. 566.

Aragão negou o argumento racial de inferioridade nata, defendendo a mestiçagem de forma positiva, portanto não degenerativa. Apesar de não ter se referido especificadamente sobre a questão do negro no Brasil, trouxe uma discussão pertinente acerca da questão racial, se contrapondo às ideias mais comuns do período. Seu exemplo, somado aos dos já mencionados nessa análise, demonstra que Querino não estava sozinho nessa discussão. O que diferencia o intelectual que protagoniza esse trabalho dos estudiosos da sua época até então discutidos, é sua proposta inovadora para o contexto em que produziu, de uma identidade nacional que incluísse, sobretudo, o africano e seus descendentes. Dessa maneira, ele se distinguiu nesse debate.

2.2 ALGUMAS NOÇÕES ACERCA DA IDENTIDADE NACIONAL E BAIANA

Conforme já foi analisado, no início do século XX, havia uma forte tendência entre os letrados nacionais de se elaborar uma identidade para o país. Nesse aspecto, Manuel Querino não fugiu à regra. Ao longo da sua trajetória como pesquisador e escritor, dedicou-se também em analisar alguns eventos da história brasileira, especialmente os que envolveram a participação dos baianos, como o Dois de Julho e a Guerra do Paraguai. Suas análises a esse respeito podem ser encontradas entre as suas publicações na Revista do IGHB, a partir de 1905, período em que começou a divulgar seus estudos nessa instituição. Nesse sentido, buscou dar visibilidade aos filhos da Bahia, pessoas do povo, sobretudo, homens de cor, que viveram nesse estado e se fizeram presentes em episódios importantes da história do Brasil.

A questão da identidade, tradicionalmente discutida entre os antropólogos e sociólogos, está sendo utilizada cada vez mais como objeto de estudo dos historiadores e se faz pertinente para a presente análise. Um dos estudiosos mais destacados acerca do tema é o autor Stuart Hall. Em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (1999), ressaltou três concepções sobre o referido conceito: “o sujeito do iluminismo”, centrado e unificado na ideia de um sujeito universal; “o sujeito sociológico”, que se faz em relação com os outros que mediam os valores, sentidos e símbolos; e “o sujeito pós-moderno”, constituído de identidades fragmentadas, contraditórias e não resolvidas (HALL, 1999, p. 10-12). Conforme defendeu, a identidade é complexa e definida historicamente, dessa maneira, o indivíduo assume identidades diferentes em diferentes

momentos, de formas distintas, através de um processo de identificação. No instante em que a identificação se torna politizada, surgem várias identidades reivindicando causas diversas.

Hall acrescentou, ainda, que as identidades são construídas dentro do discurso e produzidas em lugares históricos e institucionais específicos, formando posições de sujeitos, portanto, ela não é essencialista e sim estratégica e posicional. Seu conceito não tem relação com a questão de “quem somos nós”, mas de “quem podemos nos tornar” e de “como seremos representados” (HALL, 2007, p. 109).

Em relação à afirmação das identidades nacionais, afirmou que as mesmas são historicamente específicas, pois estabelecem suas reivindicações por meio do apelo a antecedentes históricos podendo produzir novas identidades. Essas, são elaboradas e/ou assimiladas de diferentes formas, às vezes espontâneas ou para atender demandas, projetos e interesses de grupo a depender do contexto histórico em que são produzidas. Sua constituição sempre envolve um processo repleto de tensões (HALL, 1999).

Em complementaridade a essa discussão, Candau (2011) propôs que a identidade estaria ligada à memória, e que essa ligação seria uma resposta ao que chamou de “identidades frágeis” (2011, p.10). Para ele, quando o indivíduo ou grupo busca o resgate da memória para se autoafirmar ou legitimar uma ideia, também estão construindo uma identidade. Conforme sua análise, identidade e memória são noções ambíguas, pois ambas estão submissas no âmbito das representações. Dessa forma, a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória implica na construção explícita da identidade. No tocante às memórias coletivas, afirmou que as mesmas geralmente acompanham a valorização de uma identidade local, representada por um grupo que busca legitimar projetos regionalistas, étnicos ou nacionalistas, por exemplo.

A discussão proposta por outros autores também é pertinente para a presente análise, especialmente, os que analisaram a problemática da identidade nacional no contexto brasileiro. No cenário do início do século XX, podemos considerar que a identidade nacional foi elaborada de “cima para baixo” para atender a interesses de um grupo específico,⁸⁴ o que não significa que outras identidades não tivessem existido ou não tivessem sido elaboradas e assimiladas. Nessa perspectiva, é possível relacionar o modelo de construção de identidade proposto por Manuel Castells (2000), que destacou

⁸⁴ No primeiro capítulo desse trabalho, foram analisados alguns intelectuais brasileiros que buscaram forjar uma imagem da nação a partir de uma perspectiva que excluía o negro e as classes populares. A herança africana era rejeitada e o afrodescendente era visto como elemento de atraso e um obstáculo para o projeto de identidade almejado por parte das elites nacionais.

a existência de duas formas de identidade, uma legitimadora – introduzida pelas instituições dominantes no intuito de expandir e racionalizar sua dominação; e a outra de resistência – criada por atores em posições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. O segundo modelo parece se ajustar melhor à proposta de Querino.

De acordo com Dante Moreira Leite (2000), a noção do nacional surgiu no Brasil através de um movimento intelectual e político e não de forma espontânea pelo povo. Foi uma identidade legitimadora que se tentou impor, construída por intelectuais que consumiam a literatura europeia e almejavam seu modelo de civilização. O popular e tudo que se referisse à herança africana não tinha espaço. Nessa perspectiva, a identidade brasileira foi forjada sob uma tensão entre o ideal para as elites locais e o real. Sua constituição esbarrava-se na composição racial da população e na permanência das identidades de resistências. Por isso, foi desencadeado um processo de desqualificação, repressão e perseguição aos costumes e práticas populares que pudessem ser associadas ao nacional.⁸⁵

Voltando à questão colocada por Stuart Hall (2007), se a identidade é uma construção estratégica e posicional, ela tem a ver com a questão de como seremos representados. Esse era justamente o problema que tanto preocupava as elites letradas no país, pois estas rejeitavam qualquer associação da identidade nacional com os elementos populares que remetesse à herança africana. Sobre esse aspecto, a autora Naxara (1998) ressaltou que essas elites interpretaram a questão nacional através de um olhar dirigido do alto, como um estrangeiro. Conforme suas palavras:

O Brasil foi visto, portanto, como um país despossuído de povo, ao qual faltava identidade para constituir e formar uma nação moderna. Tinha uma população mestiça, sem características próprias, que fossem definidas e homogêneas – não possuía face, não possuía identidade. De um lado, um caudatário de povos e raças diferentes,

⁸⁵ Conforme foi discutido no primeiro capítulo, houve um processo de repressão e perseguição aos costumes e práticas culturais de origem popular, principalmente as de ascendência africana, durante a efetivação do projeto de modernização em todo país. Entre esses costumes estavam o samba, a capoeira, o Candomblé e as outras formas de religiosidade africana, que foram duramente reprimidas e associadas a fatores de degeneração social e moral, portanto, comportamentos inadequados ao ideal civilizatório. Ver: SODRÊ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed. ; Salvador, Ba: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002. LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E A Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916**. Dissertação de Mestrado: UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996. HERÀCLITO FILHO, Alberto. **Desafricanizar as Ruas**. Afro-Ásia, Salvador, 1999. BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia**. Salvador: Edufba, 1995. A maior parte dessa bibliografia se refere ao contexto baiano, no entanto, esse processo foi verificado também em outros estados brasileiros.

que não formavam um corpo social; de outro, uma elite que não se identificava com as tradições de seu povo, distinguindo-se e não se reconhecendo como tal (NAXARA, 1998, p. 39).

Entre os intelectuais baianos, essa perspectiva não era diferente. Seguindo a mesma tendência difundida entre os letrados nacionais, também havia uma rejeição aos valores e práticas de origem popular. É importante destacar que a Bahia, desde a sua constituição, abriga um dos maiores contingentes de negros em sua população em comparação com o restante do país, tanto que essa característica era comumente reconhecida e notada por aqueles chegados de fora. Isso incomodava as elites, pois elas se recusavam explicitamente a incorporação de tudo que remetesse à ascendência africana na construção de uma identidade para a nação e para o Estado.

Rinaldo Leite ao discutir sobre a questão da formação da identidade baiana nas primeiras décadas republicanas, ressaltou três dimensões que foram abarcadas pelas elites da Bahia: a primeira se referiu às suas raízes e tradições históricas; a segunda, às riquezas guardadas pela terra; e a terceira, a posse de dons e talentos peculiares que caracterizavam a sua gente. Conforme destacou, nos discursos dessas elites, era exaltada a matriz ibérica do seu povo, excluindo as práticas de origem africana e quaisquer outras consideradas fetichistas. Dessa maneira, a “baianidade” não se remetia às classes populares:

“[...] recusavam para a Bahia a designação de ‘velha mulata’; escandalizavam-se com a difusão de cartões postais que mostravam como tipos baianos a ‘lavadeira negra’, ‘ganhadores africanos’ e ‘caboclos’, que rebaixaria o estado a terra dos negros [...]” (LEITE, 2009, p. 197).

O autor ressaltou ainda que os estereótipos associados aos aspectos étnicos raciais da população baiana causavam incômodo e mexia com autoestima dos intelectuais desse estado que se pretendiam brancos. Dessa forma, salientou que homens letrados da época demonstravam indignação e desconforto com a difusão dessas imagens para Bahia, o que foi evidenciado em alguns protestos que Leite analisou, divulgados na revista *Bahia Ilustrada*, por exemplo, contra a divulgação de cartões postais que representavam a Bahia através de figuras com notada ascendência africana como lavadeiras, ganhadores e o caboclo baiano (LEITE, 2012, p. 226-228).

Diferente dos seus contemporâneos, era justamente a valorização da ancestralidade africana que Manuel Querino procurava salientar ao falar do seu estado

de origem. Em *A raça africana e seus costumes na Bahia* (1916), ele utilizou justamente essas imagens encontradas em cartões postais, dentre outras fontes, para destacar pessoas simples, sobretudo afrodescendentes, em seu cotidiano nas ruas da capital baiana. Nesse estudo, ele expôs vinte e três fotografias como retratos de homens e mulheres negras, mãe-de-santo, objetos e esculturas sagradas do Candomblé, imagens de cerimônias dos cultos afro-brasileiros, dentre outras, conforme podemos verificar nos exemplos abaixo.⁸⁶



Figura 1
Querino classificou essas mulheres como representantes da etnia Oondó.
QUERINO, 1916.



Figura 2
Querino identificou a imagem como “Ganhadores no canto”.
QUERINO, 1916.

Acerca do uso de imagens de africanos e afro-brasileiros feitas por Manuel Querino, é relevante destacar aqui a análise de Cristiane Vasconcellos (2009). Conforme informou a autora, alguns desses retratos não foram produzidos com a vocação específica de servir ao ensaio de Querino, mas com fins comerciais. Parte dessa coleção era constituída de fotografias públicas comercializadas nos ateliês dos fotógrafos, em livrarias ou em lojas de artigo para presente. Diferente da utilização feita por Nina Rodrigues e alguns estudiosos dos povos africanos da época, que usavam imagens de negros para registrar e classificar os tipos humanos não europeus, localizando-os em um estágio inferior de desenvolvimento, de modo a sugerir um catálogo de espécies, Querino conferiu outro sentido ao reproduzi-las. De acordo com Vasconcellos:

⁸⁶ É possível encontrar essas imagens na primeira versão da referida obra, publicada originalmente, nos anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia em 1916. Nas edições mais recentes, essas imagens foram suprimidas. Ver: ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Biblioteca do IGHB, 1916.

A técnica etnográfica, utilizada por Querino para a investigação da cultura africana na Bahia, foi explorada no ensaio para demonstrar a riqueza religiosa, laboral, tecnológica, artística e de entretenimento, desenvolvida pelos africanos na Bahia (VASCONCELLOS, 2009, p. 107).

Nesse sentido e conforme já foi analisado, pode-se afirmar que, ao falar da Bahia em suas obras, Querino abriu espaço ao negro como elemento central, valorizando sua presença e contribuição positiva na formação desse estado e da nação brasileira. Na sua concepção de identidade baiana e nacional, diferente das elites letradas da época, eram as pessoas de origem simples, homens e mulheres de cor, que procurava destacar.

2.3 EM DEFESA DOS BAIANOS E DOS AFRODESCENDENTES COMO PROTAGONISTAS DA HISTÓRIA NACIONAL

É possível relacionar noções teóricas e as análises de autores que versaram sobre o tema identidade discutidas aqui, ao projeto de identidade desenhado por Manuel Querino. Na contramão do plano identitário hegemônico, ele buscou elaborar uma identidade que poderia ser classificada como de resistência, conforme o modelo proposto por Castells, discutido anteriormente, na medida em que inseriu os grupos marginalizados e as classes populares, sobretudo, os afrodescendentes, como elementos centrais na sua concepção de identidade nacional. Nessa perspectiva, buscou evidenciar a importância do africano na História do Brasil, especialmente nas lutas de emancipação política do país, chamando atenção para a falta de reconhecimento com que seus compatriotas trataram os afrodescendentes que participaram desse processo histórico. Nesse sentido, ressaltou que o negro:

Concorreu como auxiliar direto para a emancipação política do Brasil, de modo que conquistou a liberdade para aqueles que depois disso os conservaram na escravidão. [...] o africano prestou valiosos serviços à conservação da unidade territorial e defesa da integridade nacional, serviços que não foram devidamente compensados (QUERINO, 2006, p.30 e 31).

Em relação à sua própria identidade, a maneira como ele próprio se reconhecia, como um intelectual afrodescendente, não foi explicitada em sua obra. Querino não

mencionou diretamente sua origem étnica e social em seus escritos. Em um manuscrito de próprio punho, intitulado “Biografia de Manuel Querino”, preferiu registrar sua carreira profissional e acadêmica, destacando seus méritos e títulos recebidos ao longo da sua trajetória, sem nenhuma menção à sua cor de pele e nem à sua história de vida particular, o que é demonstrado através da transcrição abaixo:

Manuel Querino artista diplomado aprovado com distinção no curso de arquiteto, membro do júri de exposição, premiado com duas medalhas de prata e menção de honra pela Escola de Belas Artes [...] professor premiado com medalhas de bronze, prata e ouro, pelo Liceu de Artes e Ofício. [...] Sócio fundador e honorário do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e correspondente do Instituto do Ceará. [...] Sócio da Irmandade Baiana dos Patriotas Benfeitores da Filarmônica dos artistas [...] Sócio efetivo do Centro Operário, da beneficente do professorado baiano, funcionário público do Estado [...] capitão da Guarda Nacional [...] Oficial da Secretaria de Agricultura, condecorado com medalha de ouro da campanha abolicionista da Bahia [...] professor do Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, sócio fundador da Escola das Belas Artes, sócio da Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris.⁸⁷

No documento reproduzido acima, foi apresentado apenas alguns trechos da extensa lista de títulos e cargos acadêmicos que ocupou e acumulou ao longo da sua carreira profissional. Mais se parece com um *currículo vitae* do que com um biografia, como apontou o título do manuscrito. Talvez sua intenção tivesse sido justamente essa, de registrar apenas seu perfil profissional e intelectual. O fato dele não ter mencionado sua origem étnica, não significa que a tivesse renegado. Sua busca em resgatar a memória de personagens baianos, sobretudo, de homens de cor, demonstrou que seu projeto de identidade perpassava pela sua identificação com esses grupos. O processo de identificação, segundo Stuart Hall (2007), é construído a partir do reconhecimento de alguma origem comum, características ou ideais partilhados, e no caso de Querino, essa identificação se tornou politizada e reivindicadora. Dessa maneira, concordamos com Maria das Graças (2004), quando ressaltou que, ao falar do negro e da cultura afro-brasileira, ele falou de si mesmo.

Seu projeto de identidade nacional, pode ser associado ao que Candau chamou de “metamemória”, ou seja, a representação que o indivíduo faz da sua própria memória e da “memória coletiva”, buscando a valorização de uma identidade local (CANDAU,

⁸⁷ “Biografia de Manuel Querino”, CX. 1, Doc. 12. Arquivo do IGHB.

2011, p.26). Nesse sentido, Querino procurou legitimar, através da sua obra, seus desejos nacionalistas em destacar o negro e a Bahia no cenário nacional. Para tanto, fez uso de fontes variadas, escritas e orais, colhendo depoimentos de pessoas que vivenciaram episódios históricos marcantes para consciência da época, como o Dois de Julho na Bahia e a Guerra do Paraguai, investigando também o aporte documental existente na época no Arquivo Público do Estado e em outras instituições em que poderia encontrar vestígios do passado que buscava resgatar.

Em relação à Guerra do Paraguai, por exemplo, narrou os fatos e salientou os personagens que considerava merecedores de destaque, através do resgate da sua própria memória, quando foi recrutado para o referido conflito. Conforme um dos seus biógrafos, José Teixeira Barros, Querino não chegou a ir para o Paraguai, ficou empregado como escrivão no quartel do Rio de Janeiro, onde serviu ao Exército Brasileiro entre julho de 1869 e setembro de 1870.⁸⁸ Em sua obra “A Bahia de outrora”, denunciou as injustiças cometidas pelo governo aos combatentes, como as promessas não cumpridas após a guerra e a violência do processo de recrutamento, que incluía uma distinção de tratamento entre pessoas de origem simples das que possuíam certa nobreza:

Começou o recrutamento desordenado, com seus tons de barbaridade. Os homens válidos foram procurados como feras; parecia que a Bahia tomara a peito fornecer o pessoal necessário as funções da guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros moveis domésticos. Às vezes eram filhos, arrimos da família [...] Os comandantes superiores tornavam-se simplesmente soberanos [...] Quem não queria vestir farda pagava uma mensalidade [...] Quando o individuo dispunha de proteção, apontava, ou antes, recrutava um outro para servir em seu lugar. [...] saíam as patrulhas da guarda nacional, para determinados pontos, e na faina de caçar homens, as vezes acompanhados de cães amestrados. [...] Muitos adotaram outro expediente ou artifício interessantes: andavam bem trajados, munidos de chapéu de pêlo de castor. Ao aproximar-se um soldado, para dar-lhe voz de prisão, o rapaz apurava-se, dizendo: sabe com quem está falando? Se a praça se retraía, supondo está se dirigindo a algum rebento da nobreza da época, ajuntava polidamente: Vossa senhoria desculpe; se era um desbusado [sic], respondia: só

⁸⁸ Ver: BARROS, José Teixeira. Prefácio da primeira edição da obra de Manuel Querino: **A Bahia de outrora**, Bahia, 1916. Sobre a experiência de Querino na Guerra do Paraguai, ainda podemos encontrar outras informações em: VIANA, Antônio. **Discurso em homenagem a Manuel Querino**. Revista do IGHB, n. 54, 1928. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Professor Manuel Querino. Sua vida e suas obras**. Imprensa Oficial do Estado, Salvador 1932. EDELWEISS, Frederico. Prefácio da terceira edição da **A Bahia de outrora**, Salvador, 1955. AGUIAR, Pinto. Prefácio da obra de Manuel Querino: **A raça africana e os seus costumes**. Editora Praça da Sé, Salvador, 1955. LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

conheço o pau pela casca, siga; e lá se ia o cidadão [...] (QUERINO, 1955, p. 194 e 195).

No referido episódio histórico, em lugar dos nomes de militares de alta patente e membros das classes dominantes consagrados pela “história oficial”, Querino ressaltou pessoas de origem pobre, escravos e libertos. Preferiu dar visibilidade, por exemplo, aos capoeiras Cezário Alvaro da Costa e Antônio Francisco de Mello⁸⁹, que se destacaram nas batalhas contra o Paraguai devido aos seus atos de coragem. Homens qualificados como “defensores da pátria” (QUERINO, 1955, p. 78 e 79). Some-se a essa questão, o significado para época em se destacar capoeiristas como heróis nacionais.

Desde o período colonial, essa forma de luta de origem africana, exercida principalmente pelos afrodescendentes, não era bem vista pelas camadas dominantes do país, que as representava como sinônimo de vadiagem e barbarismo. Os capoeiristas foram considerados elementos perigosos que ameaçavam a ordem nacional, por isso foram fortemente perseguidos em todo país, sobretudo na Bahia e no Rio de Janeiro, onde se concentravam em maior número.⁹⁰ E Querino sabia disso.⁹¹ Mesmo assim, elogiou a atuação dos capoeiras que lutaram na guerra, narrando seus feitos e salientando que os dois exemplos que mencionou serviam para justificar que “a capoeira tem a sua utilidade em determinadas ocasiões” (idem, p.80). Nesse sentido, e sem perder seu tom de crítica e de denúncia, relatou:

Por ocasião da Guerra com o Paraguai, o govêrno [sic] da então Província fez seguir bom número de capoeiras; muitos por livre e espontânea vontade, e muitíssimos voluntariãmente constrangidos. E não foram improfícuos os esforços dêsses [sic] **defensores da Pátria** [grifo nosso], no teatro da luta, principalmente nos assaltos à baioneta.

⁸⁹ Conforme informou Querino, os dois exemplos que destacou foram reconhecidos pelos seus atos de bravura e promovidos a alferes do Exército Brasileiro, além de terem sido condecorados com o hábito da Ordem do Cruzeiro. Ver: QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955, p. 79 e 80.

⁹⁰ Sobre a experiência histórica da capoeira e sua relação com diferentes contextos vivenciados na sociedade brasileira, ver: OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia**. 1. ed. Salvador: Quarteto, 2005; **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. EDUFBA, Salvador, 2009.

⁹¹ Em seu projeto de evidenciar a contribuição da cultura de matriz africana para a formação do país, Manuel Querino também analisou a capoeira, dedicando o sexto capítulo da sua obra “A Bahia de Outrora” para destacar essa luta de origem africana. Diferente dos intelectuais que lhe antecederam e lhe foram contemporâneos, conferiu à capoeira um caráter esportivo comum à todos os povos, destacando, inclusive, que as civilizações cultas também tinham sua “capoeira”: “o português joga o pau, o francês, a savata; o inglês, o sôco; o japonês, o jiu-jitsu [...]” (QUERINO, 1955, p. 75). Na referida obra, além da importância dos capoeiras na Guerra do Paraguai, ele ressaltou, também, cantigas de roda de capoeira e mencionou acerca da perseguição que os praticantes dessa luta sofriam do governo, especialmente no Rio de Janeiro. Ver: QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955, capítulo 6: “A Capoeira”.

E a prova dêsse [sic] aproveitamento está no brilhante feito darmas [sic] praticado pelas companhias de Zuavos Baianos, no assalto ao forte de Curuzú, debandando os paraguaios, onde galhardamente fincaram o pavilhão nacional (QUERINO, 1955, p. 78).

Ao passo em que procurava conferir à pessoas do povo um lugar destacado nos eventos da história nacional, Querino também desconstruiu alguns “mitos” e “heróis”, como foi o exemplo do general francês Pedro Labatut, mercenário contratado pelo imperador D. Pedro I para comandar o Exército Pacificador nas batalhas pela consolidação da Independência do Brasil na Bahia.⁹² Em artigo publicado na Revista do IGHB, em 1911 e 1913, intitulado “Episódio da Independência”⁹³, em vez de ressaltar as gloriosas vitórias de Labatut na liderança do exército imperial, ele narrou uma série de atrocidades cometidas pelo referido comandante, protestando contra a valorização deste em detrimento de outros nomes que, ao seu ver, seriam mais merecedores de ser lembrados como heróis da história:

É uma injustiça destacar-se a figura de Lababut, como astro de primeira grandeza, no primeiro plano dos acontecimentos heroicos, deixando na penumbra, em posição secundária, outros com iguais direitos. [...] Não desconheço o prestígio militar de Labatut, oficial afeitos aos embates perigosos das batalhas; mas não posso me conformar com a injustiça da sua preferência, no comando geral das forças libertadoras.⁹⁴

Não era unanimidade na Bahia o reconhecimento de Labatut como herói nacional, e entre os que discordavam com essa posição conferida ao general, estava Querino. A autora Wlamyra Albuquerque, em sua análise sobre os significados e

⁹² Labatut foi um veterano da campanha napoleônica e experiente comandante revolucionário nas guerras na América Espanhola – pelas quais ficou conhecido por “Pirata do Caribe”. Apesar de ter se envolvido em conflitos com militares brasileiros e senhores de engenho e ter cometido várias atrocidades, como o fuzilamento de comunidades quilombolas aos arredores de Salvador, seu nome se perpetuou na história “oficial” como um dos heróis da independência brasileira. Faleceu na Bahia em 24 de setembro de 1849, como marechal de Campo do Exército Brasileiro. Recebeu a medalha de guerra da Independência na Bahia e foi homenageado com um busto que foi erguido no Largo da Lapinha inaugurado, em 2 de julho de 1923, em Salvador. Ver: **General Labatut**. Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/generallabatut.html>> Acesso em 14 de maio de 2015.

⁹³ Conforme foi informado, esse artigo foi publicado originalmente na *Revista do IGHB*, n. 37 e 39, 1911 e 1913, mas a versão utilizada aqui faz parte da obra organizada por Jaime Nascimento e Hugo Gama, em que reúne a reprodução de todos os artigos de Manuel Querino publicados na Revista do instituto. As páginas dos demais artigos citados no decorrer desse trabalho, corresponderão a essa edição. Ver: **Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Orgs. Jaime Nascimento e Hugo Gama. Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

⁹⁴ QUERINO, Manuel. **Episódio da Independência**. Revista do IGHB, n. 37-39, 1911-1913, p. 45.

representações das festas do dois de Julho na Bahia, afirmou que os populares pareciam atribuir a vitória de 1823 mais aos caboclos baianos do que ao militar francês (ALBUQUERQUE, 1999, p.68). A imagem do comandante europeu que tanto Querino buscava desconstruir era aceita e difundida por parte dos intelectuais baianos da época, não pelo povo, como destacou a referida autora. Nos discursos dos letrados baianos, em que se exaltava o passado glorioso da Bahia, não havia espaço para as pessoas do povo, nem tampouco os negros, libertos e mestiços que participaram dessas lutas.

Para Querino, o principal herói da independência foi o povo. Conforme defendeu, graças à resistência da população contra a exploração e as atrocidades cometidas pela metrópole portuguesa esse empreendimento foi possível. Em “Primórdios da Independência”⁹⁵, relatou várias arbitrariedades exercidas pelo governo português na colônia brasileira. Segundo sua concepção, mesmo que os populares não possuíssem na época consciência dos efeitos da liberdade, foi a revolta contra o sofrimento que viviam o principal motivo da emancipação do país, dessa maneira, declarou: “[...] não tenho a menor dúvida em acreditar que a emancipação política do Brasil foi vitória da resistência contra o sofrimento, e não resultado de aspirações de um povo cômico dos seus direitos”.⁹⁶

Ainda sobre o episódio do Dois de Julho, ele buscou em suas análises evidenciar o caráter popular da festa, o patriotismo do povo em comemorar esse evento histórico e, especialmente, destacar os nomes que considerava merecedores de ser lembrado como heróis nacionais. Nesse aspecto, colocou os baianos como elementos centrais da história nacional, chamando atenção para a valorização dos personagens locais, sobretudo os filhos da Bahia. Protestando contra o esquecimento ou falta de reconhecimento desses heróis locais, afirmou: “A geração atual não tem sabido aquilatar a soma de benefícios que lhe outorgaram os nossos ancestrais. Sem heroísmo e sem amor pela liberdade, bem cedo esqueceu a consagração devida aos seus heróis”⁹⁷.

Nessa perspectiva, e com a intenção declarada de “propugnar a verdade dos fatos” e resgatar da penumbra e da “condenação” os homens que ele acreditava ter contribuído de forma fundamental para a emancipação do país, Querino ressaltou nomes como o do coronel Felisberto Gomes Caldeira; dos brigadeiros José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (o “santinho”), Antonio de Souza Lima, Rodrigo Antonio

⁹⁵ Revista do IGHB, n. 42, 1916.

⁹⁶ QUERINO, Manuel. **Primórdios da Independência**. Revista do IGHB, n.42, 1916, p. 89.

⁹⁷ QUERINO, Manuel. **Episódios da Independência**. Revista do IGHB, n. 37-39, 1911-1913, p. 44.

Falcão Brandão e José Joaquim de Lima e Silva; os tenentes-coronéis Manoel Gonçalves da Silva e José de Barros Falcão de Lacerda; homens que classificou como “[...] denotados campeões da liberdade, que se recomendaram à gratidão nacional, por assinalados atos de bravura no campo da honra militar.”⁹⁸ Não obstante a posição social e as altas patentes dos exemplos que mencionou, todos eles foram baianos que se destacaram nas batalhas do Dois de Julho, portanto, personagens que mereceram, a posição de protagonista na história nacional no lugar de militares estrangeiros, como o general francês Labatut.⁹⁹

Dentre os personagens citados por Querino, o primeiro atuou como comandante do Exército Pacificador de Cachoeira e Governador das Armas da Bahia e, conforme informou, foi assassinado por partidários do general Labatut como resultado dos conflitos internos em decorrência da divisão do exército. O segundo, conhecido como “santinho”, comandou batalhões compostos por milicianos, negros e índios; e os demais também se destacaram pelos seus serviços prestados nas batalhas da independência do Brasil na Bahia.¹⁰⁰ É digno de ênfase ainda, o tenente-coronel Manuel Gonçalves da Silva, pelo fato dele também ter sido mencionado por Querino em outro trabalho em que se dedicou à destacar a importância de alguns homens de cor para a história nacional.¹⁰¹ Segundo relatou, esse militar afrodescendente serviu na Legião dos Henriques e comandou o terceiro batalhão dos caçadores, notabilizando-se na guerra de 1824 após o assassinato do coronel Felisberto Caldeira. Foi o oficial mais graduado da guarnição e governou como presidente da província.¹⁰²

Conforme já foi analisado, no projeto de identidade para a nação brasileira proposto por Manuel Querino, eram as pessoas de origem simples, negros e mestiços que ele buscou destacar como personagens de relevância na história nacional. No objetivo que perseguia, também insistia em colocar a Bahia e os baianos como

⁹⁸ Idem, p. 44 e 45.

⁹⁹ Em relação à naturalidade dos exemplos citados por Querino, abre-se um parêntese ao brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva, pois não foi encontrada informações sobre o local do seu nascimento, apenas que residiu na cidade do Rio de Janeiro sendo enviado por D. Pedro I à Bahia em março de 1823 com a missão de auxiliar as forças comandadas por Labatut, na luta pela independência, retornando a capital federal após o conflito, onde viveu até a sua morte, em 1855. Ver: **José Joaquim de Lima e Silva**. Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/limaesilva.html> Acesso em 14 de maio de 2015.

¹⁰⁰ Para saber mais acerca dos militares mencionados por Manuel Querino, ver: Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em <http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens.html> Acesso em 14 de maio de 2015.

¹⁰¹ Ver: QUERINO, **Os homens de cor preta na história**. Revista do IGHB, n. 48, 1923.

¹⁰² Ver: idem, p. 195.

protagonistas dos principais eventos históricos do país. Sobre esse aspecto, é possível encontrar vários exemplos em seu discurso, sobretudo nos trabalhos que publicou na revista do IGHB. Em “Notícia histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua comemoração na Bahia”, publicado, não por um acaso, no ano do centenário da Independência baiana, afirmou ser esse estado um fornecedor de heróis da pátria, a “sede propulsora da prosperidade intelectual e moral da América Portuguesa [...]”.¹⁰³ Nesse artigo, ele descreveu os festejos populares que ocorreram depois das batalhas do Dois de Julho e narrou uma série de vitórias dos baianos, buscando valorizar a participação dos seus conterrâneos e conferir ao seu estado de origem um lugar central na emancipação do Brasil:

Foi, em suma, a gloriosa Bahia quem veio traçar com o sangue dos seus filhos a última página da epopeia de luz que o calor de um príncipe esboçara ao sussurro murmuroso das águas do Ipiranga. Só e somente na Bahia houve derramamento de sangue como para selar o triunfo supremo da Independência do Brasil.¹⁰⁴

Ao destacar que a Bahia foi o palco das batalhas decisivas para a consolidação da independência do Brasil, Querino colocava esse estado em posição central na emancipação do país em detrimento de São Paulo, que ficou com o mérito de ter sido o estado em que D. Pedro I proclamou a libertação da nação do domínio português. Ao afirmar que foram os baianos os únicos a derramarem seu sangue durante esse empreendimento, ele também protestava contra a posição secundária desse estado no referido evento, buscando evocar o lugar de protagonista que, na sua concepção, lhe seria de direito.

Nesse aspecto, seu discurso de valorização da Bahia e dos baianos na história nacional estava afinado com os intelectuais da época, que buscavam resgatar um passado de glória na tentativa de recuperar um status que possuía quando gozava da posição de centro político e econômico do país. Sobre essa questão, Wlamyra Albuquerque (1999) chamou atenção para o empenho dos intelectuais do IGHB em exaltar um passado glorioso e ao mesmo tempo projetar um futuro civilizado para esse estado: “Enaltecia um passado com feições míticas, tendo como marco as lutas pela independência do Brasil na Bahia em 1822 e 1823” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 35).

¹⁰³ QUERINO, Manuel. **Notícia histórica sobre o 2 de julho na Bahia**. Revista do IGHB, n. 48, 1923, p.52.

¹⁰⁴ Idem, p. 57.

Ao debruçar-se nos discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas, em sua obra intitulada “A rainha destronada” (2012), Rinaldo Leite ressaltou que as elites baianas do período, usavam como artifício político para recuperar o prestígio que o Estado acabara de perder, narrativas que oscilavam entre o resgate da opulência do passado e a tentativa em recuperar uma posição de relevância no cenário nacional. Dessa maneira, evocavam um passado heroico como estratégia para responder a uma situação de desprestígio político e econômico que o estado sofria na época, em decorrência da hegemonia das grandes metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. O autor analisou vários discursos de diferentes intelectuais que viveram nesse contexto, publicados em revistas de relevante circulação, e observou a grande frequência de citações de poetas e escritores baianos como uma espécie de propaganda da Bahia, buscando preservar a memória dos seus ídolos e heróis das letras. Nesse sentido, afirmou que : “Existia, portanto, um sentimento de falta ligada à noção de perda e outro associado à ausência do novo. Daí porque a sensação de que à Bahia faltava tudo misturava referências diversas do passado e do presente” (LEITE, 2012, p. 203).

Manuel Querino também parecia se ressentir da falta de prestígio e reconhecimento da Bahia no cenário nacional e, de forma semelhante, tentou através do resgate dos heróis do passado e dos seus feitos em relevantes episódios da história brasileira, colocar a Bahia em posição central.¹⁰⁵ Os trabalhos que desenvolveu sob esse ponto de vista foram publicados na *Revista do IGHB*, em um contexto que, conforme destacaram Albuquerque (1999) e Leite (2012), foram marcados por um movimento de reafirmação da relevância da província baiana como um artifício político e simbólico, utilizado pelos intelectuais originários desse estado a fim de recuperar uma posição outrora ocupada.

Seu empenho em valorizar as coisas da Bahia e os baianos pode ter sido um dos motivos para que seus trabalhos acerca da questão tivessem encontrado receptividade entre os seus contemporâneos do Instituto Histórico Baiano, já que seus membros buscavam cumprir a missão de elaborar uma identidade para a Bahia conforme a perspectiva de exaltação desse estado. Índícios dessa aceitação foi a reação dos

¹⁰⁵ O autor Rinaldo Leite, ao destacar o sentimento de decadência que se abateu entre os intelectuais baianos nesse período, mencionou Manuel Querino como um dos letrados que se manifestaram em relação a crise da Bahia no campo das artes. Ver: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: discurso das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 240-246.

integrantes da referida instituição na ocasião em que expôs seu trabalho sobre o poeta e professor baiano Veiga Muricy, relatada por um representante do IGHB, de autoria não identificada. Este afirmou que a leitura do citado estudo foi realizada por Querino “[...] entre os aplausos de todos desta casa, que nos acostumamos a lhe gabar os méritos. Publicamo-la em homenagem ao companheiro leal e sincero de todos os tempos, ao espírito infatigável a quem se deve muito da nossa história e de nossa tradição”.¹⁰⁶

Dessa maneira, no tocante ao discurso de valorização da Bahia, Querino demonstrou que compartilhava dessa perspectiva com os membros do IGHB, pois também reivindicava para esse estado o reconhecimento da sua importância no país e protestava contra o lugar de desprestígio em que foi colocado pelos nacionais:

Nenhuma região do país tem suportado o peso do despotismo republicano, como a Bahia; talvez estejam castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provocações. Desprestigiaram-lhe o valor, deturparam-lhe o merecimento, fizeram-lhe representar o humilde papel de comparsa, em farrancho político, conservando-se estacionária e abatida, por ingratidão de seus filhos (QUERINO, 1955, p. 60).

Com essa declaração, Querino também protestava contra a situação de decadência que a Bahia vivia no período republicano e a posição secundária que os nacionais e seus próprios “filhos” a colocaram, furtando-lhe o prestígio e desqualificando o seu valor. Sobre esse aspecto, seu conterrâneo e colega do IGHB, Bráz do Amaral, por exemplo, chegou a falar em “ódio pela Bahia” que vinha de diferentes lugares do Brasil e se manifestava de diversas formas, desde a falta de atenção do Governo Federal, à ofensas dirigidas à Bahia e aos baianos em jornais e outros meios de comunicação do período.¹⁰⁷ Conforme anteriormente analisado, no tocante ao posicionamento de Querino acerca dessa questão, ele insistia em evidenciar os heróis baianos e as coisas da Bahia como quem queria fazer justiça diante da falta de consideração com que achava que esse estado era tratado pelos intelectuais pátrios.

¹⁰⁶ Essa fala do representante do IGHB consta como texto de apresentação do referido trabalho de Manuel Querino. Nesse discurso, o autor informou que foi o último estudo lido por Querino no instituto. Ver: QUERINO, Manuel. **Um baiano ilustre – Veiga Muricy**. Revista do IGHB, n. 48, 1923, p. 219.

¹⁰⁷ Em relação à posição de Bráz do Amaral sobre essa questão, Rinaldo Leite ressaltou que esse intelectual também nutria um certo “ódio”, que ele mesmo condenava, a outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Sobre às diferentes formas de manifestação desse suposto “ódio” promovido por outras regiões à Bahia, Leite destacou cantigas do carnaval carioca que causaram indignação entre os intelectuais baianos por ter sido consideradas ofensivas ao Estado, como podemos ver na transcrição assinalada pelo autor: “A Bahia é boa terra, ella [sic] lá e eu aqui [...]” Ver: LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: discurso das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p. 217 e 219.

Em seu objetivo de valorizar a Bahia, e como o historiador da arte, Querino elaborou uma espécie de inventário sobre as artes e os artistas baianos – poetas, escritores, escultores, pintores, dentre outras modalidades artísticas dessa região. Ao ressaltar esse tema, declarou sua intenção em tornar conhecido o valor de alguns artistas locais que foram esquecidos, afirmando que esse estado “[...] foi o berço das artes e ofícios, o foco produtor de artistas e obras d’arte, que abasteceu todo o país, no período de mais de dois séculos”.¹⁰⁸ Sua intenção era tornar público nomes que considerava merecedores de reconhecimento e evidenciar que seu estado de origem também se destacava nesse campo, produzindo artistas e deixando um importante legado para o país.

Em “Contribuição para a história das artes na Bahia: José Joaquim da Rocha (sua naturalidade)”, Querino protestou contra a falta de consideração prestada aos artistas e suas obras no meio baiano. Além disso, numa clara demonstração de que buscava destacar mais um conterrâneo para integrar o panteão de personagens ilustres da Bahia, procurou comprovar a naturalidade do artista mencionado no título do referido trabalho. Para tanto, questionou os dados biográficos sobre o mesmo encontrados na época, defendendo sua origem baiana: “[...] eu contesto e continuo a reverenciar a memória do artista como filho da Bahia. Nutrirei essa convicção até que documento sério e irrespondível venha provar o contrário”.¹⁰⁹

Em outro estudo sobre a história da arte na Bahia, investigou a procedência de 16 quadros de uma catedral baiana, contestando a autoria dos mesmos, que foi atribuída a holandeses. Para ele, as referidas obras foram fruto do trabalho do monge baiano Frei Eusébio de Soledade.¹¹⁰ Nesse trabalho, protestou também contra brasileiros vindos da Europa que renegaram sua nacionalidade, citando como exemplo o artista e diplomata Manuel d’Araujo Porto Alegre, conhecido como barão de Santo Ângelo. Em mais uma demonstração da sua defesa da Bahia e dos baianos, criticou, com um forte tom de indignação, a declaração feita pelo referido artista e diplomata de que desconhecia movimento artístico nesse estado: “não podia ser maior a falta de escrúpulo de um

¹⁰⁸ QUERINO, Manuel. **Os artistas baianos: indicações biográficas**. Revista do IGHB, n. 31, 1905, p. 107. Nesse trabalho, Querino fez um levantamento de cerca de 15 nomes de artistas, todos baianos.

¹⁰⁹ QUERINO, Manuel. **Contribuição para a história das artes na Bahia: José Joaquim da Rocha (sua naturalidade)**. Revista do IGHB, n. 34, 1908, p. 127.

¹¹⁰ Ver: QUERINO, Manuel. **Contribuição para a história das artes na Bahia: os quadros da Catedral**. Revista do IGHB, n. 36, 1910, p. 129-137.

homem superior, em assumir uma responsabilidade, ao lado do desconhecimento das coisas do seu país”.¹¹¹

Não obstante a sua defesa da Bahia e dos baianos, conforme já foi analisado, em seu projeto de identidade nacional e baiana, eram também pessoas simples, especialmente afrodescendentes, que Querino buscava dar visibilidade. Entre os militares, artistas, letrados e outros personagens que evidenciou em sua obra como elementos importantes para a história nacional, estavam homens de origem pobre, pessoas do povo, característica que distinguiu seu discurso em relação aos de outros intelectuais que lhe foram contemporâneos. Ao falar dos soldados que participaram das batalhas do Dois de Julho e da Guerra do Paraguai, mencionou nomes de capoeiras; e ao ressaltar artistas que buscava resgatar do esquecimento, incluiu diversas categorias, como fundidores, maquinistas, armeiros, serralheiros, dentre outros.

No tocante à questão específica do afrodescendente no país, além de ter persistido em seu objetivo de destacar sua contribuição para a formação da nação, em sua obra “Os homens de cor de preta na história”¹¹² elaborou uma espécie de inventário, a fim de registrar para a posteridade o valor de 38 personalidades negras que tiveram papel importante no cenário nacional: professores, médicos, militares e padres. Conforme o autor Tales de Azevedo (1955), que estudou sobre a dinâmica de ascensão social dos homens de cor na Bahia, graças ao referido trabalho, foi possível identificar a cor de indivíduos baianos que se distinguiram intelectualmente, pois os escritores e biógrafos não faziam nenhuma referência a respeito.

Ao resgatar esses personagens, realçando suas qualidades como intelectuais, educadores, artistas e soldados, ele também buscava desconstruir as ideias que inferiorizavam o negro. No referido estudo, quando discorreu sobre a vida do Dr. Caetano Lopes de Moura, por exemplo, salientou seu prestígio como professor de línguas, relatando sua trajetória na Europa, onde formou-se em medicina e tornou-se médico particular de Napoleão Bonaparte, na França. Ao reverenciar sua reputação, declarou:

Foi um baiano que honrou sua terra natal, principalmente no estrangeiro, onde se impôs a admiração dos espíritos mais eminentes do Velho Mundo, pelos seus conhecimentos literários e profunda ilustração. Essa circunstância ainda mais realçava o seu valor

¹¹¹ Idem, p. 135.

¹¹² Ver: QUERINO, Manuel. **Os homens de cor preta na história**. Revista do IGHB, n. 48, 1923, p. 187-199.

intelectual por quanto se tratava de um homem de cor, originário de uma país ainda hoje mal julgado por povos que se dizem propugnadores do progresso, da ciência, da arte e da literatura.¹¹³

Ao narrar a história de Emigdio Augusto de Mattos, ajudante de pedreiro que tornou-se professor e posteriormente ingressou nos estudos de engenharia civil no Rio de Janeiro, destacou suas qualidades como estudante, sendo “explicador” de um dos netos de D. Pedro II, que foi seu companheiro de turma: “[...] Emigdio não só estudava, como explicava aos colegas as lições que deviam ser expostas em aula. Foi um triunfo a primeira vez em que o aluno baiano foi chamado à sabatina”.¹¹⁴ Ainda nesse estudo, Querino ressaltou que no último período do regime monárquico do Brasil, a maior parte dos professores públicos primários da capital baiana, eram homens pretos. De acordo com a sua opinião, o mais destacado entre esses educadores foi Manuel Florêncio do Espírito Santo que, conforme afirmou, possuía “[...] uma das inteligências mais brilhantes do professorado”.¹¹⁵ Nesse aspecto, citou vários exemplos de professores negros que, segundo sua concepção, elevaram a causa do ensino na Bahia.

Sobre os militares, lembrou diversos veteranos que atuaram na Guerra do Paraguai e nas lutas de independência, bem como em revoltas ocorridas na Bahia, como a Sabinada. Um exemplo foi José Soares Cupim, segundo cadete-sargento que participou da campanha do Paraguai; sobre sua atuação nesse conflito, declarou: “Ali se portou com patriotismo e valor nunca desmentidos pelo povo baiano, em defesa dos brios nacionais”.¹¹⁶

Conforme foi discutido, através das trajetórias das personalidades negras que destacou em suas obras, Manuel Querino buscou elaborar uma identidade nacional e baiana que incluísse o afrodescendente como elemento fundamental. Sua militância em evidenciar personagens afrodescendentes que foram negligenciados pela “história oficial”, demonstrou o seu empenho em criar um novo panteão de sujeitos históricos para além dos que foram consagrados: homens do povo, sobretudo, homens de cor.

Não obstante seu projeto de identidade, inovadora para época, quando as classes populares e os negros não eram bem vistos nos discursos das elites nacionais como elementos fundamentais para a formação da nação, é importante também analisar até

¹¹³ Idem, p. 187 e 188.

¹¹⁴ Idem, p. 191.

¹¹⁵ Idem, p. 192.

¹¹⁶ Idem, p. 197.

que ponto Manuel Querino sofreu influência das teorias que vigoraram no contexto em que produziu. Como já foi analisado no primeiro capítulo, as ideias evolucionistas que interpretavam os diferentes povos através da hierarquia racial, encontrou aceitação entre os seus contemporâneos, que as reproduziram e as reinterpretaram conforme a realidade do país. Os intelectuais baianos, sobretudo, os advindos da Faculdade de Medicina da Bahia, foram os que mais se preocuparam em discutir esse tema no período. O médico maranhense Nina Rodrigues, por exemplo, figurou como um dos intelectuais mais destacados nesse aspecto, sobretudo, por ter sido um dos pioneiros ao estudo dos povos africanos no Brasil. Esse intelectual influenciou sua época e deixou seguidores com sua interpretação do negro como biologicamente inferior.

Dessa maneira, se faz pertinente discutir a existência de um possível diálogo de Manuel Querino com Nina Rodrigues. Nesse sentido, no próximo capítulo será analisado até que ponto ele contestou as ideias do referido médico, e em que medida as concepções de ambos se aproximaram.

CAPÍTULO III

“O REBUSCADOR DE TRADIÇÕES” E O “PRECLARO SCIENTISTA”:

Os discursos sobre o negro de Manuel Querino e Nina Rodrigues

No dia 13 de maio de 1928, em sessão magna do IGHB, não por um acaso, na data do aniversário da abolição da escravatura no Brasil, foi inaugurado os retratos de dois estudiosos do negro no país na galeria de honra dessa instituição. Eram as figuras do intelectual baiano Manuel Querino (1851-1923) e do médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906) que estavam sendo homenageadas nesse dia. Ao se referir sobre o primeiro, Antonio Viana, um dos oradores do evento, ressaltou suas qualidades como pesquisador que “apurou os valores reaes [sic] de uma raça malsinada por não ter quem a defendesse”; o segundo, foi denominado por Estacio de Lima, que também discursou nessa solenidade, como “o psychólogo [sic] e o psychiátra [sic] do negro da Bahia. Pouca gente há conhecido, tão bem quanto elle, a alma — doente ou sã — do homem de côr.”¹¹⁷

Na referida sessão solene, o nome de Querino foi aclamado como o “rebuscador de tradições”, e a imagem de Rodrigues foi aplaudida como o “preclaro cientista”.¹¹⁸ Conforme afirmado anteriormente, ambos se dedicaram ao estudo do negro e da sua cultura no país, no entanto, enquanto o intelectual do IGHB era destacado por seu valor como investigador empírico, o médico maranhense era lembrado pelo caráter científico da sua obra. No campo ideológico, havia uma diferenciação entre os trabalhos ditos científicos dos denominados empíricos, o que distinguiu nitidamente as duas personalidades homenageadas nessa ocasião. Ao longo da sua carreira como pesquisador da contribuição do africano para a nação, Querino ficou conhecido pela sua postura de etnógrafo, o que lhe rendeu críticas por parte de cientistas sociais que caracterizaram seus estudos como testemunhal ou autorreferencial,¹¹⁹ portanto, em uma

¹¹⁷ Ver, respectivamente: **Discurso em homenagem a Manuel Querino, inauguração do seu retrato na galeria de honra do IGHB**, por Antonio Viana. **Nina e o negro. Discurso em homenagem a Nina Rodrigues, inauguração do seu retrato na galeria dos brasileiros beneméritos**, por Estacio de Lima. Revista do IHGB, n. 54, 1928, , p. 311 e 247.

¹¹⁸ Idem, respectivamente: p. 305 e 243.

¹¹⁹ A autora Maria das Graças, destacou a questão das críticas que Querino recebeu por seu trabalho ter sido considerado de caráter não científico. Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004, p. 25-29.

categoria diferente do seu contemporâneo da Faculdade de Medicina. Entretanto, isso não foi empecilho para que fosse lembrado entre os prestigiados do evento.

Não obstante às distinções de ordem acadêmica e ideológica entre os dois intelectuais em questão, suas análises acerca do negro no Brasil são bastante representativas diante do cenário de hostilidade e rejeição à herança africana no país por parte das elites dominantes. Nesse sentido, tornar-se pertinente destacar a importância dos estudos de ambos os autores sobre o africano e seus descendentes no contexto em que produziram, haja vista os mesmos interpretarem de maneiras diferentes a questão racial que estava na ordem do dia.

Médico maranhense que teve carreira acadêmica consolidada na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues foi o primeiro pesquisador a estudar a influência africana de maneira sistemática, catalogando as origens etnográficas dos escravos trazidos para o Brasil e tentando identificar os grupos linguísticos primários. Em 1882, iniciou seus estudos como médico na Faculdade de Medicina da Bahia transferindo-se em 1885 para o Rio de Janeiro onde formou-se, retornando à Bahia em 1889 para ocupar o lugar como professor adjunto na cadeira de Clínica Médica na Faculdade de Medicina desse Estado.¹²⁰ Conforme Mariza Correia, “logo após sua chegada em Salvador, seu nome é uma presença constante em campanhas, polêmicas, na redação da Gazeta Médica, no Conselho de Saúde Pública, etc.” (CORREIA, 1998, p. 103).

Antes de Manuel Querino ter publicado seus estudos sobre o negro e sua cultura, o referido médico já tinha manifestado seu desejo em evidenciar a importância desse tema. Em sua obra *Os africanos no Brasil*¹²¹, informou que desde 1890 havia iniciado seus primeiros ensaios acerca da questão. Antes da sua morte prematura, em 1906, já havia publicado importantes estudos sobre a questão racial em revistas especializadas e em outros periódicos, trabalhos que foram transformados em livro postumamente. De acordo com Mariza Correia (1998), foram 65 artigos e 6 livros, todos dizem respeito a influência da raça na degeneração do povo brasileiro e ainda carecem de análises mais aprofundadas.

¹²⁰ Ver: CORREIA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998. COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997.

¹²¹ Essa obra foi publicada postumamente, pois sua conclusão foi interrompida pelo falecimento do autor. Os capítulos impressos e anotações pessoais foram confiadas aos seus colegas e seguidores da Faculdade de Medicina da Bahia e só foram reunidas, organizadas e editadas em forma de livro pela primeira vez, em 1933. Nesse trabalho é utilizada a versão mais recente: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

Sua inquietação, ao analisar o referido tema, era justificável para um intelectual de sua época que se preocupava com os rumos da nação que acabara de abolir a escravidão e proclamar a república. Dessa maneira, publicou suas pesquisas em diferentes revistas especializadas da sua área de atuação, como a *Revista Medicina Legal* (fundada por ele), *Gazeta Médica* (que foi redator-chefe a partir de 1891) e *Brasil Médico*; e em outros periódicos de relevante circulação como *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), *Diário da Bahia*, *Revista do Brasil*, *Revista Brasileira*, dentre outros; isso possibilitou que seus estudos fossem conhecidos não apenas entre os doutores da Faculdade de Medicina, mas também tivessem repercussão em outros espaços.

Nas referidas revistas e periódicos, foram publicados alguns dos seus artigos sobre a questão do negro, como por exemplo: “Os negros maometanos no Brasil” – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, novembro de 1900; “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares” – *Diário da Bahia*, agosto de 1905; “Sobrevivências totêmicas: festas populares e folk-lore” – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro e *Revista do Brasil*, São Paulo, n^{os} 79 e 80. Estes materiais foram editados postumamente em seu famoso livro *Os africanos no Brasil* atualmente em sua 8^o edição. A partir de 1896 também começou a publicar na *Revista Brasileira* os artigos que comporiam *O Animismo Fetichista dos negros baianos*,¹²² reeditado por Arthur Ramos em 1935.

Foi atentando para a emergência em recuperar tudo que ainda fosse possível para elaboração de uma análise sobre o africano e seus descendentes, que a questão começou a ser tratada por Nina Rodrigues como objeto de estudo, influenciando diversos estudiosos posteriormente. Ele concordava com seu contemporâneo Silvío Romero,¹²³ o qual se referiu com longas citações aos seus trabalhos, que o africano era objeto de ciência, por isso era preciso apressar o estudo da sua cultura antes que o mesmo desaparecesse. Dessa maneira, afirmou:

Hoje é a Bahia talvez a única província ou estado brasileiro em que o estudo dos Negros africanos ainda se pode fazer com algum fruto. Mas, ou esse estudo se faz de pronto, ou a sua possibilidade em breve

¹²²A versão utilizada nesse trabalho é a edição de 2005. Ver: RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005.

¹²³ Esse autor, diferente de Nina Rodrigues, não via na mestiçagem um fator de degeneração, desde que esse processo possuísse por objetivo final o branqueamento da população, dessa forma, ele defendia a teoria do “branqueamento” muito aceita entre os intelectuais desse período. Ver: Silvío Romero, **A poesia popular no Brasil**, in *Revista Brasileira*, 1879, tomo I, pág. 99. VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

cessará de todo. São todos os africanos de idade muito avançada e tal a mortalidade deles que dentro de poucos anos terão desaparecido os últimos (RODRIGUES, 2010, p. 23).

E não era sem fundamento sua previsão e a de Silvio Romero acerca do desaparecimento dos africanos no país. Alguns anos após suas publicações e o seu prematuro falecimento, um jornal de Cachoeira, município do Recôncavo baiano publicou a seguinte notícia:

Morreu com 100 anos [sic]!

Faleceu nessa cidade no dia 5 do corrente, com 100 anos de idade [sic], segundo resa [sic] o respectivo registro, a preta Rosaria da Costa, uma das poucas africanas ainda aqui existentes e trazidas para o Brasil, antes da lei humanitária de Eusebio de Queiroz, num dos *navios negreiros* que inspiraram aquelles [sic] formidáveis versos ao poeta immortal [sic] das *Espumas Fluctuantes*. [...].¹²⁴

Nina Rodrigues via o problema do negro como a “esfinge do nosso futuro” e declarou que o objetivo de suas pesquisas sobre a questão racial no Brasil era “reparar” os possíveis “germes” de precoce “decadência”. Dessa maneira, afirmou:

[...] viessem a colocar-me um dia face a face com essa esfinge do nosso futuro – o problema “o negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objetivo. Ao contrário, foi este que, como fio condutor, o levou a sentir e a tocar, no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis **germes** de precoce **decadência** que mereciam sabidos e estudados, em busca de **reparação** e **profilaxia**. Ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação (RODRIGUES, 2010 p. 9) [grifos nossos].

Como médico e estudioso da questão racial que tanto preocupava os intelectuais e as elites dirigentes do período, Rodrigues acreditava que possuía a missão de prevenir e “reparar” os “germes” que pudesse degenerar a sociedade e até mesmo impedi-la de

¹²⁴ **Morreu com 100 anos.** *A Ordem*, Cachoeira - BA, 8 de maio de 1920. Setor de periódicos raros, BPEB.

progredir. Note-se o uso que ele fez dos termos “reparação”, no sentido de melhorar e aperfeiçoar; “profilaxia”, que significa precaução, parte da medicina que tem por objeto medidas preventivas contra doenças ou emprego de meios para se evitá-las; e “germes”, que se refere à princípio de algo, ou à micro-organismos causadores de doenças (FERREIRA, 2009)¹²⁵; o que para ele representava a influência do elemento africano e da mestiçagem na sociedade brasileira, que seria a suposta causa da “decadência” da nação.

Sua postura refletia o cenário nacional e baiano em finais no século XIX e início do século XX, quando houve, devido à preocupação com a questão racial, a hegemonia do discurso médico para explicar os problemas da sociedade. Conforme Schwarcz (1993), o médico passou a ser associado ao cientista, pesquisador financiado pela nação que intervém e transforma a realidade. Nas publicações médicas, a questão racial e o grau de civilização eram os principais temas abordados, elevando, assim, a figura do médico político, pois a ele caberia à orientação científica que asseguraria a execução das ideias úteis ao progresso do país (SCHWARCZ, 1993).

[...] a mestiçagem preocupava os intelectuais baianos devido à novidade que ela significava: devido à insegurança de seus diagnósticos. (...) a nação foi antes pensada em termos raciais do que entendida a partir de critérios econômicos ou culturais (SCHWARCZ, 1993, p. 209).

Apesar de reconhecer o valor do negro e dos seus serviços prestados à nação, Rodrigues defendia que ele era incivilizável, portanto, um obstáculo para o avanço da civilização brasileira. Seu posicionamento se revelou comum diante dos intelectuais que aderiram aos postulados “científicos” da época, que consideravam o negro como inferior e incapaz de civilizar-se. Nesse sentido, defendeu:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 2010, p.15).

¹²⁵ Foi pesquisado em alguns dicionários de época no setor de obras raras da BPEB, mas o significado desses termos não foi encontrado, por isso, foi utilizado um dicionário atual.

Na contramão desse discurso, Manuel Querino demonstrou uma visão positiva acerca da questão do negro. É importante lembrar, conforme foi discutido no segundo capítulo desse trabalho, que ele dedicou parte de sua carreira acadêmica aos estudos sobre o negro e sua cultura, enfatizando positivamente sua contribuição na composição da cultura brasileira. Assim buscou evidenciar, através da oralidade e da documentação existente na época, as tradições africanas, ressaltando sua importância na formação da identidade nacional. Como vimos, suas principais obras sobre a questão do negro e da cultura afro-brasileira são: *A Raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916); *O Colono Preto como fator de civilização brasileira* (1918); e “Os homens de cor preta na história” (1923). Elas foram publicadas originalmente nos anais de eventos de grande repercussão, como foi o caso das duas primeiras – 5º e 6º Congresso Brasileiro de Geografia, respectivamente – e na *Revista do IGHB*, como foi o caso da última, todas elas foram reeditadas posteriormente em forma de livro.

Excetuando os estudos de Nina Rodrigues e de alguns dos seus seguidores, pouco havia sido publicado de forma sistemática sobre a questão do africano e seus descendentes no país na época em que Querino produziu suas análises. Além disso, a maior parte dos trabalhos que abordaram esse tema, ainda eram elaborados pelos intelectuais da Faculdade de Medicina, que possuíam forte influência das teorias do evolucionismo cultural importadas da Europa e consideravam os povos africanos inferiores na escala da evolução humana. Foi nesse contexto que os estudos desse autor adquiriram importância e se tornaram inovadores para a época, posto que o tratamento dado por ele à questão racial foi de encontro às principais teorias racistas que vigoraram no meio intelectual no qual o mesmo fazia parte.

Conforme o consócio Antonio Viana (1928), por várias vezes Querino discursou sobre o valor do negro no IGHB: “Quantas vezes lhe ouvi largas considerações, em palestras íntimas, sobre a grandeza moral do preto, do africano, que, escravo, molestado e sem direitos, encarava o cumprimento do dever fanaticamente”.¹²⁶ De acordo com o que foi destacado no capítulo anterior, ao contrário dos intelectuais que aderiram aos postulados do racismo científico que vigoraram no período em que publicou, esse autor defendeu serem as circunstâncias históricas nas quais o negro foi submetido e não a sua condição biológica, os principais motivos para a situação de exclusão e marginalidade dos afrodescendentes na sociedade brasileira.

¹²⁶ Discurso proferido pelo consócio Antonio Viana em sessão magna do IGHB em 13 de maio de 1928 quando foi colocado o retrato de Querino na galeria de honra. *Revista do IGHB*, nº54, 1928.

Se para Nina Rodrigues a forte presença do negro na composição da sociedade brasileira representava um atraso e um entrave ao progresso nacional, para Manuel Querino não havia incompatibilidade entre os afrodescendentes e os ideais de civilização tão aspirados pelas elites intelectuais, pois considerava que a condição de inferioridade em que se encontravam os afrodescendentes em seu país não residia em fatores de ordem natural e racial, mas circunstancial:

[...] deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto porque se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas (QUERINO, 2006, p.13).

O seu discurso, claramente contestatório, comprova que ele estava antenado às teorias raciais que vigoraram no período em que produziu suas análises. É relevante ressaltar, conforme destacou Sabrina Gledhill (2012), que graças aos seus estudos como membro do IGHB e seu conhecimento da língua francesa, ele teve condições de se familiarizar com as ideias científicas de sua época. Dessa forma, demonstrou ter propriedade ao combater as principais teses que inferiorizavam o negro no Brasil, divulgadas principalmente por Nina Rodrigues e outros intelectuais da Faculdade de Medicina.

Será preciso maiores investigações para afirmar que Manuel Querino leu as considerações de Nina Rodrigues acerca da questão racial no Brasil, não obstante, o fato de ter começado a publicar seus estudos sobre o tema um ano após a morte do referido médico, quando o mesmo já tinha a maior parte dos seus trabalhos conhecidos dentro e fora do país, com publicações em diferentes periódicos, não apenas restritos à área médica, como foi no caso do *Diário da Bahia* (Bahia), *Jornal do Comercio* (Rio de Janeiro), *Revista do Brasil* (São Paulo), dentre outros; amplia a possibilidade do seu acesso e conhecimento das ideias do referido intelectual da Faculdade de Medicina

Importante destacar que Querino publicou estudos em que discutiu temas já analisados anteriormente por Nina Rodrigues, como por exemplo, a questão da resistência escrava, a religiosidade de matriz africana, os usos e costumes do africano, dentre outros aspectos da cultura do negro no país. Ambos elaboraram um trabalho etnográfico, visitaram terreiros de Candomblés e colheram informações entre os últimos africanos que ainda permaneciam na Bahia. Apesar de terem elaborado interpretações

distintas sobre o tema, em alguns momentos suas análises também apresentaram similaridades, como será demonstrado nas linhas que se seguem.

3.1 A QUESTÃO DA RESISTÊNCIA ESCRAVA EM QUERINO E RODRIGUES

Desde os tempos coloniais, a questão da resistência escrava já era uma preocupação relatada por cronistas que destacaram as dificuldades dos senhores e das autoridades para erradicá-la. Nina Rodrigues foi um dos primeiros autores a estudar de forma sistemática esses eventos da história da escravidão no país, através de um trabalho de investigação com um vasto corpus documental, a saber, relatórios de chefes de polícia, notícias de jornais, manuscritos, relatos orais, dentre outros. A respeito dessa temática, desenvolveu importantes estudos, sobretudo, sobre o Quilombo de Palmares e as revoltas ocorridas na Bahia no século XIX, especialmente a de 1835, conhecida com a Revolta dos Malês.

Para entender as diferentes formas de resistência escrava ocorridas no Brasil, Rodrigues considerava necessário remontar às transformações étnicas, políticas e sociais do continente africanos, a fim de compreender sua significação histórica. Isso porque defendia que as mesmas representavam uma reprodução do que acontecia em África. Dessa maneira, ao se referir às diversas sublevações dos africanos escravizados, por exemplo, afirmou que “outra coisa não faziam os levantes senão tentar reproduzir delas pálido esboço, deste outro lado do Atlântico [...]” (RODRIGUES, 2010, p.45).

Ao versar sobre o Quilombo dos Palmares, ressaltou que o mesmo refletia muitos reinos africanos, o que demonstra sua visão “restauracionista”, assim como definiu o historiador João Reis (1996). Segundo essa concepção, os fugitivos do cativeiro pretendiam recriar a África no Brasil, perspectiva seguida por diversos autores posteriormente. Nesse sentido, Rodrigues declarou: “o que se apura, [...] é que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta (RODRIGUES, 2010, p. 85).

O referido autor realizou sua análise sobre o Quilombo Palmares num artigo originalmente publicado no *Diário da Bahia*, nos de 20, 22 e 23 de agosto de 1905, com o título “Troia Negra. Erros e Lacunas na Historia dos Palmares”, posteriormente modificado para “As sublevações dos negros no Brasil anteriores aos século XIX –

Palmares”]; esse trabalho foi reeditado como o terceiro capítulo de sua obra póstuma *Os Africanos no Brasil*. Nesse estudo, Rodrigues reforçou uma concepção depreciativa sobre os negros que compuseram esse ajuntamento. Conforme sua visão, Palmares representava uma reprodução das organizações existentes na África ainda inculta e, portanto, selvagem, concebia esse povoamento como uma ameaça à civilização. Por isso, quando se referiu a esse evento histórico empreendido pelos egressos do cativo e o seu trágico desfecho, declarou:

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil (RODRIGUES, 2010, p. 85 e 86).

O uso do termo “novo Haiti” para se referir ao Quilombo dos Palmares – alusão comumente feita à independência do primeiro país negro da história: o Haiti¹²⁷ – foi uma concepção que se fortaleceu entre os senhores de escravos após o levante dos negros malês, despertando o medo na elite branca, temerosa que algo parecido ocorresse no país devido à forte presença do contingente africano. Dessa forma, qualquer revolta escrava poderia ser considerada um “haitianismo”. Nina Rodrigues utilizou dessa perspectiva quando representou essa forma de resistência negra, demonstrando que não via com bons olhos a possibilidade de direção de um país por africanos e seus descendentes, assim como ocorreu no Haiti. Conforme afirmou, caso o referido povoamento obtivesse êxito, isso representaria um grande obstáculo ao progresso do Brasil, por isso fez considerações elogiosas aos serviços prestados pelas tropas portuguesas ao destruírem esse quilombo.

¹²⁷Localizada na parte ocidental da ilha de Hispaniola no Caribe, durante o período da corrida colonial dos países europeus em busca de territórios no “Novo Mundo”, essa ilha fazia parte dos domínios espanhóis até ser conquistada pelos franceses em 1697. Saint Domingue, como era chamado o Haiti, possuía cerca de 90% da sua população composta por africanos escravizados que, mediante a situação de exploração sofrida e a assimilação dos ideais de liberdade ecoados após a Revolução Francesa (1789), protagonizaram um importante movimento revolucionário que culminou na independência do primeiro país negro da história em 1804. Alguns estudiosos do tema defendem que essa revolução possuiu um caráter racial. Ver: JAMES, Cyril Lionel Robert. **Jacobinos Negros. Toussaint L’ Ouverture e a revolução de São Domingos**. 2007; POPKIN, Jeremy D. **Uma revolução racial em perspectiva. Relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti**. *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.293-310, jan/jun 2008; SOARES, Ana Loryn e SILVA, Elton Batista da. **A Revolução do Haiti: um estudo do caso (1791-1804)**. In: *Ameríndia*, Ano 1, vol 1/2006. <http://www.amerindia.ufc.br>.

Nina Rodrigues também figurou entre os primeiros que discutiram acerca das revoltas escravas ocorridas na Bahia, especialmente a Revolta dos Malês em 1835. Conforme as palavras do autor João Reis, um dos mais recentes e reconhecidos especialistas na questão: “Apesar de preso aos limites do seu racismo científico [...] Dos autores que primeiro discutiram a revolta de 1835, ele foi sem dúvida o mais capaz” (REIS, 1988, p. 93).¹²⁸ Em artigo publicado originalmente no *Jornal do Comercio* – Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1900 – sob o título “Os negros maometanos no Brasil”, que compõe o segundo capítulo da edição póstuma de *Os africanos no Brasil*, Rodrigues desenhou uma mapa das principais sublevações ocorridas no contexto baiano do século XIX. De acordo com sua concepção, essas revoltas eram filiadas às transformações políticas operadas pelo islamismo nos Haussás e nos Iorubás sob a direção dos fulos, povos que, conforme destacou, vinham de uma tradição de guerras e conquistas antes de virem da África e se tornarem escravos no Brasil.

Ao discutir especificadamente sobre o levante de 1835, realizou antes uma pesquisa em diversas fontes, analisando processos criminais e os manuscritos apreendidos após a revolta produzidos pelos insurgentes em caracteres árabes, chegando a enviá-los para tradução em Paris. Rodrigues atribuiu à influência do islamismo uma grande importância nessas lutas, o que fez com que conferisse às mesmas certo valor e dignidade, já que considerava o islã uma religião superior, professada pelas raças evoluídas. Nesse sentido, afirmou:

Era natural e de prever que de uma nação assim aguerrida e policiada, possuída, além disso, de um sentimento religioso capaz de grandes empreendimentos como era o Islamismo, não poderia fazer passivas máquinas de plantio agrícola a ignorante imprevidência de senhores [...] (RODRIGUES, 2010, p. 47).

Desse modo, diferente do que defendia acerca do Quilombo dos Palmares, não considerava o levante dos Malês ligado ao barbarismo, devido principalmente ao sentimento religioso que motivou essa insurreição. Por isso, defendeu que a referida revolta “ [...] não tinha sido um levante brutal de senzalas, uma simples insubordinação

¹²⁸Entre os trabalhos mais recentes sobre Revolta dos Malês, ver também: VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII à XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987, especialmente o capítulo IX; e REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

de escravos, mas um empreendimento de homens de certo valor. Admirável a coragem, a nobre lealdade com que se portaram os mais influentes” (RODRIGUES, 2010, p. 64).

Apesar de ter representado com certa dignidade a Revolta dos Malês e os personagens que participaram da mesma, o que se vê no decorrer de suas análises ainda são os argumentos advindos do darwinismo social como “pano de fundo” para explicar os empreendimentos realizados pelos africanos e seus descendentes. Conforme destacado anteriormente, para Rodrigues, a fé islâmica que influenciou os rebeldes figurava entre as religiões das raças que considerava superiores, no entanto, ele acreditava que essa religião era apenas assimilada de forma parcial pelas raças que definia como inferiores, representada pelos insurgentes de 1835. Dessa maneira, em concordância com as palavras do autor João Reis, ele compreendeu essa revolta da seguinte forma: “A inferioridade racial explica o fanatismo religioso, que explica a rebelião [...]” (REIS, 1988, p. 96).

Ao se referir à transcrição de alguns dos manuscritos que analisou sobre a insurreição dos negros malês, defendeu, de acordo com sua interpretação desses documentos, que os mesmos desmascararam a “instigação fanática” desse levante e demonstraram que o islamismo africano era caracterizado por um “rebaixamento fetichista” empreendido pelos negros maometanos, naturalmente incapazes de assimilar totalmente o Islamismo. Por isso defendeu que o islamismo e o cristianismo, por serem credos impostos aos negros, seriam crenças superiores à capacidade religiosa dos afrodescendentes (RODRIGUES, 2010, p. 67 e 68).

A questão da resistência escrava, sobretudo a Revolta dos Malês e o Quilombo dos Palmares, também foi um tema de que se ocupou Manuel Querino. Suas considerações acerca do Levante de 1835 fazem parte de um trabalho originalmente apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido na Bahia, em 1916, e publicado nos Anais do mesmo evento com o título “A raça africana e seus costumes na Bahia”, posteriormente transformado em livro. Já os seus estudos sobre o referido quilombo foram originalmente apresentados no 6º Congresso Brasileiro de Geografia, ocorrido em Belo Horizonte, em 1918, e publicado nos Anais do mesmo evento, além de também ter sido reeditado em forma de livro pela Imprensa Oficial do Estado da Bahia sob o título *O colono preto como fator da civilização brasileira*, posteriormente foi integrado à coletânea *A raça africana e seus costumes*. As razões que motivaram as ações dos egressos do cativeiro contra a escravidão atribuída por Querino foram distintas das apresentadas por Rodrigues, que elaborou a seguinte conclusão:

Os escritores de ânimo liberal viam nas insurreições dos Negros uma nobre revolta de oprimidos contra a usurpação da sua liberdade, em cuja reivindicação davam, por vezes, notáveis exemplos do mais belo heroísmo. **De tudo isto podiam participar as revoltas dos Africanos**, mas seguramente elas **não** eram isso (RODRIGUES, 2010, p. 45). [grifos nossos]

Ao passo que Nina Rodrigues colocava em segundo plano a situação desumana decorrente da escravidão que culminou na busca pela liberdade como razão central para explicar o caráter dos movimentos empreendidos pelos os negros contra o cativo, Querino relacionou esses eventos como reflexo direto das condições de vida e de trabalho inaceitáveis para os africanos, enfatizando sempre em seus escritos as atrocidades cometidas aos escravizados.

O castigo nos engenhos e fazendas, se não requintava, em geral, em malvadêz e perversidade, era não raro severo, e por vezes cruel. Ora era o escravizado preso conduzido pelo capitão do mato, [...] ora era dois possantes escravizados de azorrague em punho a açoitarem a um parceiro, cotando-lhes as carnes até expirar [...] Angustiado pelo rigor da escravidão cruel, mortificado de pesares, uma única ideia lhe perpassava na mente, um pensamento único lhe saltava o espírito: a ideia sacrossanta da liberdade que ele tinha gravada no íntimo da sua alma (QUERINO, 1955, p. 135 e 136).

Desse modo, Manuel Querino imprimia um caráter humano e heroico ao negro em busca da sua liberdade, defendendo que foram os infortúnios da escravidão e as perversidades praticadas pelos senhores, as principais causas das revoltas e outras formas de resistência empreendidas pelo africano escravizado, que, diante das crueldades que sofria, cultivava o desejo de ser livre no fundo da sua alma. Se Nina Rodrigues tivesse tido a oportunidade de ter conhecido suas considerações a esse respeito – algo impossível de ter ocorrido, já que o mesmo não se encontrava mais em vida na época –, certamente o colocaria no rol dos escritores que classificou como de “ânimo liberal”.

Em suas considerações acerca do Quilombo de Palmares, Querino classificou esse povoamento de forma semelhante à de Rodrigues, afirmando que esse núcleo de resistência escrava refletia às organizações sociais que existiam no continente africano: [...] os fundadores de Palmares; [...] procuraram refúgio no seio da natureza virgem e aí assentaram as bases de uma sociedade, à imitação das que dominavam na África, sua

terra de origem, sociedades aliás, mais adiantada do que as organizações indígenas”¹²⁹ (QUERINO, 1955, p. 140). Não obstante, ao passo que o referido médico interpretava esse ajuntamento de negros fugitivos como “refratários ao progresso” e inacessíveis à civilização” (RODRIGUES, 2010, p. 85 e 86), Querino o concebia como uma organização de homens que tiveram como principal objetivo a busca por sua liberdade:

Em Palmares os elementos aí congregados não tiveram por alvo a vingança: bem ao contrário seu objetivo foi escapar da tirania e viver em liberdade, nas mais legítimas aspirações do homem. [...] não era uma conquista movida pelo ódio, mas uma afirmação legítima do desejo de viver livre [...] (QUERINO, 1955, p. 139 e 140).

O problema que preocupava Nina Rodrigues era a ideia de que o mencionado quilombo representava um exemplo de atraso, de uma sociedade incivilizada; já para Querino, era o conceito de liberdade que movia os fugitivos em suas ações, e não a concepção defendida pelo referido médico, de que esse ajuntamento ia de encontro aos ideais de progresso. Se para o primeiro, as tropas portuguesas prestaram um relevante serviço à pátria destruindo Palmares, para o segundo, as mesmas tropas agiram mais no sentido de evitar perdas para os senhores, defendendo interesses particulares:

A tropa, como de costume, procurava agir sem fazer mortandade, no intuito de poupar aos senhores a perda de seus escravos rebeldes. Mas estes preferiam perder a vida lutando pela sua liberdade, e batendo-se com denôdo, desesperadamente. Não foram poucos os Spartacus africanos que no Brasil preferiram a morte do que o cativo (QUERINO, 1955, p. 143).

Fazendo uma alusão a uma das mais famosas revoltas escravas ocorrida na Roma Antiga e ao seu líder Spartacus, Querino conferiu ao africano um caráter heroico e nobre da mesma forma que foi atribuído aos escravizados romanos que tiveram suas ações legitimadas e eternizados pela História Tradicional. Para esse autor, enquanto os senhores, com ajuda do governo, queriam apenas reaver suas “propriedades”, os quilombolas em questão, lutavam em prol da liberdade, preferindo à morte do que à volta ao cativo. Ao analisar as diferentes formas de resistência do africano cativo, tais como as revoltas, o suicídio, a formação de núcleos de trabalho, as fugas coletivas,

¹²⁹O fato de Querino ter considerado as sociedades africanas mais adiantadas que as indígenas, aponta para a possibilidade de que esse autor também estava embebido, até certo ponto, em algumas das ideias advindas do darwinismo social da sua época, das quais não conseguiu escapar. Essa questão será analisada mais adiante.

juntas para as alforrias, dentre outras, ele atribuiu ao negro a busca pela liberdade como sua maior motivação de luta, o que considerava como as mais legítimas aspirações do homem, a prova da sua humanidade, negada ainda por parte dos intelectuais que o classificava como raças inferiores, ainda em sua “infância” na marcha do desenvolvimento humano:

Quando o civilizado chegava até a entrar em dúvida, se o africano e o índio tinha alma, e os mais tolerantes mal a concediam somente depois de batisado [sic], o filho do continente negro dava provas que a possuía, revoltando-se com indignação contra a iníqua opressão de que era vítima, e impondo a força sua liberdade e independência (Idem, p. 141).

No tocante às diversas revoltas ocorridas na Bahia, da mesma forma como informou Nina Rodrigues ao discuti-las, Manuel Querino, também afirmou a hegemonia dos negros nagôs e haussás nesses movimentos de resistência escrava. No entanto, em relação ao caso específico da Revolta do Malês, esse autor discordou daquele médico no que se refere à participação de africanos malês nessa insurreição: “Não há razão ou fundamento de verdade no fato de atribuir aos africanos Malês, o levante de 1835, nessa capital” (QUERINO, 2006, p. 91). Para ele, o fato da proclamação dos insurretos ter sido em grafia semelhante à árabe não quer dizer que somente os malês podiam redigi-las, pois, conforme afirmou: “africanos de tribos diferentes imiscuíam-se na seita maometana, sem contudo observar-lhes os preceitos.” (idem).

Apesar da sua afirmação contrária à participação dos negros malês no levante de 1835, alguns estudiosos mais recentes sobre o tema já demonstraram o oposto. O autor João Reis (1988), por exemplo, afirmou que essa contestação de Querino sobre a referida revolta foi realizada sem fundamento, entretanto, destacou que ele, ao analisar as práticas do islã no negro baiano, se revelou um sensível observador da cultura negra.

O importante aqui é ressaltar o fato de que Querino não interpretou as rebeliões escravas, os quilombos e as outras formas de resistência empreendidas pelo africano e dos seus descendentes contra a escravidão da mesma forma que Nina Rodrigues – como ligadas ao barbarismo ou ao fetichismo – mas como resultado do desejo mais legítimo do homem em busca da sua liberdade. O referido intelectual do IGHB demonstrou evidências em seu discurso de que contestava as principais teses negativas acerca do negro defendidas pelo doutor Nina Rodrigues e seus seguidores; apesar de em alguns momentos, como veremos a seguir, não ter escapado de alguma influência do darwinismo social que vigorava no período em que produziu.

3.2 DOIS ETNÓGRAFOS EM BUSCA DA RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA

Nina Rodrigues dedicou parte de seus estudos sobre negro à questão da religiosidade de matriz africana, publicando importantes artigos acerca das sobrevivências religiosas dos africanos e dos seus descendentes, do islamismo entre esse grupo étnico e do culto nagô, além de uma obra exclusiva sobre a Religião dos Orixás – “O animismo fetichista dos negros baianos” – obra originalmente publicada na *Revista Brasileira*, entre 1896 e 1897, posteriormente editada sob forma de livro, em 1935, por Arthur Ramos. Nesse estudo, ele abordou diretamente as práticas religiosas nagôs e o culto aos orixás. Através de um trabalho etnográfico, analisou fenômenos ligados aos rituais de possessão, o “fazer santo”, dentre outros. Conforme Lilia Schwarcz (2007), apesar de ter circulado entre poucos, a referida obra fez bastante barulho na época do seu lançamento.

Apesar de ter utilizado constantemente o aporte teórico advindo do darwinismo social, foi o primeiro que registrou e procurou compreender a complexidade dessas crenças. Realizou uma investigação etnográfica, visitou terreiros de Candomblés da capital e do interior e possuía entre seus informantes pais e mães de santo, além de negros malês conhecedores da crença maometana. Afirmou, inclusive, que conhecia vários de sua confiança, apontando nomes e endereços:

[...] pelo menos um bom terço dos velhos africanos sobreviventes na Bahia é *musulmi* ou malê, e mantém o culto perfeitamente organizado. [...] Os sacerdotes ou verdadeiros *marabus* chamam-se na Bahia *alufás*. Conheço diversos: na ladeira do Taboão nº 60, o haussá Jatô; na mesma rua nº 42, o nagô Derisso; no largo do Pelourinho, na ladeira das Portas do Carmo, o velho Nagô Antônio, com casa de armador junto à igreja de N. S. do Rosário; um haussá na ladeira do Alvo; outro na rua do Fogo; dois velhos haussás no Matatu (RODRIGUES, 2010, p. 68).

Destacou também vários terreiros de Candomblés em que realizou suas observações, especialmente o Gantois (que considerava como modelo), Engenho Velho, terreiro do Garcia de mãe Isabel, casa de dona Livaldina, dentre outros (RODRIGUES, 2005). Sobre sua postura ao assistir às cerimônias dos Candomblés, Schwarcz (2007) destacou que, “nem dentro nem fora” da cerimônia, procurava como médico entender e

explicar aqueles fenômenos. Possuía uma posição paradoxal: ao mesmo tempo que aceitava as teses deterministas do racismo científico e da antropologia criminal, pensava a diferença e procurava nomeá-la e entendê-la: “o mesmo cientista que condenou a mestiçagem tomou o cuidado de anotá-la e de exaltar sua complexidade” (SCHWARCZ, 2007, p. 883). Exemplo disso, foram suas afirmações ao se referir à Religião dos Orixás:

[...] todas essas manifestações de animismo inferior, não excluem, ao contrário, coexistem com a adoção de uma mitologia já bem complexa. [...]

O culto fetichista jorubano¹³⁰ dos negros e mestiços tem na Bahia uma forma exterior complexa, brilhante e ruidosa (RODRIGUES, 2005, p.41 e 43).

Embora tenha reconhecido a complexidade das práticas dos negros que o mesmo verificou, considerava algumas das suas manifestações como patológicas, e pretendia compreendê-las à luz de teorias “científicas”, nesse sentido, declarou: “no exame e na análise desse sentimento, tal como ele se revela e sobrevive nos negros que se incorporaram na população brasileira, [...] pusemos à mira desse estudo, que pretende deduzir deles leis e princípios sociológicos [...]” (RODRIGUES, 2010, p. 12). Ao analisar a questão da possessão ou os chamados “estados de santo”, atribuiu a esses fenômenos um “estado de sonambulismo provocado”; ele via essas manifestações sob o ponto de vista dos “estigmas históricos”,¹³¹ o qual dedicou boa parte da sua discussão para explicar o assunto, como se vê, enquadrando-os nas teorias da medicina. Chegou mesmo a levar ao seu consultório uma jovem de nome Fausta, adepta de um terreiro em que realizava suas observações, para tentar induzi-la a “cair em santo” a fim de, junto com seus colegas da Faculdade de Medicina, analisar o referido fenômeno (RODRIGUES, 2005, p. 83-85).

Manuel Querino também realizou um importante trabalho etnográfico sobre a religiosidade de matriz africana. Do mesmo modo, possuía informantes entre os últimos africanos existentes na Bahia e os sabedores das crenças religiosas advindas do continente africano. Também frequentava terreiros de Candomblés, inclusive o Gantois,

¹³⁰ Até o capítulo III de sua obra “O animismo fetichista dos negros baianos” ele usou a grafia “jorubano” e “jorubá”, nos dois últimos capítulos da mesma obra modificou para “yorubá” e “yorubano”. O autor Arthur Ramos, responsável pela organização dessa edição, também destacou isso em nota de rodapé. Ver: RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005.

¹³¹ Ele relacionou a histeria no negro com “o seu fraco desenvolvimento intelectual”. Ver: RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005, p. 97.

lugar que, conforme as palavras de Antonio Viana: “[...] encontrou Querino pouso para muitas horas, bastantes para fixar os seus flagrantes” (Revista do IHGB, n°54, 1928, p.311). Sobre suas pesquisas etnográficas, o próprio autor declarou que:

Apesar da reserva, rigorosamente mantida pelos africanos, com relação às suas práticas fetichistas conseguimos colher, nas melhores fontes, seguras informações acerca da religião das tribos que aqui se extinguíram. (...) As nossas investigações compreenderam os próprios africanos e estenderam-se aos seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos ascendentes. (QUERINO, 2006, p.12 e 13).

Vê-se que, apesar da rigorosa reserva do africano referente às suas práticas religiosas, como o autor destacou, o mesmo conseguiu adentrar nesse universo religioso para observá-lo, descrevê-lo e analisá-lo. Nina Rodrigues também comentou sobre esse obstáculo que dificultava o acesso ao conhecimento das crenças do povo de santo, que conforme destacou, se devia principalmente pelo temor que tinham diante da perseguição que sofriam (RODRIGUES, 2005).

Assim como Rodrigues, Querino também demonstrou possuir um grande conhecimento e informações detalhadas sobre às celebrações, os rituais, as danças, dentre outros elementos da religião do africano e dos seus descendentes. Analisou as crenças dos negros malês e do culto nagô, publicando importantes estudos na *Revista do IGHB*, bem como em eventos de grande repercussão ocorridos na referida instituição, trabalhos que posteriormente foram editados em forma de livro, conforme já foi mencionado.¹³² Ao comentar os artigos desse intelectual sobre o tema em questão, o autor Jeferson Bacelar (2009) ressaltou que ele parecia ter maior conhecimento do assunto do que Nina Rodrigues e que, excetuando os escritos desse médico, ele foi o primeiro a trazer à luz os Candomblés de Caboclo, por exemplo.

Esses dois intelectuais, tratados nesse trabalho, abordaram temas em comum em relação à religiosidade do negro, contudo, no que diz respeito aos seus estudos nesse aspecto, algumas considerações merecem destaque, já que suas análises em alguns momentos se revelaram paradoxais.

¹³²Dentre eles pode ser citado **Candomblé de Caboclo**, Revista do IGHB, n°45, 1919; texto apresentado e publicado originalmente nos anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia em 1916 como parte integrante de seu estudo **A raça africana e seus costumes na Bahia**, em que analisou “O culto fetichista”, “Os Orixás”, a questão da possessão, práticas religiosas dos negros malês, dentre outros. Como se vê, tema que também foi discutido por Nina Rodrigues.

Ao discutir sobre as crenças de matriz africana, o intelectual da Faculdade de Medicina defendeu que o africano e seus descendentes, por pertencerem às raças inferiores, possuíam um nível de compreensão muito reduzido das religiões que ele considerava como superiores, a saber, o Cristianismo e o Islamismo. Por isso, afirmou que “nessas conversões, não são as almas e os espíritos que se elevam à compreensão das religiões superiores. Estas é que tem de descer até o sentimento religioso de alcance muito reduzido, das raças inferiores” (RODRIGUES, 2010, p. 65 e 66). Para ele, os afrodescendentes assimilaram essas religiões por razões exteriores e por terem uma inclinação natural para o fetichismo:

É que o islamismo como o cristianismo são credos impostos aos negros, hoje ainda muito superiores à capacidade religiosa deles, e que, apesar das transações feitas com o fetichismo, só se podem manter com o recurso de circunstâncias todas exteriores, especialmente mediante uma propaganda contínua (RODRIGUES, 2010, p. 67 e 68).

Ao passo que afirmava a complexidade da religiosidade de matriz africana, Nina Rodrigues defendia que as mesmas não passavam de fetichismo e que, quando o negro se convertia às religiões que esse autor considerava como superiores, o fazia mediante transações fetichistas, “descendo-as” ao seu reduzido nível de compreensão, pois para ele: “[...] os negros crioulos preferem naturalmente obedecer à sua inclinação espontânea para o fetichismo” (RODRIGUES, 2010, p.68). Acerca dessa questão, considerou, ainda, que o africano preferiu o catolicismo devido à sua aptidão natural para estabelecer equivalências e identidades entre os santos católicos e as divindade nagôs ou orixás (Idem). Destacou inclusive, que a tradução da palavra “orixá” por “santo” “devia concorrer poderosamente para facilitar a fusão das crenças fetichistas do negro com o catolicismo que lhe ensinaram no Brasil” (RODRIGUES, 2005, p. 24).

Em várias passagens, especialmente da sua obra *O animismo fetichista dos negros baianos* (2005), Rodrigues expôs sua tese de que não houve uma “conversão” dos negros às religiões “superiores”, pois os mesmos não possuíam capacidade de assimila-las:

Em matéria de conversão das raças inferiores para as crenças religiosas das raças superiores, o negro baiano não podia fazer exceção à regra geral. Aqui na Bahia, como em todas as missões de catequeses dos negros na África, sejam elas católicas, protestantes ou maometanas, longe do negro se

converter ao catolicismo é o catolicismo que recebe a influência do fetichismo, se adapta ao animismo rudimentar do negro que, para torná-lo assimilável, materializa e dá corpo e representação objetiva a todos os mistérios e abstrações monoteístas (RODRIGUES, 2005, p. 117).

Ele explicava esse processo, que muitos autores chamam de sincretismo religioso, à luz do evolucionismo cultural. Ele não acreditava na conversão, mas numa adaptação de acordo com nível de compreensão inerente à raça e ao seu grau de desenvolvimento evolutivo; e compreendia esse fenômeno como comum à todos os povos, por isso afirmou que:

[...] as leis da evolução psicológica são fundamentalmente as mesmas em todas as raças, esta fusão que tende a adaptar a compreensão das concepções monoteístas católicas à fraca capacidade mental do negro se está fazendo na Bahia exatamente segundo o mesmo processo porque, nos começos do cristianismo, se fez a conversão da Europa politeísta ao monoteísmo cristão então nascente (RODRIGUES, 2005, p. 120).

A forma que Manuel Querino analisou à religiosidade do africano, não é menos paradoxal do que a do referido médico. Apesar desse intelectual do IGHB ter contestado claramente em seus escritos os postulados do racismo científico da época, não conseguiu se desvincular de alguns conceitos que reproduziam essas ideias. Ao discutir aspectos da religião de matriz africana, usou em suas análises termos bastantes pejorativos como “seita”, “feitiço” e “fetichismo”. Esse último, largamente utilizado e difundido por Nina Rodrigues.

O termo “fetichismo” deriva de “feitiço” (algo feito, artificial, malefício) e de “fetiche” (algo feito pelo homem ou pela natureza a que se atribui valor sobrenatural ou objeto de culto), e significa: adoração ou culto de fetiches, ou culto de objetos materiais, considerados como a encarnação de um espírito, ou em ligação como ele, e possuidores de virtude mágica.¹³³ Conforme a autora Vanda Serafim (2009), Nina Rodrigues utilizou esse termo ao mesmo tempo associado à experiência religiosa, à feitiçaria e aos objetos de culto. Em seus estudos, Querino também classificou as crenças de matriz africana como fetichistas, inclusive, um dos capítulos de “A raça africana e seus costumes na Bahia”, em que analisou aspectos da Religião dos Orixás, é intitulado

¹³³ No dicionário do século XIX, o significado atribuído a esse termo é praticamente o mesmo que o mais atual: “culto assim chamado dos Dêozes [sic] dos Fétiches, aos quais se dedicava. [...] cada hum elegia uma môsca, monte, leão, pedra, peixe e o ar”. ver: COUTO, Antonio Maria do. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1842. Setor de obras raras, BPEB.

“Culto fetichista”. Neste, o autor classificou as práticas religiosas do africano como ritos fetichistas.¹³⁴

Sobre a religiosidade do africano e dos seus descendentes, esse autor afirmou, no estudo acima mencionado, que “o culto religioso aqui professado pelos africanos era uma variante do Sabeísmo, com adições extravagantes de objetos e sinais tão confusos quanto bizarros” (QUERINO, 2006, p. 32). Em nota de rodapé, Arthur Ramos, um dos organizadores da edição desse mesmo estudo, destacou que a relação feita por Querino entre o Sabeísmo¹³⁵ e as religiões de matriz africana nesse país não corresponde à realidade. Talvez, ele tenha proferido afirmações como esta por falta de estudos mais aprofundados sobre a questão nessa época, o que, junto ao uso das expressões “confuso” e “bizarro”, acabou desqualificando as crenças africanas, por mais que não tivesse sido essa a sua intenção. Além disso, a literatura que predominava no contexto de sua produção ainda era fortemente marcada pelas teorias etnocêntricas advindas da Europa, que, como tudo indica, acabaram influenciando de algum modo na sua formação intelectual.

Esse autor afirmou ainda, que o africano era “espírita por natureza” (QUERINO, 2006, p. 43) e classificou as religiões de matriz africana como sincréticas. Ao passo que Nina Rodrigues considerava que o negro assimilava apenas parcialmente a religião do branco e a adequava ao seu nível de compreensão, que na sua concepção era reduzido, Manuel Querino acreditava que o africano e seus descendentes adotaram as duas crenças ao mesmo tempo, tanto as da sua terra quanto o catolicismo:

O africano já trazia a seita religiosa de sua terra; aqui era obrigado, por lei, a adotar a religião católica. Habitado naquela e obrigado por esta, **ficou com as duas** [grifo nosso] crenças. Encontrou no Brasil a **superstição, consequência fatal aos povos em sua infância** [grifo nosso]. [...] Dest’arte não teve o africano dificuldade em encontrar uma como semelhança entre as divindades do culto católico e os ídolos de seu fetichismo, conforme o poder milagroso de cada um. Assim, é que o Santo Antônio chamou Ogum; a São Jorge, Oxosse; à Santa Anna, Nanan Buruku; à Santa Bárbara, Iansã [...] (QUERINO, 2006, p. 33).

¹³⁴ Ver: QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. Salvador: P 555 Edições, 2006. SOUZA, Michelle Dantas Reis. **Representações acerca da Cultura Afro-Brasileira em Manuel Querino: uma análise de A raça africana e seus costumes na Bahia**. Monografia de Especialização em História da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana-Ba, 2012.

¹³⁵ Pouco se sabe sobre o Sabeísmo, mas acredita-se que tenha sido a matriz de diversas crenças africanas.

Ambos destacaram as relações que o africano estabelecia entre suas divindades e os santos católicos, assim como as demais trocas entre as duas crenças, porém, acabaram desconsiderando a possibilidade de releitura e de ressignificação que os povos africanos e seus descendentes pudessem ter realizado acerca da sua religiosidade. No caso em questão, vê-se que Manuel Querino, ao considerar os negros como espíritas por natureza, conseqüentemente, acabou generalizando suas crenças, atribuindo a elas uma característica inata – ser espírita. Além disso, ao classificar o africano como “povos em sua infância”, acabou demonstrando, também, que não escapou da influência do Evolucionismo Cultural, pois se os povos africanos ainda estavam em sua infância, significava dizer que estavam em um estágio inferior do desenvolvimento cultural. Por outro lado, ele procurou demonstrar que os negros tinham qualidades para alcançar elevado grau de civilização, contribuindo para o progresso, por isso, sua clara defesa do valor do negro na história do país e sua contestação direta ao racismo científico da época em vários dos seus estudos.

Em a *Bahia de Outrora*¹³⁶, quando discorreu sobre a festa da “Mãe D’água”, prática religiosa também analisada por Nina Rodrigues, ele nos traz mais um exemplo do uso de termos pejorativos em relação às crenças de origem africana:

Os africanos, em matéria de crença, quando não eram **supersticiosos**, praticavam a **feitiçaria**, de modo que estes últimos se tornavam temíveis e os respectivos senhores, com receio de qualquer surpresa, concediam-lhes certas e limitadas franquias [...] O africano podia, pois, entregar-se às práticas do seu **rito grotesco** [grifos nossos] (QUERINO, 1955, p. 126).

Mais uma vez, ele generalizou as crenças de origem africana, classificando-as como supersticiosas ou feitiçaria e ainda nomeando-as como “rito grotesco”, dentre os quais, incluiu a referida festa da “Mãe D’água”, que também analisou em *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Conforme definição do próprio autor, são três as mães d’água homenageadas na festa religiosa que mencionou: Nanan Buruku, Iemanjá e Oxum (QUERINO, 2006, p. 45).

¹³⁶A primeira versão dessa obra foi publicada em forma de livro em 1916. Utilizamos nesse trabalho a terceira edição, datada de 1955. Ver: QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.

Como se vê, essas divindades representam orixás do Candomblé, importante religião de matriz africana largamente professada na Bahia. Ao associar a superstição à essa forma de religiosidade, ele consequentemente desqualificou a mesma, haja vista o significado dos termos superstição, que remete a um sentimento religioso baseado do temor irracional e na ignorância, feitiçaria, que vem de feitiço, ou seja, pretensão malefício feito a outrem por meio de encantamento, bruxarias, etc., e ainda grotesco, que se refere à ideia de ridículo, grosso, imperfeito, indecoroso, etc.¹³⁷

Outra questão que merece destaque é a análise que Querino fez da superstição na mesma obra que proferiu a declaração transcrita acima. Ao passo que considerou a religiosidade dos negros supersticiosas, ressaltou, também, que a superstição foi fatal a todos os povos, inclusive os europeus, citando como exemplo a França e a Inglaterra, na seguinte afirmação:

Não há povo, por maior que seja seu cultivo científico, que tenha escapado à participação de crenças supersticiosas. Não se pense que é um legado de povos ignorantes e atrasados, porque muito se enganará. Na culta França, em 1811, mlle Lorimier fora apedrejada, por está copiando ou desenhando a vista da cidade de Saint-Flour. [...] Na Inglaterra, em 1815, o tribunal julgou um processo, no qual o procurador da coroa acusava o dr. Faeremam de ter promovido bruxarias para uma senhora se fazer amar por um rapaz (QUERINO, 1955, p.92).

Sua análise acerca dessa questão demonstrou mais uma vez a influência que recebeu do darwinismo social em voga, que julgava que as sociedades humanas passariam pela mesma experiência a fim de atingir o ápice do desenvolvimento cultural. Ao destacar que, até mesmo os europeus – considerados mais desenvolvidos e civilizados – passaram por esse processo, ele pretendeu ressaltar que o mesmo ocorreria aos negros, usando desse argumento, apesar de etnocêntrico, como estratégia para defender as crenças populares de origem africana das representações negativas

¹³⁷ No dicionário de época, a palavra feitiçaria remete à feitiço e significa: “sem fundamento [...], porque em quanto a ser o que elle diz a drógas, ou venenos preparados por arte diabólica para fazer criar amor ou ódio. [...] são puras parvoíces, acreditadas apenas por amantes estouvados e mulheres sem sensatêz”; ver: COUTO, Antonio Maria do. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1842. Setor de obras raras, BPEB.

que eram constantemente alvo. Já que, de acordo com esse pensamento, a superação da fase da superstição seria questão de tempo.

Apesar das contradições encontradas nos discursos tanto de Manuel Querino quanto de Nina Rodrigues, ambos evidenciaram o africano, sua cultura e religiosidade em uma época que ainda eram raras as pesquisas sobre o tema. Não obstante as diferentes interpretações elaboradas pelos dois autores acerca das mesmas questões, suas análises ora se aproximaram, ora se distanciaram, deixando transparecer em alguns momentos concepções que destoaram de suas teses centrais.

3.3 RODRIGUES E QUERINO EM DEFESA DOS CANDOMBLÉS

Logo nas primeiras páginas de um dos seus mais importantes estudos sobre o africano¹³⁸, Nina Rodrigues declarou: “Nesse livro nem precisamos dissimular a viva simpatia que nos inspira o Negro brasileiro” (Rodrigues, 2010, p.12). Apesar de ter considerado o africano e o mestiço como produto da marcha natural e desigual do desenvolvimento filogenético, reconhecia que o negro “(...) havia argamassado com o seu suor os alicerces econômicos da nossa civilização e independência (...)” (idem, p. 21).

Esse autor defendeu ainda que a condição de inferioridade na qual acreditava que se inseria esse grupo étnico não justificava sua exploração e o menosprezo que as classes dominantes devotaram-no, pois para ele, os africanos que vieram para o Brasil foram os mais avançados em cultura e civilização, portanto, possuidores de certas qualidades e virtudes:

E foi por não ter cerrado ouvidos às sugestões desses preconceitos que escritores pátrios conseguiram dar proporções de uma crença geral à de que os escravos negros, que com os portugueses e os Índios colonizaram o Brasil, pertenciam todos aos povos africanos mais estúpidos e boçais. Era uma injustiça, mas era antes de tudo um erro. E por isso, reivindicando os direitos da verdade, a observação desapassionada dos fatos havia de, infalível, um dia reabilitar os Negros, dos exageros dessa condenação tão sumária quanto infundada (RODRIGUES, 2010, 171).

¹³⁸ Nos referimos aqui à sua obra RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

Não obstante suas declarações, até certo ponto positivas e elogiosas sobre o negro, o que se vê em sua obra são teses pessimistas e deterministas acerca do africano e do mestiço. Postura que se revelou, mais uma vez ambígua, porém explicável, haja vista, sua interpretação de que os povos africanos se encontravam ainda em sua “infância”, ou seja, ainda em processo de desenvolvimento na marcha da evolução humana, tanto que até defendeu um Código Penal diferenciado para os negros. Já que, para ele, esses não deveriam ser julgados do mesmo modo que o branco, posto que, quando trazidos para América ainda se encontravam em estágio inferior de evolução jurídica, portanto, não deveriam ser responsabilizados da mesma maneira pelos seus atos perante a sociedade.¹³⁹

Outra questão que merece destaque é o fato de que, ao defender os negros dos “preconceitos dos escritores pátrios”, conforme suas palavras acima, ele não pretendia reabilitar todos os africanos, mas apenas aqueles que considerava mais evoluídos dentre os diferentes grupos étnicos que vieram para o país como escravos. Na sua concepção, existia uma hierarquia racial mesmo entre os povos africanos, uns possuíam uma cultura mais desenvolvida do que outros; e que, dentre os introduzidos no Brasil, figuraram os mais “adiantados” do continente africano:

[...] dadas as diferenças de capacidade e graus de cultura entre os povos negros importados, está claro que a influência por eles exercida sobre o povo americano que ajudaram a formar será tanto mais nociva quanto mais inferior e degradado tiver sido o elemento africano introduzido pelo tráfico. Ora, os nossos estudos demonstram que, ao contrário do que se supõe geralmente, os escravos negros introduzidos no Brasil não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados, brutais ou selvagens. Aqui introduziu o tráfico poucos negros dos mais adiantados e mais do que isso mestiços chamitas convertidos ao Islamismo e provenientes de estados africanos bárbaros sim, porém dos mais adiantados (RODRIGUES, 2010, p. 295).

Sobre esse aspecto, é merecedora de destaque, uma concepção de Manuel Querino. Sua análise acerca dessa questão se revelou próxima da opinião do médico maranhense, na medida em que, também, considerou ter recebido o Brasil os melhores

¹³⁹ Ver: RODRIGUES, Nina. **O crime de homicídio no ponto de vista da legislação e da jurisprudência pátrias – Estudo Médico Legal**. Revistas dos cursos da Faculdade de Medicina. ano 2; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904; _____ **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

grupos étnicos do continente africano, demonstrando, assim, que compartilhava da ideia de uma hierarquia racial entre os povos negros. Ao discorrer sobre as tribos africanas que vieram para o país, afirmou:

Os que mais se adaptaram a nossa civilização foram: o Angola, que deu seu tipo capadócio, engraçado, o introdutor da capoeira; os Igexas, o Congo e notadamente o **Nagô, o mais inteligente de todos** [grifo nosso], de melhor índole, mais valente e mais trabalhador. [...] os Nagôs, por serem mais inteligentes, tanto assim que eram preferidos para determinadas profissões [...] (QUERINO, 2006, p. 82 e 91).¹⁴⁰

Mas retornando ao caso de Nina Rodrigues, fica evidente que sua tentativa de fazer justiça foi apenas a alguns grupos étnicos advindos do continente africano, os quais considerava mais evoluídos, e que sua preocupação central era avaliar o grau de degeneração que esses diferentes povos poderiam introduzir no povo brasileiro. Por isso, declarou: “o que importa ao Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da dificuldade de civilizar-se por parte da população negra que possui e se de todo fica essa inferioridade compensada pelo mestiçamento” (RODRIGUES, 2010, p. 291).

Em seus estudos, Rodrigues procurava distinguir “cientificamente” negros de brancos¹⁴¹ – especialmente apoiado pela técnica da craniometria.¹⁴² Por isso, em alguns momentos, defendia os africanos das opiniões negativas que eram alvo, pois acreditava que as características que considerava inferiores nesses povos eram próprias da sua raça e da sua condição biologicamente diferenciada, e não do seu livre arbítrio. Em concordância com as análises da autora Mariza Correia, como ele não conseguiu encontrar as respostas que procurava em suas pesquisas, ele “passou da análise do corpo para a pesquisa sobre o espírito humano” (CORREIA, 1998, p. 150). Isso explica, em parte, sua postura paradoxal ao tratar do assunto, ora inferiorizando o negro ora o

¹⁴⁰ Essa concepção sobre as diferentes tribos africanas que vieram para o Brasil, é muito próxima da análise realizada por Braz do Amaral, outro intelectual do IGHB contemporâneo à Manuel Querino, cujo estudo foi discutido no segundo capítulo. Isso indica que Amaral pode ter recebido influência das pesquisas de Nina Rodrigues, já que publicou seu trabalho sobre esse tema em 1915, quando o médico maranhense já havia falecido e possuía a maior parte dos seus escritos divulgados. Ver: **As tribus negras importadas. Estudo ethnográfico, sua distribuição regional no Brasil: os grandes mercados de escravos.** Braz do Amaral, Revista do IGHB, n. 41, 1915.

¹⁴¹Ver: RODRIGUES, Nina. **Contribuição dos estudos dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra.** Revistas dos cursos da Faculdade de Medicina. ano 1; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904; **Os crâneos anormais do Laboratório de Medicina Legal.** Idem.

¹⁴² Técnica surgida na Europa que tem por finalidade a medição das características do crânio de modo a classificar as pessoas de acordo com raça, temperamento criminoso, inteligência, etc.

defendendo da condenação que sofria, que, conforme suas palavras, era tão “sumária” quanto “infundada” (RODRIGUES, 2010, p. 171).

O fato desse médico ter dado um diagnóstico fatal ao negro e à mestiçagem, por exemplo, não o impossibilitou de ter adotado ao mesmo tempo, posturas de defesa à cultura e à religiosidade de matriz africana, apesar de considerá-las inferiores. Em suas análises acerca das sobrevivências religiosas do continente africano no Brasil, sobretudo no contexto baiano, destacou que, ao passo em que na África os cultos Gêge-Nagô se constituíam em “verdadeiras religiões de Estado”(RODRIGUES, 2010, p. 264), com proteção das leis locais, na Bahia, eram consideradas práticas de *feitiçaria*, condenadas pelas leis e pelo desprezo. Importante salientar, que o próprio Manuel Querino usou esse termo para se referir às referidas práticas religiosas, conforme discutido anteriormente (QUERINO, 1955, p.126).

Suas considerações quanto à estigmatização e repressão dessa forma de religiosidade não estava equivocada. Vários estudos posteriores demonstraram o quanto os cultos de origem africana foram perseguidos e reprimidos no país e na Bahia, onde eram largamente difundidos. Esses, eram considerados como práticas bárbaras e incivilizadas, portanto, destoavam dos ideais e projetos de modernidade tão aspirados pelas elites nacionais. Dessa maneira, nesse novo cenário do pós abolição e início do regime republicano, se iniciou um processo duramente repressivo contra os costumes associados à africanidade.¹⁴³ Várias arbitrariedades foram realizadas no sentido de reprimir e controlar as manifestações culturais e religiosas comuns entre as classes populares de ascendência africana, que insistiam em manter os hábitos referentes a esse continente. Tudo isso com a ação violenta das autoridades locais e com o largo apoio da imprensa.

Nesse sentido, é possível constatar que, no contexto em que produziu Nina Rodrigues e Manuel Querino, havia uma hostilidade a tudo que remetesse à herança africana. Retornando a questão específica da perseguição à religiosidade afro-brasileira, é relevante apresentar as considerações elaboradas pelo referido médico. Ele atribuiu esse processo de repressão aos cultos afro-brasileiros à ignorância da opinião pública e à falta de preparo da polícia, que na sua concepção “não era mais esclarecida do que os

¹⁴³ Essa questão é discutida de forma mais ampliada no primeiro capítulo dessa dissertação, que trata também do contexto histórico em que produziram os autores aqui analisados bem como a chegada das teorias raciais entre os intelectuais brasileiros.

antigos senhores” (RODRIGUES, 2010, p. 264).¹⁴⁴ Ressaltou ainda que tudo foi feito nesse Estado para apagá-las:

[...] a antiga e tão prolongada repressão, desumana por vezes, sempre violenta, dos senhores de escravos e dos feitores, como a intervenção, não menos violenta, da polícia; os incessantes reclamos da imprensa, como a instigação das outras classes, para que seja erradicado o mal. [...] E é para notar que as medidas empregadas na Bahia contra os cultos Africanos, consoante as ideias falsas que deles têm tanto os que as reclamam como os que as executam, não têm a forma de uma intervenção moderada, lícita e sobretudo convincente. São todas atos violentos, arbitrários e ilegais (RODRIGUES, 2010, p. 271e 272).

Apesar de sempre analisar a religiosidade do negro sob o ponto de vista do darwinismo social, ele a considerou como uma “verdadeira religião”, demonstrando, dessa forma, que reconhecia sua complexidade e organização. No entanto, a verdadeira razão do seu protesto contra a repressão policial a esses cultos, deriva da sua concepção de que as manifestações religiosas dos povos africanos ainda se encontravam em um grau de desenvolvimento inferior, portanto, seria injusta a perseguição que sofria, já que seguiriam o curso natural do processo evolutivo. Dessa maneira, denunciou as arbitrariedades e a ilegalidade dos atos repressivos cometidos pela polícia contra as mesmas, e replicou contra tal situação:

[...] trata-se, no caso do culto gege-nagô, de uma **verdadeira religião** [grifo nosso] em que o período puramente fetichista está quase transposto, tocando às raízes do franco politeísmo. [...] Absolutamente elas não são um crime, e não justificam as agressões brutais da polícia, de que são vítimas. [...] O texto da nossa Constituição política é claro e terminante. A todos os habitantes deste país, ela garante plena liberdade de consciência e de culto. O Código Penal da República qualifica os crimes de violência contra a liberdade de cultos e marca-lhes a penalidade. Em que direito se baseia, pois, a constante intervenção da polícia na abusiva violação dos templos ou terreiros africanos, na destruição dos seus ídolos e imagens, na prisão, sem formalidades legais, dos pais de terreiro e diretores de candomblés? [...] Esses atos, que não podem deixar de revoltar os espíritos educados no sentimento da justiça, da liberdade de consciência, e do respeito à dignidade humana, mesmo nas suas formas mais rudimentares e humildes, revelam apenas um estado rudimentar do

¹⁴⁴ Ele cita várias notícias de importantes jornais locais sobre a repressão e às ações da polícia contra às religiões de matriz africana na Bahia. Ver: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010, capítulo VII – Sobrevivências religiosas, religião, mitologia e culto.

senso jurídico, tornado diretamente às raças inferiores que colonizaram o Brasil e cujo sangue corre ainda quente e abundante nas veias de muitos dos executores de tais violências (RODRIGUES, 2010, p. 272).

Como se vê, em seu posicionamento contra a repressão policial aos cultos de origem africana ele também utilizou como argumento a inconstitucionalidade dos atos das autoridades para com os adeptos e líderes das religiões de matriz africana, alegando a liberdade de culto para todos os povos prevista no Código Penal Republicano, mesmos aos mais “rudimentares e humildes”. Além disso, aludiu mais uma vez para uma adaptação das leis de acordo com o critério racial. Dessa maneira, ele também chamou atenção para a falta de senso jurídico da classe dirigente para com esses casos.

No tocante a mesma questão da repressão à religiosidade de matriz africana, Manuel Querino também demonstrou sua defesa aos Candomblés e ao povo de santo na Bahia. Em documento manuscrito situado no arquivo do IGHB, é notória sua indignação em relação a uma invasão policial ocorrida em um terreiro de Candomblé, em Salvador, no ano de 1920:

Há no Matatu Grande, distrito de Brotas, nesta Capital, uma casa, onde os crentes no feiticismo festejam os seus santos. Em a noite de 18 de maio de 1920, o delegado auxiliar bacharel Pedro de Azevedo Gordilho, cercou a dita casa, com praças de cavalaria, e, ai cometeu as maiores arbitrariedades possíveis. Espancou os assistentes e levou presos, sendo que as mulheres seguiram amarradas, acompanhando o trote dos cavalarianos até a estação. Os soldados por ordem do referido delegado cometeram proezas: arrebutaram todo o vasilhame que encontraram, quebraram cadeiras, guarda roupa, arrombaram os baús e conduziram toda a roupa que encontraram, dinheiro, objetos de prata, um anel com brilhante, a mobília ficou em estado deplorável. Foi mais um saque do que uma diligência policial [...].¹⁴⁵

Ao classificar o caso acima descrito como “mais um saque do que uma diligência policial”, Querino deixou clara sua revolta em relação ao modo como as autoridades locais tratavam os adeptos do culto religioso de origem africana: com violência e intolerância. Provavelmente, o fato desse Candomblé ter sido situado no

¹⁴⁵ Arquivo do IGHB, Cx. 5, doc. 56. Esse manuscrito intitulado *Acontecimentos policiais nos candomblés, em 1920, relatado por Querino*, parece tratar de uma carta enviada por ele ao delegado encarregado do caso. Maria das Graças Leal foi quem primeiro apresentou esse documento. A autora informou que o local onde situava o referido Candomblé invadido era o mesmo bairro onde residia Manuel Querino - Matatu Grande, distrito de Brotas. Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004. p. 67 e 68.

bairro de sua residência, indica que ele poderia possuir alguma relação com as pessoas que viviam ou frequentavam esse terreiro. O ato de ter denunciado tal arbitrariedade comprovou sua defesa e respeito às manifestações culturais e religiosas de matriz africana, o que é perceptível em toda sua obra.

Em sua defesa aos adeptos dos cultos de origem africana da violência policial que sofriam, Querino não utilizou diretamente os argumentos do darwinismo social para contestar a referida repressão. Diferente de Nina Rodrigues, que evidenciou a ilegalidade dessas ações alegando a falta de preparo da polícia e, sobretudo, a ignorância das autoridades, que não compreendiam essas manifestações em seu estágio natural de desenvolvimento e que desrespeitavam a liberdade de culto, até mesmo das raças que considerava inferiores; Querino pareceu defender apenas os direitos dos indivíduos em professar sua fé, independente da “raça” a qual pertencia, denunciando assim, a truculência policial ao invadir e, conforme suas palavras, “saquear” um Candomblé.

Relevante ressaltar que tanto Manuel Querino quanto Nina Rodrigues eram ogãs em terreiros de Candomblés, assim como informaram os autores João Reis (1988) e Carlos Reis (2012), que destacaram para esse último o cargo de “ogã honorífico”. Os dois intelectuais tratados nesse capítulo definiram essa função como importante no universo da Religião dos Orixás, visto que era ocupada por pessoas de elevada posição social e influência, que possuíam, dessa maneira, condições para proteger as casas e os adeptos dos Candomblés das perseguições que sofriam.¹⁴⁶ No caso do primeiro, essa função no Candomblé, se deu mais por sua proximidade com o povo de santo e por ter sido frequentador dessas casas de culto.

Nesse sentido, ficou evidente a tentativa de ambos em defender os cultos de matriz africana da repressão. Cada um, com sua própria convicção, estratégia e grau de influência diferenciado, protestaram contra as arbitrariedades cometidas ao povo de santo – o primeiro enviando uma carta ao delegado de polícia visando denunciar a violência de uma batida policial a um terreiro; e o segundo, através do seu discurso divulgado em importantes publicações de relevante alcance entre as elites letradas.

Retornando ao caso de Querino, apesar das implicações e paradoxos verificadas em suas análises acerca da religião do africano, seu objetivo foi sempre enaltecer a

¹⁴⁶ Ver: QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. Salvador: P 555 Edições, 2006; p. 66 e 67. RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005, p. 49 e 50.

figura do negro, negando as principais teses racistas em voga no período em que produziu e conferindo-lhe um valor até então negligenciado entre os intelectuais nacionais:

Foi com o trabalho do negro que aqui se sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil; foi com o produto do seu trabalho que tivemos as instituições científicas, letras, artes, comércio, indústria e etc., competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque como fator da civilização brasileira. [...] Circunstância essa que nos permite asseverar que o Brasil possui duas grandezas reais: a uberdade do solo e o talento do mestiço (QUERINO, 1955, p. 151 e 152) .

Ao passo que Nina Rodrigues considerava o mestiço como um problema para o futuro da nação, Manuel Querino o ressaltava como principal responsável para construção do país. Não obstante as diferenças entre as interpretações desses autores acerca do negro, ambos conferiram-lhe lugar de destaque em suas análises. Condenaram a perseguição policial aos Candomblés, protestaram e denunciaram a violência policial contra os terreiros, além de terem registrado também as diversas manifestações populares com a influência ou a participação dos afrodescendentes que se faziam presentes na composição da cultura brasileira.

3.4 OS FESTEJOS POPULARES DO “COLONO PRETO”¹⁴⁷

Diversas foram as manifestações culturais de origem africana, ou com sua acentuada influência, registradas e analisadas por Manuel Querino e Nina Rodrigues. A maioria dessas, conforme já foi discutido, foram estigmatizadas e depreciadas por não serem consideradas apropriadas ao novo modelo de “civilização”, dentro dos moldes europeu, que as elites dirigentes tanto buscavam instaurar no país. Não obstante, foram essas formas de expressões culturais da população de ascendência africana que os dois autores escolheram para pesquisar. O primeiro, com intenção maior de valorizá-las e registrá-las contra o esquecimento dos escritores pátrios que as negligenciavam como parte integrante da cultura nacional; e o segundo, com o objetivo de compreender

¹⁴⁷ Essa expressão foi utilizada tanto por Querino como por Rodrigues ao se referirem aos africanos que desembarcaram dos negreiros nesse país e aos seus descendentes que aqui permaneceram.

“cientificamente” o nível da mestiçagem biológica e cultural decorrente da presença africana no país, e até que ponto esse processo poderia afetar a formação do povo brasileiro. Ao versar sobre os usos e costumes do africano e seus descendentes, ambos evidenciaram vários aspectos, como a culinária, o vestuário, as danças e os diversos festejos populares.¹⁴⁸

No tocante à Festa do Bonfim, afamado festejo religioso ocorrido na Bahia anualmente e associada ao sincretismo do africano, tanto Rodrigues como Querino destacaram suas comemorações, músicas, danças e, especialmente, a perseguição que sofreram pelo clero católico e pelas elites dirigentes do estado. O médico maranhense informou, por exemplo, que essa comemoração era marcada pela adoração prestada aos dois deuses cultuados pelos negros no Candomblé e na religião Católica, a saber, Obatalá e Senhor do Bonfim, respectivamente. Para ele, a referida festa era “impregnada de práticas rigorosamente fetichistas” (RODRIGUES, 2005, p. 124), e demonstrava a ilusão da conversão do negro. Ao descrever alguns aspectos desse evento, declarou que:

E para provar que não é o sentimento de adoração cristã que ali leva a grande massa todas sextas-feiras, basta saber que quer na ida quer na volta, mesmo dentro dos bondes, as negras entoam sambas, esboçam danças que destoam completamente das práticas cristãs. As coisas chegam ao ponto da imprensa diária reclamar providências da polícia em termos duros e por demais severos (RODRIGUES, 2005, p. 125).

Apesar de ter denunciado as perseguições que sofriam os devotos de Senhor do Bonfim e Obatalá “em termos duros e por demais severos”, este autor não classificou esse evento como uma legítima manifestação religiosa, pois, para ele, os divertimentos que faziam parte dos festejos aos santos em questão iam de encontro às práticas do cristianismo, o quê, de acordo com sua concepção, demonstrava a incapacidade dos negros de assimilar a religião do branco. Nesse sentido, afirmou: “os negros fetichistas se revelam por essa forma, não direi de compreender, mas de aceitar o mistério do Deus uno e trino dos cristãos” (RODRIGUES, 2005, p. 123).

¹⁴⁸Manuel Querino registrou essas manifestações culturais em todos os seus estudos sobre o negro e a cultura de matriz africana, dedicando, por exemplo, uma obra exclusiva à culinária de origem africana. Ver: QUERINO, Manuel. **A arte culinária na Bahia**. Salvador: Progresso, 1951. Nina Rodrigues, também, se ocupou desse tema, sobretudo em *Os africanos no Brasil*. Ver: RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010, capítulo IV.

Além disso, sua declaração chama atenção para o quanto as manifestações populares de influência africana causavam incômodo e desconforto em alguns setores da sociedade baiana, que reclamavam na imprensa reivindicando sua proibição. A esse respeito, Rodrigues citou várias notícias de diferentes periódicos da época, protestando contra a realização da festa do Bonfim pela impressão que esta causava aos visitantes da capital.

Manuel Querino, ao retratar o mesmo festejo religioso, demonstrou um conhecimento detalhado dessa comemoração, descrevendo os preparativos, as músicas, as danças, os sambas, etc., além de ter destacado a participação de diferentes setores da sociedade, como fidalgos, homens poderosos e comerciantes locais. Ele ressaltou a grande repercussão que tinha a festa e, em relação aos ataques que sofria esse evento, atribuiu esse processo à aliança entre o clero e o governo que, conforme ressaltou, desde longa data atribuía barreira à continuidade da Lavagem do Bonfim:

[O clero] De mãos dadas com o governo, que via em qualquer manifestação popular, por mais simples, um ataque à sua estabilidade, a portaria de 9 de dezembro de 1889, do Arcebispo d. Luis Antônio dos Santos deu o golpe mortal, extinguindo-a. em 17 de janeiro de 1890, apesar da proibição, o povo fez-se apresentar: mas a Guarda Cívica, estacionada à ladeira do Bonfim, arrecadou vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas, e algumas praças, com ordens severas, diziam, muitos cheias de si: “Hoje aqui não há lavagem” (QUERINO, 1955, p. 156).

Como se vê, ao registrar esse evento popular tão repercutido na Bahia, esse autor também denunciou a violência e o desrespeito das autoridades do estado, com apoio do clero católico, às manifestações religiosas e culturais de influência africana. Além disso, ao atribuir ao governo a responsabilidade da repressão à festa, ele também fez uma crítica ao regime republicano que, conforme sua concepção, desprezava as várias formas das tradições populares.¹⁴⁹ Em vários dos seus estudos em que retratou o cotidiano da sociedade baiana, ao evidenciar as diferentes manifestações de caráter popular, sobretudo, com a participação da população negra, denunciou o abandono em

¹⁴⁹ Sua biógrafa Maria das Graças analisou essa questão, ela destacou que esse autor foi um grande crítico do regime republicano, pois considerava que o povo foi desassistido pelo novo regime e suas tradições culturais desrespeitadas e negligenciadas. Ver: LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

que se encontravam esses setores.¹⁵⁰ Dessa maneira, em seu protesto contra o fim da referida festa, declarou que:

Acabassem com a **bacanal** no interior do templo, **mas permitissem as diversões externas**: os descantes ao ar livre, as chulas improvisadas de momento, o samba, ao som de cavaquinho e do violão, e entrecortadas de tiranas entoadas pela voz dengosa das morenas cor de canela. **O mais é matar as tradições dessa terra**, em que o povo sabe divertir e divertir-se [grifos nossos] (QUERINO, 1955, p. 156).

Diante do exposto, é possível inferir que Querino se preocupou mais em criticar a repressão realizada pelo governo aos divertimentos externos que compunham a festa, do que o desrespeito empreendido pelo estado ao caráter e ao sentido religioso da mesma. Ao acusar a classe dirigente de “matar as tradições dessa terra”, ele confirmou mais uma vez seu descontentamento em relação à forma como o Novo Regime tratava as manifestações tradicionais da população. Outra questão que merece destaque é o uso que ele fez do termo “bacanal”, ao se referir a presença de parte desses festejos aos santos dentro da Igreja do Bonfim. Essa palavra pejorativa também foi utilizada em várias notícias de jornais e revistas da época, que reivindicava o fim desse evento em Salvador. O próprio Nina Rodrigues reproduziu algumas dessas notícias, uma delas de um pequeno jornal literário da época, *A Renascença*, vale a pena transcrever aqui:

A lavagem na quinta-feira era uma verdadeira **bacanal** [grifo nosso] no templo cristão! Negros aguadeiros e mulheres com potes d’água e vassouras em grande alariado de sambas e vivas entravam pela igreja com o fim de lavá-la e os cantos obscenos, os lundus e a bebedeira reinavam sem respeito ao lugar, sendo toda a cena representada por homens e mulheres seminuas e embriagadas! [...] ¹⁵¹

A palavra bacanal remete à farra e orgia, que significa desordem, confusão e profusão¹⁵² – exatamente o sentido que a notícia do jornal acima pretendia impor à

¹⁵⁰ Dentre esses estudos, pode-se destacar especialmente “A Bahia de outrora”, nessa obra o autor demonstrou bastante seu descontentamento em relação ao novo regime e se lamentou do desaparecimento de algumas tradições populares. ver: QUERINO, Manuel. **A Bahia de Outrora**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.

¹⁵¹ **As festas do Bonfim**. *A Renascença*; nº18, 24 de janeiro de 1895. Apud; RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005, p. 126.

¹⁵² No dicionário do século XIX, Bacanal significa: Festas em honra de Baccho em que se commethía toda casta de excessos, como ainda se vê no Entrudo por algumas paragens”; ver: COUTO, Antonio Maria do. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1842. Setor de obras raras, BPEB.

Lavagem do Bonfim a fim de depreciá-la e, dessa forma, reivindicar o fim da sua realização. Se não foi esse o objetivo de Querino, já que demonstrou oposição à repressão aos referidos festejos, com o uso que fez desse termo, ele acabou desqualificando e negligenciando o sentido religioso do evento, haja vista sua afirmação de que seria mais aceitável que terminassem com as celebrações no interior do templo do que com os divertimentos externos que compunham a festa.

Dessa maneira, ao passo que Manuel Querino, ao retratar a festa do Bonfim, pretendia protestar mais contra o desrespeito do estado às tradições populares; Nina Rodrigues se interessou mais em demonstrar a validade da sua tese em relação ao caráter fetichista do negro baiano em suas manifestações religiosas sob o ponto de vista “científico”.

O carnaval também foi outro festejo popular analisado pelos dois intelectuais em questão. Ambos retrataram a participação dos negros nesse grande evento, sobretudo, os mais importantes clubes carnavalescos afros que desfilaram nos primeiros anos da introdução dessa festa no calendário nacional e baiano. Nesse aspecto, também foram pioneiros ao abrirem o caminho para esse tema que posteriormente seria estudado por diversos pesquisadores sob o ponto de vista histórico e sociológico, ressaltando os conflitos de ordem racial e social que abrangiam a referida festa popular.

De acordo com os autores Peter Fry, Sergio Carrara e Ana Luiza Luiza Martins-Costa (1988), a notícia mais antiga sobre o carnaval de Salvador data do ano de 1884, época em que esse festejo ainda era relacionado ao entrudo¹⁵³, prática considerada incivilizada, que destoava dos novos ideais políticos das elites dirigentes. Os mesmos autores ressaltaram que, o que se chamava de Carnaval, a partir de 1880, foi uma prática proposta por alguns setores da sociedade – dentre eles, a imprensa, a administração pública, a polícia e parte da classe média urbana – com a finalidade de substituir a referida prática do entrudo e criar uma festa organizada de caráter coletivo e controlada pelo estado.

Desde o início da sua realização, participaram do Carnaval diferentes setores da sociedade. Além dos tradicionais Clubes carnavalescos compostos pelas classes

¹⁵³Festejo de origem portuguesa e adaptada pelas classes populares do Brasil realizada nas ruas entre o domingo e a quarta-feira de cinzas, em que eram empreendidas guerras de água, perfumes e outros líquidos de natureza diversa. Esse festejo foi proibido em virtude de serem considerados como brincadeiras selvagens. Ver: FRY, Peter. CARRARA, Sérgio. MARINS-COSTA, Ana Luiza. **Negros e Brancos no Carnaval da Velha República**. In. REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

abastadas e brancas, também se faziam presentes os Clubes carnavalescos de negros. Não obstante, essa grande festa coletiva não se realizou sem conflitos de diferentes ordens, sobretudo, racial. Para Edison Carneiro, os clubes africanos representavam sobrevivências de festas cíclicas da costa dos escravos e os mesmos procuravam equiparar-se às sociedades de foliões brancos de classe média, que já não animavam mais o carnaval baiano (1982, p. 102).

Apesar da autorização dos blocos afro desfilarem, apenas alguns eram considerados mais adequados aos ideais civilizador: aqueles que retratavam a África culta, na lembrança; enquanto os outros eram perseguidos e depreciados pela imprensa e parte da população baiana, por apresentarem as formas culturais ainda vivas entre os povos de ascendência africana, como os batuques que remetiam ao Candomblé (FRY, CARRARA, MARTINS-COSTA, 1988).

É digna de destaque a forma como tanto Nina Rodrigues como Manuel Querino representaram a participação dos negros no Carnaval. Ambos destacaram os mesmos clubes carnavalescos formados por negros, a saber, “A Embaixada Africana” e os “Pândegos da África”. Conforme Rodrigues, esses dois clubes, junto com vários outros menores e menos conhecidos, reproduziam dois sentimentos distintos: uns retratavam as tradições e sobrevivências da África culta; enquanto outros, se constituíam em verdadeiras festas populares africanas, apresentando a África inculta que veio escravizada para o Brasil (RODRIGUES, 2010, p. 205).

Ao analisar a participação dos referidos clubes no Carnaval baiano, Rodrigues não se desvinculou das suas concepções advindas do darwinismo social para caracterizá-los. Para ele, “A Embaixada Africana” se diferenciava pela ideia que trazia da cultura dos negros que considerava mais inteligentes e melhor adaptados, tematizando por exemplo, os povos egípcios e abissínios, que acreditava serem superiores entre os africanos. Já “Os Pândegos da África”, apesar do grande sucesso que fazia, representava, conforme informou:

[...] um *candomblé* colossal a perambular pelas ruas da cidade. E de feito, vingavam-se assim os Negros fetichistas das impertinências intermitentes da polícia, exibindo em público a sua festa. [...] As danças e cantigas africanas, que se exibiam com este sucesso no Carnaval, são as danças e cantos dos candomblés, do culto gêge iorubano, fortemente radicado na nossa população de cor (RODRIGUES, 2010, p. 205 e 206).

Diante do exposto, têm-se uma imagem nítida dos motivos pelos quais esses clubes causavam tanto desconforto em parte da população da capital baiana, que empreendia esforços através da imprensa, afim de coibir em suas apresentações alguns elementos africanos como os batuques, por exemplo, que foram proibidos, já que remetiam às práticas religiosas identificadas com a população negra, vistas como bárbaras.¹⁵⁴

O próprio Nina Rodrigues dá exemplos de algumas notícias de jornais reclamando sobre a questão (RODRIGUES, 2010). Ao classificar “Os Pândegos da África” como um “candomblé colossal”, tendo em vista a representação negativa muito difundida acerca dessa forma de religiosidade de matriz africana, esse autor acabou reforçando os estereótipos depreciativos que concebiam às práticas culturais africanas como incivilizadas. Apesar de ter retratado a grande popularidade e prestígio desse clube Carnavalesco, ele conseqüentemente o desqualificou em detrimento da “Embaixada Africana”, que considerou como representante da África culta e mais adiantada, demonstrando, dessa forma, uma análise sob o ponto de vista da hierarquia racial. Nesse sentido, a autora Wlamyra Albuquerque (2009), ressaltou que, Os Pândegos da África representava o principal contraponto da África desejada por Nina Rodrigues.

Já Manuel Querino se ateu a destacar o prestígio e o glamour desses dois Clubes Carnavalescos, descrevendo a beleza e a popularidade deles no Carnaval baiano. Semelhante ao que informou Rodrigues acerca do “Pândegos da África”, ao relatar a exibição desse clube no Carnaval de 1897, ele o classificou como “a reprodução exata do que se observa em Lagos” (QUERINO, 2006, p. 76)¹⁵⁵, ou seja, uma reprodução dos costumes ainda vivos entre a população africana. Não obstante, ele se diferenciou da análise desse médico quando escolheu enfatizar o caráter organizado e disciplinado desse clube, citando várias notícias dos jornais da época que fizeram considerações elogiosas ao mesmo. É interessante a maneira como ele descreveu o desfile:

¹⁵⁴ Quanto à proibição dos batuques e de outros elementos africanos no Carnaval ver: FRY, Peter. CARRARA, Sérgio. MARINS-COSTA. Ana Luiza. **Negros e Brancos no Carnaval da Velha República**. In. REIS. João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988, p. 253 à 260.

¹⁵⁵ Sobre essa afirmação, o autor Edison Carneiro declarou que Querino era “um bom observador da vida dos negros na Bahia, mas não tinha boa informação acerca dos costumes originais na África [...]”. Para Carneiro, Querino se “salvava” das suas falhas por não ter qualificação de “cientista”. A autora Wlamyra Albuquerque (2009) analisou esse discurso de Carneiro em relação à Querino. Ver, respectivamente: CARNEIRO, Édison. **Folguedos Tradicionais**. 2 ed, Rio de Janeiro: FUNART/INF, 1982, p.102; ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 226 e 227.

O préstito fora assim organizado: na frente iam dois príncipes bem trajados; após estes, a guarda de honra, uniformizada em estilo mouro. Seguia-se o carro conduzindo o rei, ladeado por suas raparigas virgens e duas estatuetas alegóricas. Logo depois via-se o adivinhador à frente da charanga, composta de todos os instrumentos usados no fetichismo [...]. O acompanhamento era enorme; as africanas [...] cantavam, dançavam e tocavam durante todo o trajeto, numa alegria indescritível (QUERINO, 2006, p. 76).

Como se vê, diferente das análises que acabavam depreciando “Os Pândegos da África” e, especialmente os outros clubes menores, devido ao tema que os mesmos apresentavam no carnaval, comumente associado aos costumes considerados incivilizados da população de ascendência africana, ele preferiu descrever a ordem, a organização e a beleza que marcava o desfile desse clube, ressaltando que o mesmo possuía prestígio e reconhecimento no carnaval baiano, representando-o, nesse sentido, de forma positiva. É importante destacar, também, que Querino possuía razões pessoais que justificam suas considerações elogiosas ao referido clube, já foi seu diretor no carnaval de 1900. Wlamyra Albuquerque (2009), informou que, após esse ano, o clube só voltou às ruas em 1929, talvez pelo desagrado que causou aos seus críticos, conforme afirmou.

De acordo com que foi discutido nesse capítulo, Manuel Querino e Nina Rodrigues, ao analisarem a cultura e a contribuição do africano e do mestiço para a formação da nação brasileira, representaram o negro de maneira distinta, apesar de suas análises terem apresentado algumas concepções que se aproximaram. É muito provável que Querino tivesse tentando responder às teorias acerca do negro divulgadas por Rodrigues e seus seguidores, haja vista não ter sido impossível ter acesso às suas publicações, posto que não ficaram restritas aos intelectuais da Faculdade de Medicina. Logo na primeira frase da introdução de *A raça africana e seus costumes na Bahia*, chegou a citar o nome do referido médico:

Há mais de meio século, o sábio beneditino, Fr. Camillo de Monserrate, estranhando o pouco apreço e a nenhuma importância em que eram tidos os estudos referentes aos usos e costumes dos africanos entre nós, traçou aos escritores brasileiros o seguinte roteiro, apenas iniciado pelo **malgrado professor Nina Rodrigues** [grifo nosso] [...] (QUERINO, 2006, p.11).

Essa é a única referência direta feita por Manuel Querino à Nina Rodrigues encontrada até o momento. Importante lembrar, que o referido estudo elaborado pelo intelectual do IGHB foi apresentado em um evento de grande repercussão¹⁵⁶ ocorrido em Salvador em 1916 na mesma instituição — 5º Congresso Brasileiro de Geografia — onde foi recebida importantes autoridades políticas e intelectuais de prestígio de todo país. O evento ocorreu no salão principal do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, mas também houveram algumas atividades realizadas na Faculdade de Medicina do mesmo Estado. Dessa maneira, ele demonstrou seu objetivo de divulgar suas teses e fez isso no seio das elites letradas cujas ideias negativas sobre o negro, defendida por parte delas, ele tanto contestou.

¹⁵⁶ Foi encontrada várias notícias sobre esse Congresso que comprova sua repercussão: no *Jornal À Tarde* nos meses de agosto e setembro de 1916; quando o evento ocorreu (no dia 7 de setembro foi reportagem de capa). Tratavam da divulgação do evento, da sua programação, das memórias que foram apresentadas e da chegada em Salvador das importantes autoridades que vieram participar dele, dentre elas, Barão Homem de Mello e o Dr José Bonifácio.

CONCLUSÃO

Esse trabalho procurou demonstrar alguns aspectos da obra de Manuel Querino, sobretudo, o seu discurso sobre a questão racial, a sua militância em valorizar o negro na formação da nação e o seu projeto de identidade para o país e para a Bahia. Conforme foi discutido, o contexto em que esse autor produziu os seus estudos foi um período de afirmação das identidades, em que parte dos letrados nacionais e baianos acreditava que a influência africana representava um retrocesso para o Brasil, por isso tudo que remetesse àquele continente era rejeitado. Na contramão dessa concepção, esse intelectual baiano buscou valorizar a contribuição do afrodescendente. Suas interpretações desentoadaram diante das mais aceitas entre os seus contemporâneos, pois se contrapuseram ao conservadorismo da época.

A maioria dos intelectuais do seu tempo buscou forjar uma identidade para o país que se aproximasse dos valores europeus, inclusive os membros da instituição da qual fez parte, o IGHB, que procurou elaborar uma imagem para a Bahia que se pretendia branca. De acordo com que foi debatido, mesmo aqueles mais flexíveis em relação à questão racial no instituto baiano, como Theodoro Sampaio e Braz do Amaral, acabaram reproduzindo uma perspectiva elitista de identidade para o país e para a Bahia. Apesar de Querino não ter representado voz única no tocando à contestação dos argumentos racistas que desqualificavam a influência africana, ele se destacou em sua defesa ao negro, ao passo em que propôs um projeto de identidade que incluía o afrodescendente como personagem de destaque.

Quanto à sua participação como componente do IGHB, tudo indica que Querino encontrou um ambiente receptível para divulgar os seus estudos. Conforme ressaltamos, em relação à questão racial, diferente dos membros da Faculdade de Medicina, seus integrantes eram mais flexíveis e mais otimistas em relação ao tema da mestiçagem. Além disso, entre os intelectuais do instituto baiano não era comum a ocorrência de embates, até onde foi pesquisado, não há indícios que os seus trabalhos passaram por alguma espécie de rejeição, pelo contrário, foram elogiados e tiveram um bom espaço na revista dessa instituição.

Outra questão que procuramos abordar nessa análise foi que, semelhante aos seus colegas do IGHB, Querino também procurou demonstrar o protagonismo dos baianos nos principais eventos da história do país, afim de protestar contra a situação de

desprestígio do seu estado no cenário nacional. Dessa forma, evidenciou as coisas da Bahia, sua arte, seus artistas, sua cultura e sua participação em acontecimentos fundamentais para a construção do Brasil, como o seu processo de emancipação, enaltecendo, por exemplo, a importância do Dois de Julho. Nesse aspecto, se diferenciou, pois não foi a memória dos “grandes homens” consagrados pela História Tradicional que escolheu evidenciar, mas as pessoas de origem simples, especialmente, os afrodescendentes.

Manuel Querino buscou elaborar um novo panteão de heróis negros: capoeiras, artistas, professores, militares, políticos e intelectuais; cidadãos afrodescendentes que foram esquecidos e ele procurou destacar na história. Apesar de não ter se referido diretamente à sua própria cor, esse autor baiano deixou clara sua posição ideológica e de que lado ele estava. Dessa maneira, representou o negro a partir do lugar social de quem experimentou dificuldades devido ao preconceito de classe e de raça. Sua visão de mundo e seu projeto de identidade nacional e baiana, foi elaborada baseada na sua própria experiência como afrodescendente que sofreu alguma espécie de discriminação.

No tocante ao seu diálogo com as ideias de Nina Rodrigues, buscamos demonstrar nesse estudo, que os dois pesquisadores representaram a questão racial de maneira distinta, apesar das eventuais aproximações de perspectiva, o que se explica pelo fato de Querino não ter ficado imune às influências teóricas que vigoraram em sua época. De todo modo, foram verificados mais contrapontos do que semelhanças em suas obras sobre o tema. Enquanto o doutor da Faculdade de Medicina defendia que a herança africana significava um entrave ao progresso da nação, era justamente esse legado que o intelectual do IGHB pretendia valorizar.

Diferente das razões, já explicitadas, que motivaram Manuel Querino a estudar o negro no Brasil, Nina Rodrigues pretendia legitimar a Medicina Legal no país, projeto no qual se empenhou em inaugurar. Antenado com as ideias de Lombroso e dos seus seguidores sobre a relação entre a criminalidade e a raça, estabeleceu um debate no campo da medicina e do direito que acabou influenciando a formação jurídica nacional. O objetivo mais amplo de sua antropologia criminal era a compreensão dos elementos que degeneravam a sociedade e os meios para curá-la através de uma intervenção na realidade social.

Em suas pesquisas, Querino e Nina circularam nos mesmos espaços, terreiros de Candomblés — inclusive visitavam e pesquisaram a mesma casa, o Gantois — e em diversos lugares de Salvador onde se poderia encontrar africanos. Analisaram temas em comum sobre o negro, como a procedência das tribos africanas; a cultura, a religiosidade, a culinária e as festas populares de matriz africana; no entanto, produziram interpretações distintas, posto que falaram a partir de lugares sociais diferentes; o que justifica suas teses e explica as ideias que defenderam e, sobretudo, a maneira como as elaboraram.

Como vimos, Manuel Querino procurou responder e contestou às afirmações ditas “científicas” sobre o negro no contexto em que viveu. Dessa maneira, seu trabalho pode ser considerado como um testemunho histórico de um intelectual das causas sociais, que protestou contra a concepção de uma identidade racista e elitista, evidenciando o valor da herança cultural de matriz africana para a formação da identidade brasileira.

FONTES

- **Obras de Manuel Querino:**

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da Civilização Brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

_____ **A arte culinária na Bahia**. Salvador: Progresso, 1951.

_____ **A raça Africana e seus costumes**. Livraria Progresso; Editora Praça da Sé, 26, Salvador-Ba, 1955.

_____ **A Bahia de Outrora**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1955.

_____ **A raça africana e seus costumes na Bahia**. Salvador: P 555 Edições, 2006.

- **Obras de Nina Rodrigues:**

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a responsabilidade Penal no Brasil**. 1938.

_____ **O animismo fetichista dos negros baianos**. Salvador: P 555, 2005.

_____ **Os africanos no Brasil**. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

- **Arquivo e Biblioteca do IGHB:**

ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Biblioteca do IGHB, 1916.

AMARAL, Braz. **As tribus negras importadas. Estudo ethnográfico, sua distribuição regional no Brasil: os grandes mercados de escravos**. Revista do IGHB, n. 41, 1915.

Ata de adesão do Dr. Nina Rodrigues como sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Revista do IGHB, ano III, n. 10, dezembro de 1896.

LIMA, Estacio de. **Nina e o negro. Discurso em homenagem a Nina Rodrigues, inauguração do seu retrato na galeria dos brasileiros beneméritos**. Revista do IGHB, n. 54, 1928.

Manuscrito “**Acontecimentos policiais nos candomblés, em 1920.**” Cx. 5, doc. 56.

Manuscrito “**Biografia de Manoel Querino**”; cx. 1; d. 12.

MOURA, Thomé. **Lucas o Salteador**. Revista do IGHB, n. 18, 1898.

_____ (continuação) n. 16, 1898.

QUERINO, Manuel. **A raça africana e seus costumes na Bahia**. In: ANAIS do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, Salvador, 1916. Biblioteca do IGHB.

REIS, Antonio Alexandre Borges dos. **Colonos, Indígenas e Escravos. Os jesuítas e a catechese**. Revista do IGHB, n. 28, 1902.

SAMPAIO, Theodoro. Discurso: **A Bahia Colonial**. Revista do IBHB, n. 37, 1911.

_____ **Discurso em Sessão Magna anniversaria de 3 de maio de 1919**. Revista do IGHB, n. 45, 1919.

SAMPAIO, Theodoro; SILVA, Pirajá da; FRANÇA, A. de. **A figura Symbolica para a Bahia. No monumento commemorativo do 1º Centenario da Independencia Nacional em 1922**. Revista do IGHB, n. 45, 1919.

TORRES, Tranquilino. **Discurso do presidente do IGHB Tranquilino Torres**. Revista do IGHB, n. 4, 1895.

VIANA, Antonio. **Discurso em homenagem a Manuel Querino, inauguração do seu retrato na galeria de honra do IGHB**. Revista do IGHB, n. 54, 1928.

- **Artigos de Manuel Querino publicados na Revista do IGHB**

QUERINO, Manuel. **Candomblé de Caboclo**. n. 45, Revista do IGHB, 1919.

_____ **Contribuição para a história das artes na Bahia: José Joaquim da Rocha (sua naturalidade)**. Revista do IGHB, n. 34, 1908.

_____ **Contribuição para a história das artes na Bahia: os quadros da Cathedral**. Revista do IGHB, n. 36, 1910.

_____ **Episódio da Independência**. Revista do IGHB, n. 37-39, 1911-1913.

_____ **Notícia Histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua comemoração na Bahia**. Revista do IGHB, n. 48, 1923.

_____ **Os artistas baianos: indicações biográficas**. Revista do IGHB, n. 31, 1905.

_____ **Os homens de cor preta na história**. Revista do IGHB, n. 48, 1923.

_____ **Primórdios da Independência**. Revista do IGHB, n.42, 1916.

Um baiano ilustre — Veiga Muricy. Revista do IGHB, n. 48, p.1923.

- **Biblioteca Pública do Estado Da Bahia: Setor Periódicos Raros e Obras Raras**

COUTO, Antonio Maria do. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa, 1842. Setor de obras raras.

RODRIGUES, Nina. **O crime de homicídio no ponto de vista da legislação e da jurisprudência pátrias – Estudo Médico Legal**. Revistas dos cursos da Faculdade de Medicina. ano 2; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904.

RODRIGUES, Nina. **Contribuição dos estudos dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra; Os craneos anormais do Laboratório de Medicina Legal**. Revistas dos cursos da Faculdade de Medicina. ano 1; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1904.

Morreu com 100 anos. *A Ordem*, Cachoeira - BA, 8 de maio de 1920. Setor de periódicos raros.

Notícia de falecimento de Manuel Querino, *Diário de notícias*, 14 de fevereiro de 1923. Setor de periódicos Raros.

Revista *Bahia Ilustrada*, v. 2, n.5, abril de 1918.

Jornal do Comércio de 28 de julho de 1913; 16 e 25 de agosto de 1913.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo. **Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor. Um estudo de ascensão social**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1955.

BACELAR, Jeferson Afonso. **De Candomblés e Negros Ilustres**. In: — **Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Orgs. Jaime Nascimento e Hugo Gama. Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2009.

Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em <<http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens.html>> Acesso em 14 de maio de 2015.

BONFIM, Manuel. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia**. Salvador: Edufba, 1995.

CALMON, Jorge. 1915 — **O vereador Manuel Querino**. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995.

CARNEIRO, Èdison; **Candomblés da Bahia**, Editora Museu do Estado da Bahia, Salvador, 1948.

_____. **Folgedos Tradicionais**. 2 ed, Rio de Janeiro: FUNART/INF, 1982.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. Vol. II; ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA. A Grande Guerra e a ascensão da Ásia – a China e o Japão. Relações Internacionais, n.42, Lisboa, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164591992014000200008&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 02 de dezembro de 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Difel, 2002.

Conferência de Paris, Fundação Getúlio Vargas – FGV, CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ConferenciaDeParis>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

CORREIA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

COSTA, Iraneidson Santos. **A Bahia já deu régua e compasso: O saber médico-legal e a questão racial na Bahia, 1890-1940**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1997.

FRY, Peter. CARRARA, Sérgio. MARINS-COSTA. Ana Luiza. **Negros e Brancos no Carnaval da Velha República**. In: REIS. João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Guerra e paz**. Revista de História da Biblioteca Nacional, 2 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/guerra-e-paz>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

General Labatut. Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/generallabatut.html>> Acesso em 14 de maio de 2015.

GLEDHILL, Sabrina. **Manuel Querino e o “racismo científico”**. In: Academia de Letras da Bahia – ALB. **Personalidades negras: trajetórias e dados biográficos**. Jaime Nascimento, Hugo Gama. (orgs). Salvador: Quarteto, 2012

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** — In: HALL, Stuart WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópoles, RJ: Vozes, 2007, p. 106.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

HERÀCLITO FILHO, Alberto. **Desafricanizar as Ruas**. Afro-Ásia, Salvador, 1999.

José Joaquim de Lima e Silva. Biblioteca Virtual 2 de Julho, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.bv2dejulho.ba.gov.br/portal/index.php/personagens/limaesilva.html>> Acesso em 14 de maio de 2015.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Manuel Querino – Entre Letras e Lutas. Bahia: 1851-1923**. Tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**. São Paulo, Editora UNESP, 2002.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E A Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-**

1916. Dissertação de Mestrado: UFBA – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

_____ **A Rainha Destronada: discurso das elites letradas sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

_____ **A “baianidade” das elites na primeiras décadas republicanas. Identidade regional e projeto político.** In — NEGRO, Antônio Luis. SOUZA, Evergton Sales. BELLINI, Lígia. (Orgs.). **Tecendo Histórias. Espaço, Política e Identidade.** Salvador, EDUFBA, 2009.

NAXARA, Márcia Regina C. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870-1920.** São Paulo, Annablume, 1998.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia.** 1. ed. Salvador: Quarteto, 2005. v. 1. 153p.

_____ **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil /** Josivaldo Pires de Oliveira, Luiz Augusto Pinheiro Leal. - Salvador: EDUFBA, 2009.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Professor Manuel Querino. Sua vida e suas obras.** Imprensa Oficial do Estado, Salvador 1932.

REIS, Carlos Antônio dos. **A reabilitação do Negro e do Mestiço na História do Brasil: Manuel Querino e seu projeto de Identidade Nacional.** In – Academia de Letras da Bahia – ALP. **Personalidades Negras: Trajetórias e dados biográficos.** Jaime Nascimento e Hugo Gama (orgs). Salvador: Quarteto, 2012.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835,** São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____ **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

REIS, João José. (Org.) **Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.** Editora Brasiliense. São Paulo, 1988.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Meire Lúcia Alves dos. **A cor da notícia: discursos sobre o negro na imprensa baiana, 1888-1937.** Dissertação de Mestrado – UFBA; Salvador-Ba, 2000.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia.** Dissertação de Mestrado; UFBA, Salvador, 2001.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia.** Salvador: EDUFBA, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

_____. **Rodrigues, Nina. O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro, UFRJ/Biblioteca Nacional, 2006. (orgs: Yvonne Maggie e Peter Fry) *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2007, v. 50 n° 2.

SERAFIM, Vanda Fortuna. **Os conceitos “Fetichismo” e “Animismo” no discurso de Nina Rodrigues**. *Revista Em tempos de Histórias*, n° 15, Brasília, jul./dez. 2009.

SILVA, Aldo José Morais. **Instituto Geográfico E Histórico da Bahia. Origem e Estratégias de Consolidação Institucional. 1894 – 1930**. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SILVA, R. F. A. M. . **Os Macaquitos na Bruzundanga: Racismo, Folclore e Nação em Lima Barreto (1881-1922)**. In: Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves; Leonardo Affonso de Miranda Pereira. (Org.). *História em Cousas Miúdas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 159-197.

_____. **A moléstia da cor; A construção da identidade social de Lima Barreto (1881-1920)**; Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas; 2002.

SODRÊ, Jaime. **Manuel Querino. Um herói da raça e da classe**. Salvador, 2001.

SODRÊ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Michelle Dantas Reis. **Representações acerca da Cultura Afro-Brasileira em Manuel Querino: uma análise de A raça africana e seus costumes na Bahia**. Monografia de Especialização em História da Bahia. Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana-Ba, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VASCONCELLOS, Christiane. **O Uso de Fotografias de Africanos no Estudo Etnográfico de Manuel Querino**. *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*. N° 4; dez. 2009.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII à XIX**. São Paulo: Corrupio, 1987, capítulo IX.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.